

Revista

ATRICON

Gestão
2018 - 2019

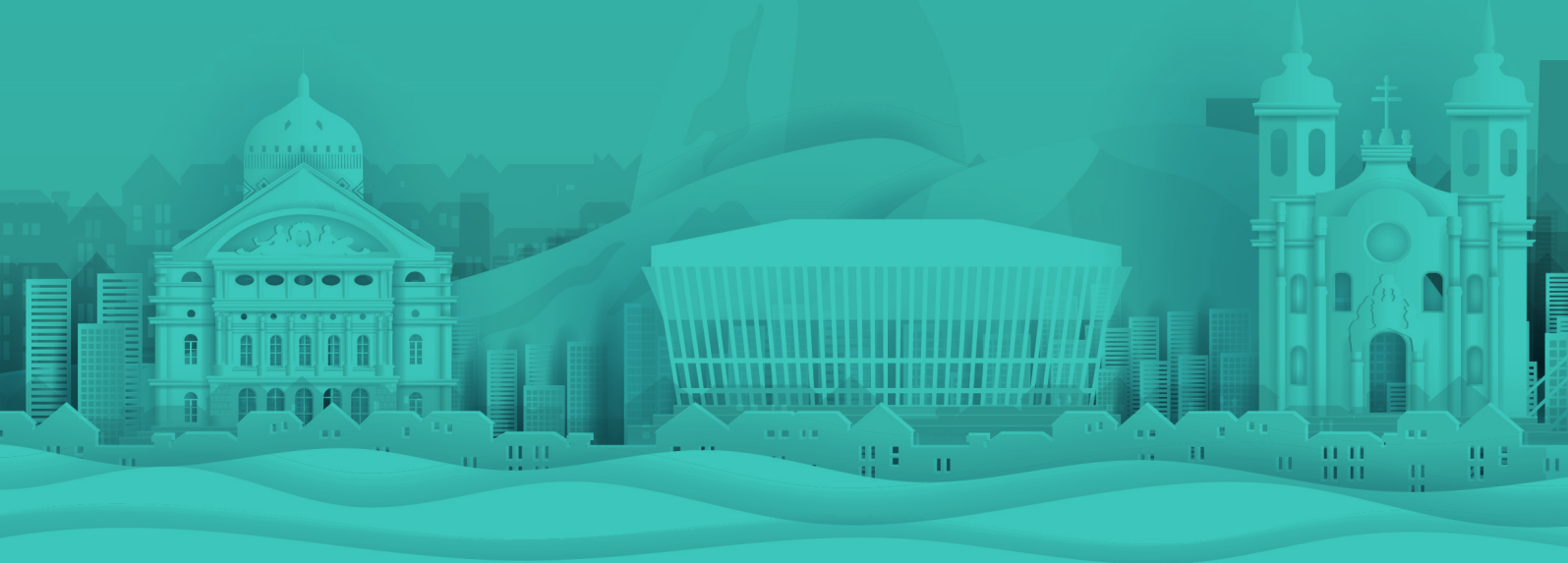
Revista

ATRICON

Gestão 2018 - 2019



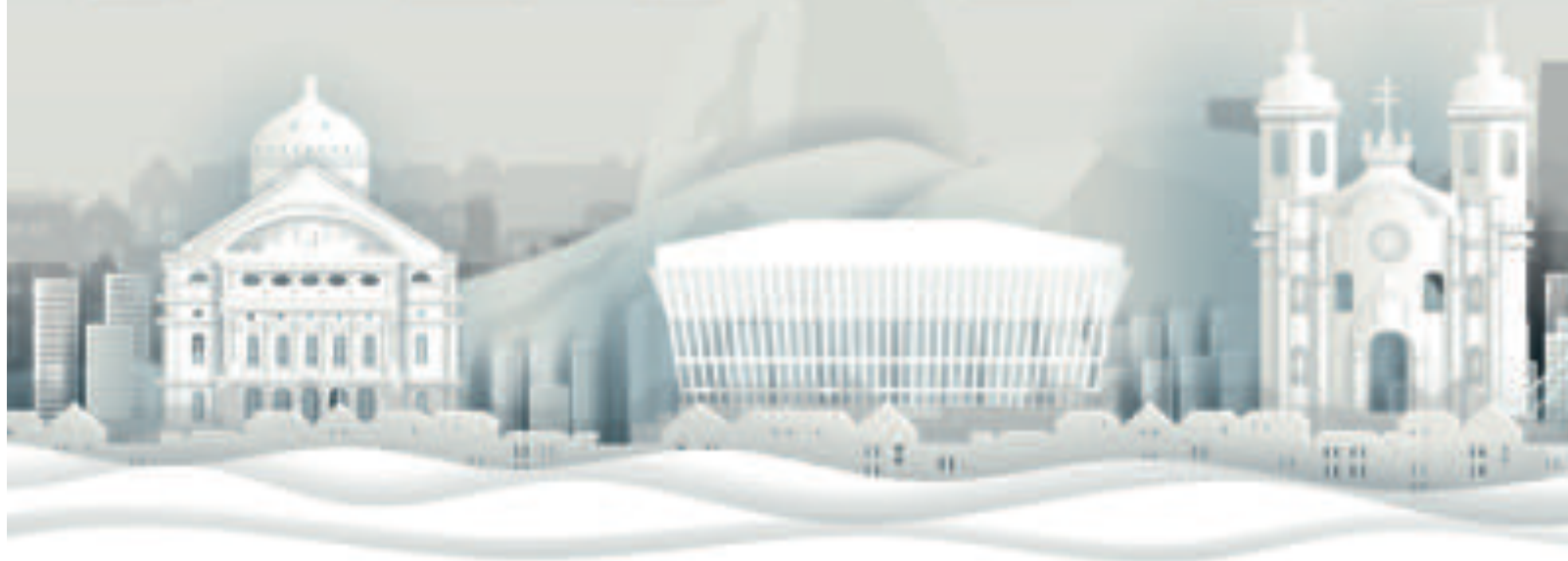
ATRI



CON



ATRI



ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL

Gestão 2018-2019

CON





EM DEFESA DA





CIDADANIA



Editorial

O aprimoramento suplantado

Em 6 de fevereiro de 2018, assumi a presidência da Atricon. Encarregava-me de uma missão desafiadora. A instigação preponderante: dar prosseguimento às ações de aprimoramento, iniciadas por meus antecessores, que alcançaram uma espécie de ápice na gestão do amigo Valdecir Pascoal. “Elevar o sarrafo” não era bem a intenção, pensava em manter o patamar, implementando algumas inovações e/ou reformulações, quando necessário. No entanto, hoje - quando a gestão 2018-2019 alcança seus derradeiros meses -, posso afirmar que suplantamos aquele ideal primeiro.

O Sistema Tribunais de Contas, embora ainda seja alvo de críticas galvanizadas na intenção de desacreditá-lo, vem produzindo ações efetivas, baseadas em um modelo “contemporâneo” de auditoria, que ultrapassa as análises triviais da legalidade e da conformidade dos gastos públicos. Esse novo comportamento busca os resultados que a cidadania almeja.

Os Tribunais de Contas estão, cada vez mais, inseridos, presentes, participativos das pautas republicanas. Vimos dialogando, com grande altivez, com outras Instituições Públicas, acerca dos problemas, que têm contribuído para a produção da crise socioeconômica que o país enfrenta. Diante desse cenário, apresentamos alternativas e oferecemos suporte para o equacionamento das questões.

A união tem revigorado os nossos ânimos nessa caminhada. Essa coesão envolve todos os Tribunais de Contas, e seus membros; congrega as entidades - ABRACOM, IRB, AUDICOM, AMPCOM - no calor do abraço e no olhar dirigido aos cidadãos brasileiros. Na essência da coletividade se encontra o sentido precípua da nossa missão.

O espírito coletivo também está contido na composição da diretoria, com a representatividade de cada uma das Cortes de Contas do Brasil. São dirigentes comprometidos e engajados nessa jornada laboriosa de fortalecimento institucional.

Nas páginas desta revista estão escritos (alguns) episódios desse esforço conjugado na persecução pelo aprimoramento que, diga-se de passagem, continuará exigindo muito de nós. Aqui consta uma demonstração - nem todas as ações estão, nela, registradas - desse fortalecimento, conquistado pela convicção de que a nossa missão é IMPERIOSA!

Boa leitura!

Fábio Túlio Filgueiras Nogueira
Presidente

SUMÁRIO

- 12** Posse Atricon
- 16** Marco de edição no desempenho dos Tribunais de Contas
- 26** MDD-TC é apresentado a ongs de transparência
- 28** STF promove diálogo institucional
- 32** Atricon divulga relatório de obras paralisadas no Brasil
- 34** Atricon e Ibraop discutem aprimoramento e assinam cooperação técnica
- 36** Audiência no senado para fortalecer relações institucionais
- 38** Sistema tribunais de contas discute pauta republicana com ministro Sérgio Moro
- 41** Tribunais de Contas discutem agenda para o país
- 42** Atricon reafirma interesse em contribuir para o resgate da governabilidade administrativa
- 44** Com agenda interinstitucional representantes da Atricon têm audiências no STF
- 46** Camara Federal: em pauta matérias legislativas do interesse do sistema TCS
- 48** Impactos das ações do sistema tribunais de contas em favor da sociedade
- 50** Portarias editadas espelham campo de ação ampliado
- 54** Atricon, Abracom e IRB inauguram sedes em Brasília
- 58** A Tune Arquitetura planejou os ambientes das sedes com elementos modernos
- 60** Ambientes
- 62** IV encontro nacional dos Tribunais de Contas do Brasil
- 66** I Congresso internacional dos Tribunais de Contas: A marca da união
- 69** Atricon integra pacto pela primeira infância
- 70** Segurança pública: Atricon e FBSP firmam acordo de cooperação
- 72** I Fórum de acordo de cooperação técnica
- 74** Aplicação de normas de contabilidade é razão de acordo com o CFC
- 75** Parceria para a melhoria da gestão pública
- 76** Laboratório de boas práticas
- 78** Controle externo contemporâneo: 'Além da conformidade'
- 80** Audiência Pública: Em pauta creches e pré-escolas
- 82** A educação do Brasil em debate no II SINED
- 85** Atricon desenvolve ações na área da educação em conjunto com o CTE-IRB
- 86** Educontas: papel das escolas de contas em discussão
- 88** Atricon apresenta propostas para aperfeiçoamento da gestão governamental

- 90** Atuação da Atricon na ENCCI prevê acordos e parcerias
- 91** Atricon participa de debate sobre constituição federal
- 92** Papel de referência planeja auditoria coordenada
- 93** Atricon participa de reunião do CECAP no TCU
- 94** Ações induzem ao aprimoramento das cortes de contas
- 96** FGV discute reforma da previdência
- 98** Combate a corrupção
- 99** Evento discute combate a corrupção com palestra do presidente da Atricon
- 100** Reuniões da diretoria
- 104** Sistema Tribunais de Contas do Brasil amplia espaço de comunicação
- 105** Dirigentes do conselho nacional de presidente dos tribunais de contas
- 107** Frente parlamentar mista da educação
- 108** Diagnóstico de ouvidorias é tema de palestra
- 110** Tribunal de contas do estado do Amazonas promove encontro técnico de gestão de pessoas
- 111** Atricon ministra treinamento para técnicos do tribunal administrativo de moçambique
- 112** Cooperação e interação entre instituições
- 113** Resolução diretrizes no SINAOP
- 114** Eventos
- 124** Atricon e IRB têm encontro institucional na OAB nacional
- 125** Atricon e BID avançam em parceria institucional
- 126** Contas públicas são da nossa conta, uma campanha Audicon
- 127** Mobilização de entidades influenciou vetos ao PL 7448
- 128** Solenidade concorrida marca posse do ministro José Mucio na presidência do TCU
- 130** Procuradores assumem cargos na AMPCON e no CNPGC
- 132** O IRB e a integração do sistema de contas
- 136** Reunião CNPTC: Pauta colaborativa congrega entidades
- 138** Manaus sedia evento ambiental
- 140** Instituto Rui Barbosa - IRB completou 46 anos de fundação em outubro/2019
- 142** Membros do sistema Tribunais de Contas iniciam articulação para desarquivar PEC 22
- 144** Membros dos tribunais de contas do Brasil se reúnem com procurador-geral de república

POSSE NA ATRICON

Gestão 2018 - 2019





Em solenidade na sede do Tribunal de Contas da União, Fábio Nogueira assumiu a presidência da Atricon, no dia 6 de fevereiro de 2018, em companhia do presidente anterior Valdecir Pascoal, destacando os inúmeros avanços que o Sistema Tribunais de Contas vem alcançando ao longo dos anos.

Em seu discurso de posse, Fábio Nogueira reconheceu os muitos avanços já alcançados pelo Sistema Tribunais de Contas e destacou que a defesa dos interesses institucionais, adotada como premissa pela Atricon, tornou-se fundamental para o aperfeiçoamento das ações. O presidente também ressaltou a importância e o desafio de suceder uma gestão tão profícua, quanto a do Conselheiro Valdecir Pascoal.

O título de um livro do Conselheiro Valdecir Pascoal, a quem sucede, “Uma nova primavera para os Tribunais de Contas”, serve de ilustração “para essa percepção”, segundo Fábio Nogueira.

Ao se referir ao tempos acres que o Brasil vive, Fábio Nogueira ponderou acerca da necessidade de manutenção desse entusiasmo, “é o alimento que vitaliza o nosso compromisso diário com a cidadania”. Para ele, os avanços que o Sistema Tribunais de Contas experimenta são, inegavelmente, fruto do denodo e da abnegação dos seus membros, sobretudo dos que se dedicam à direção da Atricon.

VALDECIR PASCOAL

Ao se despedir do cargo, o ex-presidente destacou qualidade do sucessor: “Fábio possui atributos de personalidade que o credenciam para o novo mister, a exemplo do seu compromisso inarredável com a causa do fortalecimento dos Tribunais de Contas, da sua inteligência e idoneidade moral, da sua imensa capacidade de diálogo, de conciliação, lastreada por serenidade e firmeza de caráter”.

SAUDAÇÃO

A saudação oficial ao presidente da Atricon coube à procuradora Sheyla Barreto Braga de Queiroz. A integrante do Ministério Público de Con-

tas, junto ao TCE-PB, disse que a designação de um membro do MPC é simbólica e sensível e deve abrir caminho para uma aproximação institucional. “O Conselheiro Fábio Nogueira há de orquestrar e afinar idéias que pareçam justas e adequadas à confirmação do imprescindível papel das Cortes de Contas para a preservação do erário”.

“

**Entusiasmo
é o alimento
que vitaliza
o nosso
compromisso
diário com a
cidadania**

Fábio Nogueira
Presidente Atricon

SOBRE PARCERIAS

Ao destacar a importância das relações interinstitucionais no processo de aprimoramento, Fábio Nogueira reconheceu como “eficientes” as parcerias com Instituto Rui Barbosa (IRB); Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM); Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos (AUDICON); Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON); Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (ANTC); e Federação Nacional das Entidades dos Servidores dos Tribunais de Contas do Brasil (FENASTC).

QUEM SÃO OS DIRIGENTES



Presidente - (01) Fábio Túlio Figueiras Nogueira - TCE-PB - Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais - (02) Antonio Renato Alves Rainha - TCFD - Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais: (03) Substituto Weder de Oliveira - TCE-PA - Vice-Presidente de Desenvolvimento do Controle Externo: (04) Sebastião Carlos Ranna de Macedo - TCE-ES, Vice-Presidente de Defesa de Direitos e Prerrogativas de Assuntos Corporativos: (05) Paulo Curi Neto - TCE-RO, Vice-Presidente de Relações Internacionais: (06) Dimas Eduardo Ramalho - TCE-SP, Diretores de Relações Jurídico-Institucionais: (07) Substituto Alexandre Manir Figueiredo Sarquis - TCE-SP, (08) Manoel Pires dos Santos - TCE-TO, (09) Marcos Coelho Loreto - TCE-PE, (10) Waldir Neves Barbosa - TCE-MS, Diretores de Relações Jurídico-Institucionais: (11) Clovis Barbosa de Melo - TCE-SE, (12) Substituta Heloisa Helena Antonácio Monteiro Godinho - TCE-GO, (13) José de Ribamar Caldas Furtado - TCE-MA, (14) Marianna Montebello Willeman - TCE-RJ, Diretores de Desenvolvimento do Controle Externo: (15) Adircelino de Moraes Ferreira Junior - TCE-SC, (16) Cláudio Couto Terraão - TCE-MG, Substituto Jayson Fabiani Lopes Campelo - TCE-PI, Soraia Thomaz Dias Victor - TCE-CE, Diretores de Defesa de Direitos e Prerrogativas e de Assuntos Corporativos: (19) Antonio Gilberto de Oliveira Jales - TCE-RN, (20) Substituto Luiz Henrique Lima - TCE-MT, Milene Dias da Cunha - TCE-PA, (22) Sebastião Cesar Leão Colares - TCM-PA, Diretores de Relações Internacionais: (23) Joaquim Alves de Castro Neto - TCM-GO, (24) Conselheiro Marco Antonio Lopes Peixoto - TCE-RS, (25) Marcus Vinicius de Barros Presídio - TCE-BA, (26) Otávio Lessa de Geraldo Santos - TCE-AL, Conselho Fiscal - Titulares: (27) Felipe Galvão Puccioni - TCM-RJ, (28) Mario Manoel Coelho de Mello - TCE-AM, (29) Plínio Carneiro da Silva Filho - TCM-BA, Suplentes: (30) Antônio Fernando Jorge Ribeiro de Carvalho Malheiro - TCE-AC, (31) Conselheiro Manoel Dantas Dias - TCE-RR, (32) Substituto Pedro Aurélio Penha Tavares - TCE-AP.

MARCO DE MEDIÇÃO DE DESEMPENHO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Resultados do ciclo 2019 são apresentados no I CITC



Um dos principais instantes do I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas. Foi com essa frase que o presidente Fábio Nogueira abriu o 1º painel do dia 13 de novembro, com a apresentação dos resultados consolidados do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC), relativos ao ciclo 2019. A mediação dos trabalhos coube ao Conselheiro Edilson Silva (TCE-RO), presidente do CNPTC.

O presidente Fábio Nogueira apresentou um panorama breve, com passagens pela história da ferramenta, acerca do Marco de Medição de

Desempenho. Com agradecimentos aos presidentes das 33 Cortes de Contas, aos quais sempre manifesta reconhecimento, ressaltou que a adesão à ferramenta, embora não haja qualquer caráter impositivo, é de 100% das Cortes de Contas. Para ele, um momento histórico do ciclo de 2019 foi a avaliação do TCU, que é um Tribunal de referência para as demais. “A sensibilidade e boa vontade do presidente José Mucio devem ser reconhecidas”, salientou. Na opinião dele, essa adesão integral é a maior representação do envolvimento e do desejo comum no aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas.



APRESENTAÇÃO

Os resultados foram apresentados pelo vice-presidente de Desenvolvimento do Controle Externo da Atricon e coordenador geral do MMD-TC, Conselheiro Carlos Ranna de Macedo (TCE-ES), que iniciou falando da emoção que o invadia naquele momento. “Depois de um trabalho exaustivo, a apresentação de resultados, que revelam

avanços substanciais, é gratificante”.

Carlos Ranna fez uma rápida incursão nos ciclos anteriores - 2013, 2015, 2017. O primeiro, de acordo com ele, foi uma avaliação feita na expectativa daquilo que a INTOSAI aprovaria posteriormente como diretrizes de auditoria. No segundo, os critérios de avaliação foram adequadas aos preceitos da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores, que reúne 200 países membros. No terceiro, foram agregadas novas Resoluções Diretrizes; foram reduzidas assimetrias em relação às avaliações anteriores e obteve-se um perfil mais realista de cada Tribunal.

No ciclo de 2019, surgiram dois desafios principais. O primeiro, de acordo com Carlos Ranna, foi expandir esse olhar interior, para verificar os serviços que os Tribunais de Contas prestam à sociedade. Foram formados grupos de trabalho, para estudar demandas sociais, que originariam novas Resoluções Diretrizes e que possibilitaram enxergar a atuação dos TCs com uma visão mais social. O segundo foi preparar o Marco de Medição de Desempenho para a certificação da metodologia.

ESTRUTURA

A estrutura do Marco de Medição de Desempenho foi inspirada na Supreme Audit Institutions Performance Measurement Framework (SAI PMF), ferramenta de medição de desempenho desenvolvida pela International Organization of Supreme Audit Institutions - INTOSAI. São 6 domínios; 25 indicadores; 79 dimensões e 499 critérios - alguns desses se desdobram em subcritérios.

A avaliação dos Tribunais de Contas contempla uma escala de pontuação que atinge até o nível 4. No ciclo de 2019 foram analisados mais de 20 mil documentos e 54 mil órgãos jurisdicionados dos TCs. As referências são as Resoluções Diretrizes, o SAI PMF, e as Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP).

De acordo com Carlos Ranna, os objetivos da avaliação podem ser resumidos em alguns pontos principais: fortalecer o Sistema de Controle Externo, melhorar o desempenho sistêmico dos Tribunais de Contas, enfatizar os benefícios gerados pelos TCs, aprimorar a qualidade e a agilidade das auditorias e dos julgamentos, valorizar o controle social, oferecer serviços de excelência à população.

PRÓXIMOS PASSOS

Os ciclos futuros já têm um trajeto delineado. Dentre os quais, Carlos Ranna destacou a necessidade de aprimoramento do Manual de Procedimentos; a eliminação de eventuais inconsistências, para garantir objetividade e facilitar a aplicação; estimular os Tribunais de Contas para a elaboração de um Plano de melhorias, com base no diagnóstico de 2019; e envolver as entidades IRB, Abracom, Audicon e CNPTC, estabelecendo foco em auditorias, especialmente sobre obras públicas.

Com o aperfeiçoamento, segundo Ranna, os Tribunais de Contas conseguem demonstrar para a sociedade os benefícios que o Controle Externo

pode aferir. Outra previsão é ampliar as possibilidades de compartilhamento das boas práticas de controle, identificadas nos ciclos de aplicação do MMD-TC.

RESULTADOS

Cada Tribunal de Contas recebeu um pen drive, contendo documentos como: termo de ratificação da adesão, portaria da comissão, cadastro da comissão, informações gerais do TC, seleção de amostras e check list da Garantia da Qualidade, planilha, boas práticas, declaração, recursos e relatório dos resultados alcançados. Uma entrega simbólica foi feita ao presidente do TCM-PA, Conselheiro Sebastião Cezar Leão Colares (TCM-PA), que é um dos diretores da Atricon.

FUNDAÇÃO VANZOLINI

A entidade certificadora mais bem conceituada da América Latina (membro pleno da organização The International Certification Network - IQNet, rede internacional de entidades certificadoras), criada entre os muros da Instituição de Ensino Superior com maior grau de excelência do Brasil, foi responsável pelo processo de certificação do MMD-TC.

Os professores Leopoldo Luz e Paulo Bertolini, representando a Fundação Vanzolini, fizeram uma explanação de como ocorreu o processo de avaliação da entidade para a certificação do MMD-TC.

Segundo Paulo Bertolini, a avaliação obedeceu aos requisitos da conformidade, que são procedimentos, normas, regras e padrões estabelecidos pela ISO - modelos reconhecidos ao redor do mundo, por países que participam da construção de um catálogo normativo.

De acordo com o professor Leopoldo Luz, o processo é feito a partir de referenciais normativos (conjunto de regras), com o objetivo de prover confiança ao modelo que está sendo avaliado.



MMD-TC RECEBE CERTIFICADO ISO 17021

O Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas passou por avaliação com vistas à obtenção de uma certificação, com base na norma de referência ISO 17021, de Sistema de Gestão. O anúncio da aprovação e a entrega do Certificado de Conformidade ao presidente da Atricon, Fábio Nogueira, foi feita pelos técnicos da Fundação Vanzolini (USP-SP), professores Leopoldo Luz e Paulo Bertolini, depois da apresentação dos resultados alcançados no ciclo de 2019 de aplicação do MMD-TC.

Visivelmente emocionado, o presidente Fábio Nogueira falou dos percalços superados e do significado que o Certificado possui. No histórico que fez acerca do trajeto percorrido até este instante, disse que a certificação passou a ser vislumbrada como um desafio de superação dos resultados, até então alcançados, do Marco de Medição de Desempenho. O principal deles seria a correção de imperfeições, o que poderia ser resolvido com uma avaliação técnica criteriosa da ferramenta. A seleção da entidade certificadora foi a decisão seguinte e “o conselheiro emérito na Tribunal

de Contas do Município de São Paulo, Eurípedes Sales ajudou nela, quando fez menção à entidade que acabaria selecionada. A Fundação Vanzolini – que possui o mais elevado conceito da América Latina (membro pleno da organização The International Certification Network IQNet, rede internacional de entidades certificadoras), foi escolhida para a tarefa.

DIVISÃO

O presidente Fábio Nogueira fez questão de dividir “com cada um e com todos” o certificado, que representa um marco na história da Atricon. A placa que materializa a certificação, de acordo com ele, será posta em lugar muito especial na sede da entidade, em Brasília, onde permanecerá como símbolo do estímulo e da união no processo de aprimoramento do Sistema Tribunais de Contas do Brasil.

Ele ressaltou as parcerias “indispensáveis ao alcance do êxito e do fortalecimento dos Tribunais de Contas” e destacou o espírito colaborativo existente entre os presidentes Ivan Bonilha (IRB); Thiers Montebello Abracom); Marcos Bemquerer (Audicon); e Edilson Silva (CNPTC).

PLACA

Uma placa contendo os dizeres: “O Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira (TCE-PB), presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), confirmou o denodo com o qual conduz o processo de aperfeiçoamento operacional do Sistema Tribunais de Contas do Brasil durante a aplicação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas - MMD-TC, no ano de 2019. Como testemunha do processo, a Fundação Carlos Vanzolini manifesta este reconhecimento e parabeneza pelo excelente trabalho”, assinada pelo Professor Doutor Fernando Tobal Bersaletti,

diretor da entidade, foi uma homenagem prestada pela Fundação Vanzolini ao presidente Fábio Nogueira.

HOMENAGEM

A Atricon homenageou a todos os integrantes da Comissão de Coordenação Geral do Marco de Medição (MMD-TC) (confira nomes na Portaria Nº 20/2019), que receberam uma placa com os dizeres: “O MMD-TC é uma semente que germina em condições favoráveis: fincada no solo fértil do envolvimento coletivo; podada na eliminação de desarmonias; regada pelo ideal da cidadania; adubada no propósito incondicional do aperfeiçoamento. A colheita pertence ao Sistema Tribunais de Contas do Brasil, mas a Atricon, pelo abnegado envolvimento, entrega a você este fruto de reconhecimento”. A homenagem foi retribuída pelos integrantes da CCG ao presidente Fábio Nogueira.

DADOS HISTÓRICOS

O Programa Qualidade e Agilidade (QATC) gerou a ferramenta que tem sido a peça fundamental no processo de aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas do Brasil: o Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas.

RESOLUÇÕES DIRETRIZES

As Resoluções Diretrizes editadas pela Atricon formam um compêndio de orientações técnicas, inspiradas nas mais bem conceituadas normas de auditoria do Setor Público empregadas internacionalmente.

Algumas inovações estão presentes nas doze novas Resoluções Diretrizes que, somadas às catorze já existentes (são 26 no total), passaram a vigorar na aplicação de 2019. As novas temáticas são fruto de uma consulta democrática realizada junto aos membros e corpo técnico dos 33 Tribunais de Contas do Brasil e alcançam áreas

as como gestão fiscal; segurança pública; saúde; mobilidade urbana; recursos hídricos; transparência; acompanhamento das decisões dos TCS; gestão de pessoas; governança; Regimes Próprios de Previdência Social; e resíduos sólidos.

MANUAL DE PROCEDIMENTOS E CERTIFICAÇÃO

Na versão 2019 do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas foi adotado um Manual de Procedimentos, com orientações e a definição das etapas para o cumprimento da aplicação. O documento é resultante do aprimoramento de conceitos e da inserção de tópicos, que especificam de maneira mais objetiva a estrutura e a metodologia do MMD-TC.



TREINAMENTO COMISSÕES

O treinamento das Comissões de Avaliação e de Controle de Qualidade e da Comissão de Garantia da Qualidade foi uma das fases preparatórias à aplicação da ferramenta em 2019 e momento decisivo ao bom desempenho das equipes, formadas por conselheiros e técnicos do Sistema Tribunais de Contas. Em todas as etapas houve a supervisão da Comissão de Coordenação Geral do MMD-TC e participação da Fundação Vanzolini (USP-SP).

METODOLOGIA

Desenvolvido em ciclos, com início em 2013, o MMD-TC adota uma metodologia inspirada na Supreme Audit Institutions - Performance Measurement Framework, da Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras (Intosai), que foi adaptada à realidade brasileira. Principal instrumento de avaliação dos Tribunais de Contas do País, o MMD-TC visa, entre outros, identificar boas práticas, aprimorar metodologias, padronizar procedimentos e avaliar o trabalho dos Tribunais de Contas em nível nacional.

DECLARAÇÃO DE QUALIDADE

Os 33 Tribunais de Contas do Brasil receberam a Declaração de Garantia da Qualidade. Confira nas fotos as inspeções técnicas:



TCE Acre



TCE Amapá



TCE Amazonas



TCE Alagoas



TCE Bahia



TCM Bahia



TCE Ceará



TCDF



TCE Espírito Santo



TCE Goiás



TCM Goiás



TCE Maranhão



TCE Mato Grosso



TCE Mato Grosso do Sul



TCE Minas Gerais



TCE Paraná



TCE Paraíba



TCE Pará



TCM Pará



TCE Pernambuco



TCM Piaui



TCE Rio Grande do Norte



TCE Rio Grande do Sul



TCE Rio de Janeiro



TCM Rio de Janeiro



TCE Roraima



TCE Rondônia



TCE Sergipe



TCE Santa Catarina



TCE São Paulo



TCM São Paulo



TCE Tocantins



TCU



MMD-TC É APRESENTADO A ONGS DA TRANSPARÊNCIA



O presidente Fábio Nogueira e o Vice-Presidente de Desenvolvimento do Controle-Externo, Carlos Ranna de Macedo, estiveram reunidos com a Diretora de Operações da Transparência Brasil, Juliana Sakai, e com o Consultor do Centro de Conhecimento Anticorrupção da Transparência Internacional, Guilherme Siqueira, ambos interessados em conhecer a metodologia do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas. O encontro aconteceu em abril de 2019.

Depois de uma exposição preliminar acerca do funcionamento do Sistema Tribunais de Contas, o presidente fez uma contextualização de como o MMD-TC tornou-se fundamental para o processo de aperfeiçoamento, que se desencadeia no âmbito dos TCs. Coube ao Vice-Presidente de Desenvolvimento do Con-

trole-Externo, Carlos Ranna, uma explanação pormenorizada acerca da ferramenta. O conselheiro do TCE-ES acompanha o MMD-TC desde a concepção e é um dos integrantes da Comissão de Coordenação Geral

que tem na composição, dentre outros, o Conselheiro Edilson de Sousa Silva (TCE-RO), e o Conselheiro Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo (TCE-PI), que acompanharam a apresentação às ONGs. Além desses, participou o Conselheiro Renato Rainha (TCDF). Os representantes das Transparências Brasil e Internacional foram convidados a permanecer na sede

do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, para acompanhar o processo de treinamento para as Comissões de Avaliação e de Controle de Qualidade do MMD-TC, uma das fases preparatórias à aplicação da ferramenta em 2019.

“
Essa ferramenta tem sido essencial aos avanços, já alcançados, enquanto delineia os desafios a serem superados pelo controle externo brasileiro

Fábio Nogueira
 Presidente Atricon

NO STF E NA AGU ATRICON DEFENDE DISTINÇÃO ENTRE CONTAS DE GOVERNO E CONTAS DE GESTÃO

Com argumentos que selem o posicionamento da Atricon acerca do julgamento das contas do prefeito ordenador de despesa, em busca de uma revisão da tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no Recurso Extraordinário nº 848.826/DF, o presidente Fábio Nogueira liderou um grupo de representantes do Sistema Tribunais de Contas, que manteve em audiências no Supremo Tribunal Federal com a Ministra Rosa Weber e os Ministros Gilmar Medes e Marco Aurélio Mello; e na Advocacia Geral da União, com a Ministra Grace Mendonça. Os encontros aconteceram no mês de agosto de 2018.

Corroboram da posição da Atricon, sob o entendimento de que a tese confronta a Constituição Federal, no que prescreve o art. 71, II, da Constituição Federal, além de configurar-se nociva ao princípio republicano, a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios e a Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas.

Manifestação nesse sentido está contida na Resolução Atricon 01/2018 (disponível em <http://www.atricon.org.br/normas/resolucao-atricon-no-012018-prefeito-ordenador-de-despesa/>). No documento a entidade faz recomendações aos Tribunais de Contas, relativas aos processos de contas de gestão em que o prefeito figure



como ordenador de despesa, para que adotem e harmonizem procedimentos, tudo em consonância com os princípios constitucionais e com previsão nos demais normativos que embasam a fiscalização e o controle da gestão pública.

AGU - na audiência com a Ministra Grace Mendonça foram discutidos temas afetos à Administração Pública e ao exercício do Controle Externo. De acordo com o presidente Fábio Nogueira, a Atricon tem buscado o fortalecimento das relações entre os órgãos, compreendendo que, deste modo, preserva a harmonia institucional e alcança resultados positivos para o próprio aperfeiçoamento.

PARTICIPAÇÃO

Acompanharam as audiências o Ministro Marcos Bemquerer, presidente da Audicon; o Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, presidente do Instituto Rui Barbosa; o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado, então presidente do TCE-MA e do Colégio de Presidentes do Tribunais de Contas; o Conselheiro Manoel Pires dos Santos, presidente do TCE-TO; o Conselheiro Mário Manoel Coelho Mello (TCE-AM); além dos advogados da Atricon Beatriz Verissimo de Sena e Cláudio Pereira de Souza Neto.



STF PROMOVE DIÁLOGO INSTITUCIONAL COM OS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL

A Atricon atendeu a convite do ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal, e participou de ‘Diálogo Institucional’, na sede do STF em Brasília, em outubro de 2018. Além do presidente do TCU, ministro Raimundo Carreiro, participaram presidentes e representantes de todos os Tribunais de Contas dos Estados e de Municípios; e o presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Ivan Bonilha (TCE-PR). Estavam presentes, ainda, o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann; o ministro da Educação, Rossieli Soares; e o ministro do Superior Tribunal de Justiça e Corregedor Nacional de Justiça, Humberto Martins.

O ‘Diálogo Institucional’ foi adotado pelo presidente Di Toffoli para aproximar o STF dos demais órgãos da República. A Atricon, segundo Fábio Nogueira, compreende a importância da relação harmoniosa entre poderes e sempre se conduziu nesse sentido. “Entendemos que a plenitude da democracia é garantida pelo respeito entre as instituições e seus membros”.

O presidente Fábio Nogueira relatou que o Sistema Tribunais de Contas tem o compromisso de contribuir para que o Brasil retome o caminho do progresso e isso, de acordo com ele, depende dessa correlação de forças.

OBRAS PARALISADAS

O ‘Diálogo Institucional’ com o Sistema Tribunais de Contas foi estabelecido em quatro diretrizes, conforme explicou o conselheiro Edilson Silva, presidente do TCE-RO. O levantamento das obras paralisadas no Brasil é a principal delas. Além de desobstruir essas demandas para que os cidadãos usufruam dos serviços públicos, outro grande interesse do Sistema Tribunais de Contas é promover o reaquecimento da economia. De acordo com o presidente, um cenário preliminar indica a existência de 15 mil obras paralisadas no país, por inúmeras razões, as mais comuns: absoluta desconformidade legal a projetos básicos inconsistentes. Fábio Nogueira disse que, embora sendo estimativa aproximada, revela a grande dimensão do quadro, ou seja, envolve recursos de 145 bilhões. “É o equivalente ao PIB do Uruguai. Portanto essa iniciativa merece aplausos e, sobretudo, o apoio Sistema Tribunais de Contas, cujo dever precípua é a preservação do erário”, salientou.

Será constituída uma Comissão, sob a coordenação do TCU, com representantes dos TCs,



Atricon, IRB e CNJ para a elaboração de um diagnóstico acerca dessas obras inacabadas, principalmente aquelas que se enquadram nas políticas descentralizadas - áreas de educação, segurança e saúde -, além de infraestrutura.

GOVERNANÇA

Por outro lado, os Tribunais de Contas reafirmam o compromisso de promover a boa governança e a qualificação da gestão pública. Nesse sentido, as Cortes de Contas continuarão a promover cursos de capacitação para agentes e gestores públicos, por intermédio das Escolas de Contas.

ATRICON, CNJ E TCU SE UNEM POR SOLUÇÃO PARA OBRAS PARALISADAS

Em 4 de junho de 2019, foi assinado, na sede do CNJ, um Termo de Cooperação Técnica envolvendo a Atricon, o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Contas da União, com fundamento na Lei n. 8.666, de 1993. O acordo referenda o empenho conjugado para a solução das obras paralisadas no país; assunto sobre o qual o Sistema Tribunais de Contas já se debruça desde a constituição de um Comitê destinado à produção de um levantamento desses serviços interrompidos.

O documento foi subscrito pelos presidentes das Instituições signatárias do acordo: Ministro Dias Toffoli, Supremo Tribunal Federal e CNJ; Ministro José Mucio Monteiro, TCU; e Fábio Nogueira, Atricon.

O presidente Fábio Nogueira destacou o quanto "é importante para o Brasil a articulação de Órgãos em torno de temas relevantes". Ele citou, dentre os propósitos da Cooperação Técnica, a adoção de ações conjuntas com vistas à busca de solução para as grandes obras paralisadas.

Fábio Nogueira registrou, ainda, a imprescindível colaboração de todos os Presidentes dos Tribunais de Contas para o êxito do trabalho e relatou a vontade, que cada um manifesta, em contribuir com a busca de soluções para questões como essa. Além da identificação e das causas da paralisação, tem-se o interesse de retomar as obras.

De acordo com Fábio Nogueira, a reativação das obras deverá representar um significativo incremento na economia do país e, além disso, poderá disponibilizar equipamentos e serviços públicos à população. Os TCs, enquanto integrantes do Comitê Interinstitucional de Diagnóstico de Grandes Obras Suspensas e Paralisadas, já realizaram um levantamento preliminar em que consideram, apenas, as obras com valor mínimo de R\$ 1,5 milhão e iniciadas a partir de 2009.

PARTICIPAÇÃO

Na ocasião estavam presentes os Conselheiros Edilson Silva (TCE-RO), presidente do Colégio Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas; Ivan Bonilha (TCE-PR) presidente do IRB; Joaquim Castro (TCM-GO), vice-presidente do CNPTC; Ronaldo Chadid (TCE-MS); José Nei Ascari (TCE-SC); e a Conselheira Substituta Heloísa Helena (TCE-GO).

EM 19 DE NOVEMBRO DE 2019, TCS DISCUTEM COM CNJ ESTRATÉGIA PARA A RETOMADA DE OBRAS PARALISADAS

O Sistema Tribunais de Contas, representado pelo TCU, Atricon e CNPTC, está inserido nas discussões e participa das iniciativas de identificação e diagnóstico das obras paralisadas no Brasil. A parceria com o Conselho Nacional de Justiça que - por intermédio do ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ - adotou a iniciativa, foi reafirmada nesta terça-feira (19) pelos presidentes José Mucio, Fábio Nogueira e Edilson Silva, além de presidentes das Cortes de Contas, durante reunião na sede do STF, em Brasília.

A definição de uma estratégia nacional para a retomada das obras paralisadas foi a principal pauta da reunião interinstitucional. A expectativa é de fomentar a continuidade e entregar, o mais rapidamente possível, os serviços públicos à sociedade, além de motivar um incremento na economia e gerar oportunidades de emprego.

Para que isso aconteça, será acionada a rede de controle nos estados. Além dos Tribunais de Contas, há a previsão de que tomem assento no grupo representantes dos Tribunais de Justiça, do Ministério Público, inclusive o MP de Contas, o governo federal, gestores estaduais e municipais, os legislativos, órgãos ambientais, entre outros.

Essa rede se encarregará de promover uma tria-



gem nos levantamentos executados pelo Tribunais de Contas para identificar a irregularidade que deu causa à paralisação, priorizando as obras de creches. Depois disso, serão realizadas audiências de conciliação com o objetivo de sanear a irregularidade e determinar o prosseguimento da obra. Eventualmente, será adotado o recurso do destrato, seguido de nova licitação, para assegurar que a conclusão dos serviços.

LEVANTAMENTO

Os Tribunais de Contas foram responsáveis pela elaboração de um diagnóstico das grandes obras suspensas e paralisadas no Brasil. O levantamento foi produzido a partir de uma pesquisa declaratória com os jurisdicionados, entre 15 de fevereiro e 15 de março de 2019, considerando uma margem de corte nos valores de contrato acima de R\$ 1,5 milhão e execução a partir do ano de 2009.

Com base nesses critérios de referência, os Tribunais de Contas do Brasil detectaram 2.555 obras (paralisadas ou suspensas), com valores contratados que atingem a cifra de R\$ 89.559.633.165,90. Nesse montante, foram identificadas 543 obras de creches e escolas paralisadas em todo o país, com financiamentos públicos que superam, somente nesses casos, a cifra de R\$ 3,6 bilhões.

O presidente Fábio Nogueira reafirmou que o Sistema Tribunais de Contas estará sempre a postos para discutir pautas republicanas e colaborar para a solução da crise socioeconômica que o país enfrenta. “Somos guardiões do maior banco de dados da administração pública, possuímos instrumentos técnicos, tecnológicos e pessoal qualificado. Todos esses recursos estão

à disposição do Brasil”, assegurou. O presidente do TCU, José Mucio, salientou que essa relação interinstitucional é muito salutar para os interesses da cidadania. De acordo com o ministro, essa é uma característica do Controle Externo Contemporâneo: a apresentação de resultados efetivos à sociedade.

Para o conselheiro Edilson Silva (CNPTC) essa cooperatividade, que se estabelece entre os órgãos da República, será capaz de apontar caminhos para a solução dos problemas sociais, sobretudo quando se trata da oferta de equipamentos de ensino. “Temos consciência de que nenhuma área é mais fundamental que a educação”, reforçou.

O presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Antonio Roque Citadini, foi um dos que demonstraram o maior interesse em contribuir com a estratégia. O conselheiro colocou a ferramenta ‘Painel de Obras Atrasadas ou Paralisadas’, desenvolvida pela TCE-SP, à disposição dos trabalhos.

RECONHECIMENTO

Na reunião desta terça-feira, o ministro Dias Toffoli reconheceu a relevante colaboração dos TCs no diagnóstico na identificação das obras e nas causas das paralisações e, a partir de agora, a participação efetiva na Estratégia Nacional para a Retomada de Obras Paralisadas.

PRESENÇA

Além das entidades que congregam e representam o Sistema Tribunais de Contas, presidentes dos TCs, participaram da reunião o Corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins; o Subprocurador Geral da República, Alcides Martins; o Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica do CNJ, Richard Pae Kim; o Secretário Geral do CNJ, Carlos Vieira von Adamek; e o Senador Rodrigo Cunha e, ainda, representantes do Ministério da Educação e do FNDE.

ATRICON DIVULGA RELATÓRIO DE OBRAS PARALISADAS NO BRASIL

A Atricon produziu material gráfico com resultados do diagnóstico de grandes obras suspensas e paralisadas no Brasil. Trata-se da consolidação de um levantamento executado pelos 33 Tribunais de Contas do país, entre os dias 15 de fevereiro e 15 de março de 2019. Em razão do exíguo prazo foi utilizada, como metodologia, uma pesquisa declaratória. As informações foram obtidas a partir de um questionário elaborado pelos TCs e aplicado junto aos jurisdicionados de cada um deles.

Embora não tenha sido empregado um procedimento de auditoria, os números são expressivos e mostram a importância do trabalho, resultante de Cooperação Técnica envolvendo a Atricon, o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal de Contas da União, com fundamento na Lei n. 8.666, de 1993, cujo Termo foi assinado no último dia 4 de junho de 2019, em solenidade no CNJ.

Para a obtenção desse diagnóstico preliminar, foram consideradas as obras com valores de contrato acima de R\$ 1,5 milhões e iniciadas a partir de 2009. Com base nesses critérios de referência, os Tribunais de Contas do Brasil detectaram 2.555 obras (paralisadas ou suspensas), com valores contratados que atingem a cifra de R\$ 89.559.633.165,90.

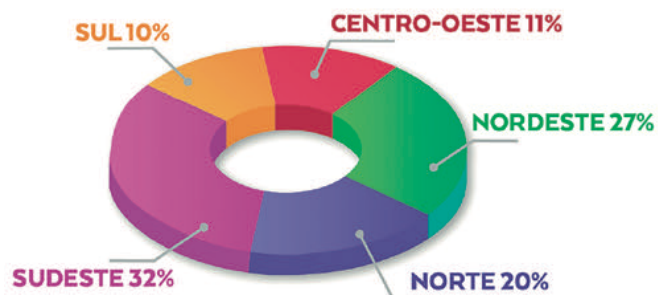
Os números mais expressivos de obras paralisadas ou suspensas estão na região Sudeste do país: São Paulo com 325; Rio de Janeiro com 224; e Minas Gerais com 189. Dentre as razões gerais apontadas para a paralisação das obras, a suspen-

são de repasses de recursos conveniados é a mais relevante, com 20,9% das respostas. Os gestores também declararam pendências com as construtoras contratadas (20,5%), seguido de falhas no planejamento (19,1%).

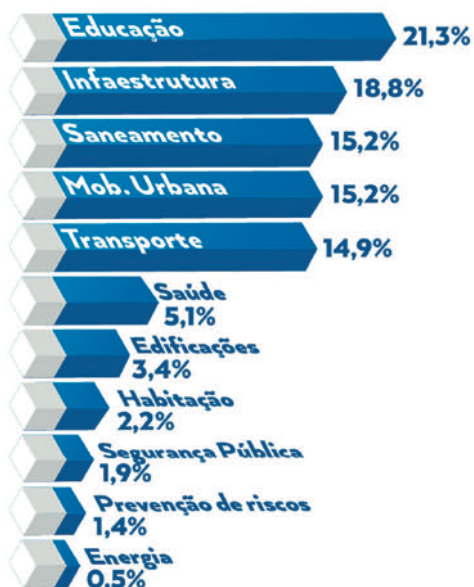
O trabalho terá continuidade com os subsídios do diagnóstico: a partir informações preliminares, cada Tribunal de Contas elenca obras consideradas prioritárias - a exemplo daquelas que contemplam as áreas de saúde e educação - para um aprofundamento analítico das causas da paralisação, ou impedimento da continuidade dos serviços.

Nessa fase serão empregados critérios de auditoria, com análise de documentos, verificação in loco, dentre outros procedimentos específicos. A intenção principal é encontrar meios para destravar essas obras, a fim de que a população possa se beneficiar de serviços públicos de qualidade.

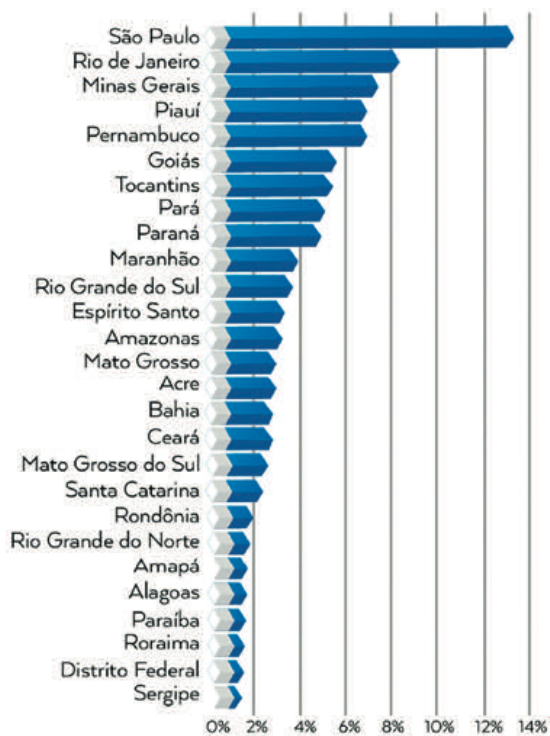
(%) QUANTIDADE DE OBRAS



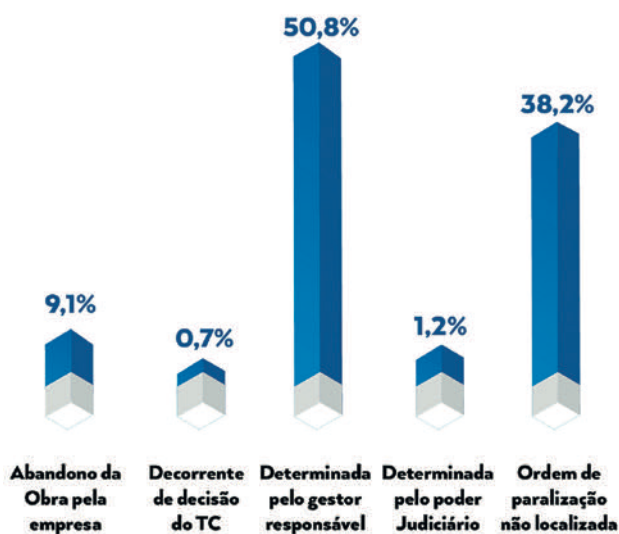
TIPOS DE OBRAS



MOTIVOS DA PARALIZAÇÃO




QUEM DETERMINOU A PARALIZAÇÃO





ATRICON E IBRAOP DISCUTEM APRIMORAMENTO E ASSINAM COOPERAÇÃO TÉCNICA PREVENDO O CONTROLE DE OBRAS PÚBLICAS


 aprimoramento do Sistema Tribunais de Contas, no que compete à gestão e controle de obras públicas no Brasil. Com esta motivação, os presidentes Fábio Nogueira (Atricon) e Anderson Uliana Rolim (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas)

celebraram, em 2 de julho de 2019, um Termo de Cooperação Técnica. O ato aconteceu no gabinete do presidente do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, oportunidade em que o Conselheiro Arnóbio Viana, formalizou a filiação do TCE-PB ao IBRAOP.

A cooperação entre a Atricon, representando o Sistema Tribunais de Contas, e o IBRAOP remonta ao ano de 2009, quando foi assinado um protocolo de intenções que, além da previsão de uniformização de procedimentos de auditoria de obras públicas e serviços de engenharia, prevê o incentivo à filiação dos TCs ao IBRAOP.

Durante o encontro, o presidente Fábio Nogueira ressaltou que a Atricon mantém um olhar atento à qualidade das obras públicas e que esse é um comportamento exigido no processo de aprimoramento das ações do Sistema. “Para obter o conceito de efetivo, o serviço público precisa de ambientes que propiciem o bem estar dos usuários; isso significa que a obra tem que ser executada com todo o critério possível, perpassando os princípios basilares da administração pública”, comentou.

Ao fazer referência a “essa qualidade da obra pública” o presidente Fábio Nogueira citou o Programa de Defesa do Estatuto da Cidade (Decide), implantado no TCE-PB, na gestão do Conselheiro Arnóbio Viana, com o propósito de fomentar Consórcios de Desenvolvimento Urbano nos municípios da Paraíba. O embasamento legal da iniciativa é o Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257, de 2001).

Com o Programa Decide, o presidente Arnóbio Viana tem visitado diversas cidades paraibanas e formalizado a entrega de levantamentos aerofotogramétrico (mapeamento de construções realizados a partir de fotografias captadas por um drone) às autoridades locais. “Com isso, pretendemos fomentar uma melhor organização arquitetônica e ações de desenvolvimento urbano que contemplem, sobretudo, observando a segurança da população - por meio do combate à construção clandestina -, a preservação do meio ambiente e a mobilidade”, destacou o Conselheiro.

“

Para obter o conceito de efetivo, o serviço público precisa de ambientes que propiciem o bem estar dos usuários

Fábio Nogueira
Presidente Atricon



AUDIÊNCIA NO SENADO PARA FORTALECER RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Para fortalecer relações com instituições da República, Atricon mantém audiência com representantes dos Poderes. Uma delas foi na presidência do Senado Federal.

O Sistema Tribunais de Contas, representado por membros de todo o Brasil, foi recebido em audiência pelo Senador Davi Alcolumbre, presidente do Senado Federal, em abril de 2019. Na ocasião, o presidente Fábio Nogueira apresentou um panorama da estrutura das Cortes brasileiras, responsáveis pela fiscalização e controle dos recursos públicos.

Depois de um percurso sobre um cenário anterior de fragmentação dos Tribunais de Contas, no sentido de que não havia interlocução entre eles, o presidente Fábio Nogueira chegou ao ponto em que Atricon assume a defesa institucional do Sistema, o que foi impulsionado com a edição do Planejamento Estratégico, em 2012, com o fim precípua de promover o aprimoramento das ações. Desde então, está se delineando uma nova conjuntura em que as Cortes atuam de modo integrado e colaborativo.


Fábio Nogueira salientou que um dos instrumentos responsáveis por essa nova realidade no Sistema é o Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas, por intermédio das Resolu-

ções Diretrizes, que buscam a padronização dos procedimentos; e a ferramenta Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas, por meio do qual os TCs têm se disponibilizado a promover uma auto avaliação; ou seja, “o MM-D-TC traça uma radiografia das Cortes e, diante dela, promovem o aperfeiçoamento das ações”. O presidente ilustrou que o QATC-MMD-TC tem como parâmetro as melhores práticas internacionais de controle. De acordo com ele, o processo avançou para um modelo de Controle Externo contemporâneo, que não se limita à auditoria da conformidade dos gastos, mas analisa políticas públicas se refletem na melhoria da qualidade da educação.

No final, o presidente Fábio Nogueira pediu apoio para a PEC 22/2017, de autoria do ex-Senador Cássio Cunha Lima e desarquivada por iniciativa do Senador Esperidião Amin. A Proposta de Emenda Constitucional prevê, dentre outras alterações legislativas, a criação de um Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, nos moldes do CNJ para o Poder Judiciário; critérios mais rígidos para a composição dos colegiados; e ampliação da área técnica.



PALAVRAS DO SENADOR

Davi Alcolumbre, depois de ouvir atentamente a explanação do presidente  Nogueira, falou da satisfação em receber quem cuida da gestão do Brasil, com seus 5.570 municípios e ressaltou que aquele encontro serviu para referendar a sua compreensão sobre o papel importante que TCs desempenham na vida pública nacional.

O Senador salientou que o Senado Federal estará de portas abertas para reforçar esse importante diálogo com os Tribunais de Contas, que têm ajudado a manter na política homens de bem, com atuação pedagógica e preventiva, que resulta numa gestão pública de maior qualidade. “Podem contar com o Senado, estamos dispostos a nos dar as mãos para construir uma nova

história para o país e para transformar o Brasil em uma grande Nação. Saio daqui convencido de que o diálogo e entendimento são os únicos caminhos para construir uma grande sociedade”.

Davi Alcolumbre registrou que toda a simpatia que nutre pelos Tribunais de Contas pode ser personalizada na amizade que nutre pelo conterrâneo do Estado do Amapá, Conselheiro Michel Hoaut Harb, presidente do TCE- AP, por intermédio de quem a Atricon obteve o agendamento da audiência.

PARTICIPAÇÃO

Além dos membros dos TCs, dentre os quais diversos presidentes, esteve presente o Senador Chico Rodrigues.

SISTEMA TRIBUNAIS DE CONTAS DISCUTE PAUTA REPUBLICANA COM O MINISTRO SÉRGIO MORO

O Sistema Tribunais de Contas, capitaneado pela Atricon, foi recebido em audiência pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, no Palácio da Justiça, em Brasília, em fevereiro de 2019. Reuniram-se presidentes, ou representantes destes, das trinta e três Cortes brasileiras, dirigentes da entidade, do IRB e da Abracom.

O ministro Sérgio Moro abriu o encontro afirmando que muitas pautas governamentais dependem da integração entre instituições e reconheceu a relevância dos Tribunais de Contas para a governabilidade. Com relação às propostas, que seriam apresentadas pelo Sistema, ele pediu compreensão porque “são temas que demandam algum tempo para maturação”.

O Benjamin Zymler representou o TCU e foi o primeiro a expor uma impressão do Sistema Tribunais de Contas, quando realçou o papel protagonista das ações da Atricon. “Trata-se de algo inusitado e moderno, que promove a medição de resultados e uma competição absolutamente saudável para a melhoria dos procedimentos”.

O aspecto positivo da interlocução entre as instituições, também, foi sublinhado pelo ministro Benjamin Zymler, ao reconhecer a imprescindível e inovadora cooperação, inaugurada a partir de um despacho do então juiz Sérgio Moro, dando ao TCU acesso a informações da Operação

Lava Jato. “Isso traz luz aos processos judiciais, que necessitam de uma análise mais densa do controle externo”, comentou.

Um panorama mais completo do Sistema Tribunais de Contas coube ao presidente Fábio Nogueira, que falou da estrutura das Cortes de Contas brasileiras e salientou o interesse em colaborar com qualquer pauta republicana, para que o Brasil resgate a governabilidade e retome o desenvolvimento socioeconômico.

Fábio Nogueira defendeu que a participação dos Tribunais de Contas nas ações de combate à corrupção e nas políticas de impedimento à improbidade administrativa. “De forma muito atíva deixo aqui essa mensagem de compromisso com uma pauta republicana, da qual o Sistema Tribunais de Contas não pode se ausentar”, ponderou. Nos dados apresentados pelo presidente da Atricon, chamaram a atenção números, que consubstanciam os resultados das ações dos Tribunais de Contas. No exercício de 2018, foram julgados 350.415 processos; a cada R\$ 100 fiscalizados, o custo correspondente de manutenção do Sistema é de R\$ 0,20. Ao se aplicar R\$ 1,00 nos TCs, o retorno mínimo auferido é de R\$ 5,00. Apenas em 2018, na esfera punitiva, o conjunto dos Tribunais de Contas imputou débitos aos gestores na ordem de R\$ 14,5 bilhões e cominou multas que, somadas, alcançaram R\$ 1,7 bilhão; ou seja, um montante equivalente a 16,2 bilhões de reais.



Ao final, o presidente Fábio Nogueira entregou ao ministro um conjunto de documentos, que “comprovam a capacidade que Sistema Tribunais de Contas para interferir favoravelmente nos destinos da Nação, com destaque para sugestões imprescindíveis ao aperfeiçoamento do Controle Externo Brasileiro”. Sérgio Moro se disse satisfeito pela ocasião e adiantou que esse poderia ser considerado o primeiro de alguns encontros com a Atricon.

“

As pautas governamentais dependem da integração entre as instituições para fortalecer a governabilidade.

Sérgio Moro
Ministro da Justiça

Presente o presidente do IPP, Ivan Bonilha (TCE PR); e os seguintes dirigentes da Atricon: presidente Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, TCE - PB; Vice-Presidente de Desenvolvimento do Controle-Externo, Sebastião Carlos Ranna - TCE - ES; Vice-Presidente de Relações Político-Institucionais, Antonio Renato Alves Rainha TC- DF; Vice-Presidente de Defesa de Direitos e Prerrogativas e de Assuntos Corporativos, Paulo Curi Neto TCE- RO; Sebastião Cezar Leão Colares - TCM-PA; Felipe Galvão Puccioni - TCM - RJ; Manoel Dantas Dias - TCE- RR; Gilberto de Oliveira Jales - TCE - RN; Marcus Vinícius de Barros Presídio - TCE - BA; Cláudio Couto Terrão - TCE-MG; Luiz Henrique Lima TCE-MT; Marco Antonio Lopes Peixoto - TCE-RS; Manoel Pires dos Santos - TCE-TO; Clóvis Barbosa de Melo - TCE-SE.

Presidentes dos Tribunais de Contas do Brasil: Thiers Montebello (TCM-RJ / ABRACOM); TCE-RO Edilson Silva; TCE-RR, Cilene Salomão; TCE-TO, Severiano Costandrade; TCM-GO, Joaquim Castro; TCE-AP, Michael Harb; TCE-AM, Yara Lins; TCE-AL, Otávio Lessa (ATRICON); TCE-GO, Celmar Rech; TCM-SP, João Antônio; TCE-PE, Marcos Loreto (ATRICON); TCE-CE, Edilberto Pontes; TCE-PR, Nestor Bastista; TCE-SC, Adircélio Ferreira (ATRICON); TCE-PI, Abelardo Vilanova; TCE-AC, Antônio Cristóvão Correia Messias; TCM-PA, Sérgio Leão; TCDF, Anilcéia Machado; TCM-BA, Francisco Andrade Neto; TCE-RS, Iradir Pietroski; TCE-MT, Gonçalo Domingos Neto; TCE-RN, Francisco Potiguar; Além dos Conselheiros: TCE-SP, Cons. Sidney Beraldo; TCE-MS, Ronaldo Chadid; TCE-MA, Washington Oliveira; TCE- RS, Cezar Miola; e Luiz Antônio Guaraná, dirigente da ABRACOM.

Confira Propostas apresentadas em: http://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2019/02/of_0170_ministro_justica.pdf



TRIBUNAIS DE CONTAS DISCUTEM AGENDA PARA O PAÍS



O envolvimento do Sistema Tribunais de Contas nas ações de superação da crise socioeconômica e em prol da retomada do desenvolvimento do Brasil, foi confirmado ao ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, durante audiência que aconteceu em fevereiro de 2019. O presidente Fábio Nogueira liderou um grupo representantes das Cortes brasileiras, que foram recebidos em audiência na sede do Ministério, para levar essa mensagem ao Governo Federal, demonstrando completa e permanente disponibilidade em discutir uma agenda para o país e contribuir com a governança pública. Essa agenda passa pelo ajuste fiscal, pelo combate à corrupção e pela máxima efetividade do gasto público. O Ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, reconheceu a excelência e a importância dos Tribunais de Contas para o aperfeiçoamento da gestão pública e para o combate à corrupção. O Sistema Tribunais de Contas, segundo relatou-se ao ministro, vem empenhando esforços substanciais no processo de aprimoramento

das Cortes. “Desta maneira, vimos alcançando a efetividade dos procedimentos de fiscalização e controle e produzindo a qualificação da gestão pública; mas é preciso manter a consciência de que esse é um processo inexaurível, salientou Fábio Nogueira”.

O presidente Fábio Nogueira, e demais presentes à audiência com o ministro Lorenzoni, estão na Capital Federal participando do I Fórum do Acordo de Cooperação Técnica da STN/ME com os Tribunais de Contas que, entre outros alcances, trata da harmonização de procedimentos contábeis. “A presença massiva do Sistema no evento é reflexo no nosso compromisso com um Brasil promissor”, disse o presidente.

Além do presidente Fábio Nogueira, Participaram da audiência os conselheiros: Edilson Silva, presidente do TCE-RO; Edilberto Pontes, presidente do TCE-CE; Otávio Lessa, presidente do TCE-AL; Marco Peixoto, corregedor-geral do TCE-RS; e Carlos Ranna de Macedo, ouvidor do TCE-ES.



EM AUDIÊNCIA NO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, ATRICON REAFIRMA INTERESSE EM CONTRIBUIR PARA O RESGATE DA GOVERNABILIDADE ADMINISTRATIVA

Uma comissão do Sistema Tribunais de Contas foi recebida em audiência pelo ministro da Economia, Paulo Guedes. O encontro, sob a condução da Atricon, aconteceu em março de 2019, na sede do Ministério, quando renovou-se o interesse das Cortes em contribuir para o resgate da governabilidade administrativa, para a retomada do desenvolvimento do Brasil, para a redução das desigualdades sociais e solução da crise fiscal e econômica. Com a apresentação de um panorama prelimi-

nar acerca das potencialidades dos Tribunais de Contas: estrutura, capacidade técnica, recursos tecnológicos, programas de disseminação boas práticas, armazenamento de dados (maior banco de informações da administração pública), fomento ao controle social, qualificação e formação de gestores e agentes públicos, por meio das Escolas de Contas, enfim todo um aparato que vem transformando as ações de fiscalização e controle, o presidente Fábio Nogueira transmitiu a intenção de contribuição, ao ministro Paulo Guedes.



De acordo com Fábio Nogueira, a crise socioeconômica, que atingiu o Brasil, exige um enfrentamento conjunto. Para ele, é primordial que seja ampliada a conjugação de esforços, que já vem sendo experimentada pelo Sistema Tribunais de Contas, para que se encontre uma solução favorável aos cidadãos brasileiros. Uma alternativa, que a Atricon vem defendendo, é a adoção de parcerias com os órgãos governamentais, além da manutenção de uma relação institucional harmoniosa.

Nessa esfera, foi enumerado, como um exemplo, o acordo de cooperação técnica entre a Atricon, o Instituto Rui Barbosa - IRB e a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, formalizado com a intenção de uniformizar procedimentos e conceitos, ao qual todos os 33 (trinta e três) TCs aderiram e elegeram representantes para as deliberações.

Outro apontamento feito diz respeito à parceria com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que originou o Comitê Interinstitucional de Diagnóstico de Grandes Obras Suspensas e Paralisadas. O resultado desse entendimento tem sido um esforço conjunto dos Tribunais de Contas - da União, dos Estados e de Municípios -, que estão encarregados de realizar um levantamento acerca da paralização da construção de equipamentos públicos, que já poderiam estar servindo aos cidadãos, e encontrar soluções para a sua retomada.

DOCUMENTO

Esse propósito de cooperação e de maior participação nas decisões, inclusive no estudo e colaboração com reformas na legislação brasileira, está contemplado pelo processo de aperfeiçoamento adotado pelo Sistema Tribunais de Contas. Algumas propostas nesse sentido estão em um documento entregue ao ministro Paulo Guedes.

De acordo com Fábio Nogueira, o Sistema Tribunais de Contas assumiu uma postura contemporânea de controle, que ultrapassa os meandros da legalidade e conformidade da gestão para vislumbrar a efetividade das políticas públicas. “Isso reflete os anseios da cidadania e estamos imbuídos desse compromisso”, realçou.

Comissão: Além do presidente Fábio Nogueira, estiveram na audiência com o ministro Paulo Guedes: os dirigentes da Atricon Antônio Renato Alves Rainha (TCDF) e Cláudio Couto Terrão (TCE-MG); os Conselheiros Thiers Montebello, presidente do TCM-RJ e da ABRACOM; Antônio Roque Citadini, presidente do TCE-SP; Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, presidente do TCE-SC; Edilberto Carlos Pontes Lima, presidente do TCE-CE; Celmar Rech, presidente do TCE-GO.



COM AGENDA INTERINSTITUCIONAL REPRESENTANTES DA ATRICON TÊM AUDIÊNCIAS NO STF

Atricon vem mantendo uma agenda de audiências interinstitucionais para discutir questões atinentes ao Sistema Tribunais de Contas e, conforme expressou o presidente Fábio Nogueira, também, referendar o compromisso dos TCs com uma pauta republicana, que possa contribuir com a reinserção do Brasil na rota do desenvolvimento.

Numa dessas ocasiões, uma audiência foi no Supremo Tribunal Federal (Salão Branco), com o Ministro Alexandre de Moraes para tratar de matérias jurídicas em tramitação no STF, em junho de 2019. Entre outras questões, a pauta foi concernente às Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) afetas aos Tribunais de Contas. Fábio Nogueira destacou a cordialidade do Mi-



nistro Alexandre de Moraes e a forma solícita com que se dispôs a ouvir representantes do Sistema Tribunais de Contas. O presidente realçou que as instituições da República precisam preservar o diálogo e a harmonia nas relações. “É o que temos buscado, com grata e respeitosa reciprocidade”, salientou.

PARTICIPAÇÃO

Além do presidente Fábio Nogueira, participaram o Conselheiro Presidente do TCM-SP, João Antônio da Silva Filho; o Conselheiro presidente do TCM-GO e Vice-Presidente do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas, Joaquim Alves de Castro Neto; o Conselheiro Vice-Presidente do TCE-RS, Estilac Martins Rodrigues

Xavier; e o Advogado Cláudio de Souza Neto.

Em 23 de agosto de 2018, membros do Sistema Tribunais de Contas estiveram em audiência com o Ministro Marco Aurélio Mello para apresentação de Memoriais em face do RE n. 848.826. Participaram o presidente da Atricon Fábio Nogueira; o Ministro Marcos Bemquerer, presidente da Audicon; o Conselheiro Ivan Lelis Bonilha, presidente do Instituto Rui Barbosa; o Conselheiro Caldas Furtado, presidente do TCE-MA e do Colégio de Presidentes do Tribunais de Contas; o Conselheiro Manoel Pires dos Santos, presidente do TCE-TO; o Conselheiro Mário Manoel Coelho Mello (TCE-AM); além dos advogados da Atricon Beatriz Veríssimo de Sena e Cláudio Pereira de Souza Neto.

CÂMARA FEDERAL: EM PAUTA MATÉRIAS LEGISLATIVAS DO INTERESSE DO SISTEMA TCS



Com o interesse de discutir sobre matérias legislativas concernentes ao Sistema Tribunais de Contas, o presidente Fábio Nogueira articulou audiência com o deputado Luis Flávio Gomes, membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. O encontro aconteceu no mês de junho de

2019, no gabinete do parlamentar com a presença do deputado federal paraibano Hugo Motta, também membro da CCJ.

Depois de uma breve exposição acerca do continuado processo de aperfeiçoamento, desencadeado pelos Tribunais de Contas para alcançar a

efetividade das suas ações. Fábio Nogueira disse aos parlamentares que o fortalecimento do Controle Externo também depende de uma adequação da legislação.

Ele lembrou a PEC 22/2017 (SF) de autoria do então Senador Cássio Cunha Lima, desarquivada pelo Senador Esperidião Amin. Dentre outros aspectos importantes, Fábio Nogueira destacou que a proposta prevê critérios de investidura mais rígidos para composição dos colegiados; a criação de um órgão controlador - Conselho Nacional dos Tribunais de Contas; e criação de uma Câmara de Uniformização de Jurisprudência.

Presenças

O presidente Fábio Nogueira esteve acompanhado dos Conselheiros Ivan Bonilha, presidente do IRB; Edilson Silva (TCE-RO), presidente do Colégio Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas; Joaquim Castro, presidente do TCM-GO, diretor da Atricon e vice-presidente do CNPTC.



Frente Parlamentar Mista Ética Contra a Corrupção - aproveitando a estada na Câmara Federal, os representantes do Sistema Tribunais de Contas foram ao encontro da deputada federal Adriana Ventura, coordenadora da Frente Par-

lamentar Mista Ética contra a Corrupção, quando entregaram à parlamentar documentos da Atricon e se colocaram à disposição para participar das ações programadas pela Frente.



Em 11 de abril de 2019, o presidente Fábio Nogueira e os Conselheiros Edilson Silva (TCE-RO), presidente do Colégio Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas do Brasil; Severiano Costandrade, presidente do TCE-TO; e Joaquim de Castro Neto, presidente do TCM-GO, reuniram-se em Brasília com o deputado federal Alessandro Molon. Em pauta: questões relacionadas ao Controle Externo brasileiro e projetos afetos ao Sistema Tribunais de Contas.




IMPACTOS DAS AÇÕES DO SISTEMA TRIBUNAIS DE CONTAS EM FAVOR DA SOCIEDADE

■ *Atricon desenvolve metodologia científica para aferir os benefícios da atuação e colocar as Cortes de Contas do Brasil mais próximas dos cidadãos brasileiros*

A elaboração de um Manual de Quantificação de Benefícios desenvolvidos pela Atuação do Sistema Tribunais de Contas é fruto de estudos desenvolvidos por uma comissão técnica, designada pelo presidente Fábio Nogueira, por meio da Portaria Atricon nº 06/2019. O trabalho também resultou na definição de uma metodologia científica destinada à quantificação econômica dos benefícios advindos da atuação dos TCs brasileiros no exercício de suas competências.

A iniciativa, segundo o presidente Fábio Nogueira, foi gerada da percepção de que cada Tribunal de Contas desenvolve, de maneira distinta, os métodos de mensuração dos resultados da própria atuação e de que a ausência de uniformização dificulta a geração de um quadro numérico consolidado dos benefícios do controle exercido pelas Cortes brasileiras.

Fábio Nogueira ressalta que esse é mais um passo no processo de aperfeiçoamento do Sistema

Tribunais de Contas. O presidente acredita que a apuração dos “benefícios  controle” também vai propiciar uma maior aproximação com o cidadão e facilitar o exercício do controle social.

O presidente destacou que a sociedade brasileira, ainda, detém conhecimento restrito a propósito das competências e atribuições do Sistema Tribunais de Contas, “em que pese o seu papel essencial à manutenção e ao fortalecimento da democracia e os benefícios auferidos pelos cofres públicos em função da atuação corretiva e preventiva”.

SISTEMA - o presidente Fábio Nogueira explicou que a mensuração deverá se desenvolver de forma continuada. Para tanto, está sendo gestado um Sistema de Informações dos Benefícios do Controle Externo - SBCE, que terá informações alimentadas pelos Tribunais de Contas e cuja coordenação e manutenção ficarão a cargo da Atricon.

COORDENAÇÃO - os estudos, a elaboração do manual e criação desse sistema nacional de mensuração dos impactos das ações dos Tribunais de Contas para a sociedade foram coordenados pelo Conselheiro Felipe Galvão Puccioni (TCMRJ). De acordo com ele, um Manual de Aferição dos Benefícios do Controle Externo é imprescindível para o Sistema, “que tem buscado nas auditorias de resultado o meio de promover a efetividade das suas ações”.

“A pretensão é demonstrar à sociedade brasileira, de forma clara e direta, que o retorno proporcionado pelas Cortes de Contas, em muito, supera os custos com a sua manutenção”, declarou Puccioni.

EQUIPE - integram a equipe os Conselheiros Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE-ES);

Severiano José Costandrade de Aguiar (TCE-TO); Edilberto Carlos Pontes Lima (TCE-CE); o Conselheiro Substituto Luiz Henrique Lima (TCE-MT); e o Procurador do Ministério Público de Contas da Paraíba, Brádson Tibério Luna Camelo.

Além desses, integraram o grupo os Auditores do Controle Externo Fábio Flores Tessinari Junior (TCMRJ); Odilson Sousa Barbosa Junior (TCE-ES); Risodalva Beata de Castro (TCE-MT); Josedilton Alves Diniz (TCE-PB). O Técnico do Controle Externo, Marcelo Olímpio Tavares (TCE-TO); o Analista de Controle Externo Gleison Diniz (TCE-CE); e o Professor/Doutor da Universidade Federal de Paraíba Aléssio Tony Cavalcanti de Almeida.

“

Mais um passo no processo de aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas. O controle vai propiciar uma maior aproximação com o cidadão e facilitar o exercício do controle social.

Fábio Nogueira
Presidente Atricon

PORTARIAS EDITADAS ESPELHAM CAMPO DE AÇÃO AMPLIADO



Foram editadas, durante o exercício de 2019, dezesseis Portarias Administrativas que se somaram às vinte e uma do ano de 2018. O número reflete a amplitude da atuação e corrobora o espírito de integração institucional. Parte expressiva dessa normativo técnico comporta a previsão de participação do TCU, Tribunais de Contas dos Estados e dos Municípios e Ministério Público, além das entidades ABRACOM, AUDICON, AMPCON, IRB e CNPTC.

O Sistema Tribunais de Contas, nesses dois anos, esteve inserido em momentos importantes da conjuntura brasileira. As portarias, editadas pelo presidente Fábio Nogueira, são o reflexo dessa participação. Exemplo disso, é a designação de membros para colaborar com uma Comissão de Juristas instituída pela Câmara dos Deputados para apresentar propostas de aperfeiçoamento da Administração Pública (PORTARIA Nº 12/2018).



CONFIRA ALGUMAS PROPOSTAS:

PORTARIA Nº 05/ 2018

Designa integrantes para a composição da Comissão de Representantes referentes ao Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2018, celebrado pela União - por intermédio da Secretaria do Tesouro Nacional -, pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon e pelo Instituto Rui Barbosa - IRB.

PORTARIA Nº 10/2018

Comissão para colaborar no processo legislativo de formulação da nova Lei de Licitações e Contratos - Projeto de Lei da Câmara nº 6814/17.

PORTARIA Nº 14/2018

Designar componentes de comissão que deverá propor uma regulamentação, no âmbito do Sistema de Controle Externo, da temática do julgamento das contas de prefeitos ordenadores de despesa, à luz da atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

PORTARIA Nº 15/2018

Designar componentes de comissão incumbida da análise dos desdobramentos provenientes a Lei Nacional 13.460/17, que instituiu normas para participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários de serviços públicos, de modo a propor ações coordenadas e procedimentos padronizados para o Sistema de Controle Externo.

PORTARIA Nº 16/2018

Designa representantes desta Associação para composição da Câmara Técnica de Normas Contábeis e Demonstrativos Fiscais da Federação (CTCONF).

PORTARIA Nº 21/2018

Indica integrantes do Sistema Tribunais de

Contas para compor o ‘Comitê Interinstitucional de Diagnóstico de Gêneros Obras Suspensas e Paralisadas’.

PORTARIA Nº 03/2019

Designar componentes para colaborar na Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA).

PORTARIA Nº 06/ 2019

Designa integrantes para a composição da Comissão Técnica responsável pela elaboração de estudos e definição de metodologia objetiva destinada à quantificação econômica dos benefícios advindos da atuação dos Tribunais de Contas no exercício de suas competências.

PORTARIA Nº 09/ 2019

Designa integrantes para a composição da Comissão responsável pelas ações relacionadas ao Acordo de Cooperação Técnica nº 001/2019, celebrado com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

PORTARIA Nº 16/2019

Designar comissão para colaborar, por meio da elaboração de Nota Técnica, no processo legislativo que trata da Proposta de Emenda à Constituição nº 48/2019.

PORTARIAS IMPORTANTES SÃO RELACIONADAS À REDE NACIONAL DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS - INFOCONTAS

Em 2018, o presidente Fábio Nogueira editou uma série de portarias para reforçar as atividades da Rede Nacional de Informações Estratégicas, em atendimento a demandas geradas durante reunião, ocorrida no final de fevereiro,



InfoContas
Rede Nacional de Informações
Estratégicas para o Controle Externo

no I Simpósio de Inteligência Institucional do TCE-PI. A InfocContas foi instituída, a partir de um acordo de cooperação técnica celebrado pela Atricon com o Instituto Rui Barbosa (IRB) e os Tribunais de Contas do Brasil, para o intercâmbio de dados e conhecimentos.

A constituição de uma comissão que deverá se encarregar de definir estratégias de ação para a identificação de acumulação de cargos, empregos e funções públicas, está prevista na Portaria Nº 01/2018. Uma segunda (Portaria Nº 02/2018) nomeia integrantes que se encarregarão da produção de conhecimentos específicos para viabilizar o trabalho conjunto referente à utilização da matriz de pessoa jurídica, para a detecção de risco de fraude.

PORTARIA Nº 03/2018

Constitui comissão incumbida da elaboração de minuta de “Procedimentos para Viabilizar a Operação e a Comunicação das Unidades de Informações Estratégicas dos Tribunais de Contas, no âmbito da Rede InfoContas”. A quarta (Portaria Nº 04/2018) define incumbência de redação de proposta de “Regimento Interno para o Laboratório de Informações Estratégicas para o Controle Externo, no âmbito da Rede InfoContas”.

No exercício de 2019, foram publicadas quatro novas portarias relacionadas à atuação da Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo. Confira:

PORTARIA Nº 11/ 2019

Designa integrantes para compor grupo de trabalho encarregado de disponibilizar instrumentos e procedimentos para viabilizar a cooperação interinstitucional no âmbito da Rede InfoContas. No exercício de 2019, foram publicadas qua-

tro novas portarias relacionadas à atuação da Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo. Confira:

PORTARIA Nº 11/ 2019

Designa integrantes para compor grupo de trabalho encarregado de disponibilizar instrumentos e procedimentos para viabilizar a cooperação interinstitucional no âmbito da Rede InfoContas.

PORTARIA Nº 12/ 2019

Designa integrantes para compor grupo de trabalho encarregado da gestão da Matriz de Risco de Credores no âmbito da Rede InfoContas.

PORTARIA Nº 13/ 2019

Designa integrantes para compor grupo de trabalho encarregado da viabilização de acesso e disponibilização de bases de dados de interesse comum no âmbito da Rede InfoContas.

PORTARIA Nº 14/ 2019

Designa integrantes para compor grupo de trabalho encarregado da criação de um banco de tipologias de fiscalização e auditoria para uso no âmbito da Rede InfoContas.

INFOCONTAS

A Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo é resultado de um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Atricon, o IRB e as Cortes, que integram o Sistema Tribunais de Contas, e foi instituída, em 2013.

Todas as normas referentes à Rede InfoContas, assim como as portarias voltadas a outros interesses, estão publicadas no site Atricon: <http://www.atricon.org.br/category/revista-do-tc/portarias/>.



ATRICON, ABRACOM E IRB INAUGURAM SEDES EM BRASÍLIA. APROXIMAÇÃO ENTRE AS ENTIDADES FAVORECE DECISÕES E FORTALECE O SISTEMA TRIBUNAIS DE CONTAS

“Espaço da cidadania e do Controle Externo do Brasil”. É a denominação dada pelo presidente Fábio Nogueira às sedes da Atricon, Abracom e IRB inauguradas em abril de 2019, numa cerimônia que reuniu membros dos Tribunais de Contas de todo o Brasil, em Brasília.

As entidades passam a ocupar ambiente interligado que, segundo as palavras do Conselheiro, celebram a conjunção de forças que tem sido dispensada ao aprimoramento do Sistema Tribunais de Contas.

Fábio Nogueira falou que aquele instante representava a concretização de um sonho, no início

sonhado individualmente, depois compartilhado e, finalmente, coletivizado entre as entidades que congregam a representatividade dos Tribunais de Contas. De acordo com ele, “o que está materializado em pedra e cal é a planta de algo que se amplia, que se estende para novos e ousados horizontes de integração e de esperanças novos passos rumo ao aprimoramento”.



“

**O ambiente
congregado
vai facilitar
e viabilizar a
projeção de
novas ações de
aprimoramento**


Fábio Nogueira
Presidente Atricon

Para Fábio, “o espaço congregado” vai facilitar e viabilizar a projeção de novas ações de aprimoramento, “passamos a dispor de um ambiente onde poderemos ampliar e democratizar as discussões e as ações, que o Controle Externo contemporâneo demanda e que têm como fim precípua a boa governança dos recursos da sociedade e políticas públicas efetivas”.

De acordo com o presidente, todo o Sistema Tribunais de Contas agora tem uma “casa” em Brasília. Fábio Nogueira relatou que, na escolha do edifício (Íon Escritórios Eficientes - SGAN 601, Lote H L2, Asa Norte) pesaram vários fatores e destacou, dentre muitos aspectos, o fato de a edificação haver sido projetada em consonância com princípios ambientalmente corretos.



Palavras de Thiers Montebello

O presidente da Abracom, Conselheiro Thiers Montebello (TCMRJ), fez  breve discurso em que relatou o processo de convencimento para a concretização da compra da nova sede da entidade. De acordo com ele, o que preponderou foi o “fortalecimento da união”, cujo significado está no compartilhamento de um ambiente em que todos os membros do Sistema Tribunais de Contas serão “absolutamente bem-vindos”.

mento como sendo “além da união dos espaços, o reforço da união de propósitos”. Associou essa “congregação de interesses” com a amizade nutrida entre Winston Churchill e Franklin Roosevelt, que teria repercutido positivamente para o êxito das forças aliadas na Segunda Guerra.

Ivan Bonilha ressaltou: “a amizade que nutrimos uns pelos outros será a base para construirmos grandes feitos juntos”.



Momentos que marcaram

O ex-Senador paraibano Cássio Cunha Lima foi o primeiro brasileiro agraciado com a Medalha do Mérito do Controle Externo do Brasil. A outorga ocorreu por indicação do presidente Fábio Nogueira, aprovada pela diretoria da Atricon em reunião ocorrida em Florianópolis. A justificação teve a relatoria do Conselheiro Marcos Loreto (TCE-PE).

A entrega da medalha aconteceu durante a solenidade de inauguração das novas sedes, quando o ex-Senador foi saudado pelo presidente Fábio Nogueira com palavras que refletem o reconhecimento pela contribuição de Cássio Cunha Lima ao do Sistema Tribunais de Contas, quando apresentou no Senado a PEC-22/2017, com



Palavras de Ivan Bonilha

O presidente do Instituto Rui Barbosa, Ivan Bonilha (TCE-PR), realçou a importância do mo-

propostas de alterações legislativas que repercutirão no fortalecimento do Controle Externo.

Fábio Nogueira destacou: “A Medalha do Mérito do Controle Externo do Brasil tem o condão do reconhecimento; tem a expressão da gratidão. O que se agradece, neste momento, é a valiosa colaboração plantada pelo ex-Senador Cássio Cunha Lima, quando apresentou no Senado Federal a PEC 22/2017”.

Agradecimento

ao agradecer a homenagem, Cássio Cunha Lima ressaltou que “em qualquer trincheira” estará disponível para contribuir com o fortalecimento do Controle Externo e manterá inalterado o “compromisso de lutar por um Brasil mais ético”. O fato de ter sido o primeiro agraciado, de acordo com o ex-Senador, “torna a medalha muito mais significativa”.

Cooperação


Outro ponto marcante foi a celebração do Acordo de Cooperação nº 16/2019 entre a Atricon e a Controladoria-Geral da União (CGU). O propósito é a promoção de intercâmbio de dados, conhecimentos, informações e experiências, visando o fortalecimento e à disseminação de mecanismos de participação social, controle social de políticas públicas e serviços públicos no âmbito da Rede Nacional de Ouvidorias.

O ministro Wagner de Campos Rosário falou da importância da parceria com a Atricon destacando o fato de o Sistema Tribunais de Contas possuir um imenso banco de dados da administração pública e grande capacidade fomentar o controle social e a proteção aos direitos dos usuários dos serviços públicos. “A nossa intenção é de que o cidadão exerça o controle e passe a ter capacidade de exigir a qualificação das políticas públicas”.





A TUNE ARQUITETURA PLANEJOU OS AMBIENTES DAS SEDES COM ELEMENTOS MODERNOS, PENSANDO NA OTIMIZAÇÃO DOS ESPAÇOS

■ Representando a Tune Arquitetura, na cerimônia de inauguração das sedes, Beatriz falou sobre o projeto. 

O projeto arquitetônico das sedes Atricon, Abracom e IR foi desenvolvido pela Tune Arquitetura e atendeu ao critério de democratização dos espaços, com uma apresentação capaz de revelar a “identidade” da unificação e o movimento pelo aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas, conforme foi estabelecido pelas entidades.

As arquitetas Beatriz Venâncio Loureiro e Renata de Almeida Vieira revelam como tudo foi idealizado, para atender a esse conceito. Confira no texto a seguir:

“Um espaço é composto não apenas por paredes e mobiliários, mas por alma. Alma esta que permeia as três Associações e que as une no mesmo propósito: convergir! Convergir intenções e pessoas. Sendo assim, o conceito que nos pautamos para criar esse projeto foi de unidade.

Todas as salas teriam o mesmo padrão dentro do estilo contemporâneo. A contemporaneidade é percebida nos dias atuais como a era da materialidade, a arquitetura contemporânea é a que defende que a pessoa ao entrar em um ambiente o sinta. A intenção foi fazer com que a sensação de acolhimento fosse a predominante, claro, com toques de formalidade, dado a importância das Associações que ocuparão este espaço.

O cimento e a madeira são as principais texturas que transpassam essa sensação. Ao usar elementos como boiserie nas paredes e móveis modernos, todos fornecidos pela Líder Interiores, trouxemos o toque formal necessário para o ambiente.

A combinação da expressiva materialidade, trazida do estilo contemporâneo, com detalhes clássicos e modernos, necessários para comunicar o ambiente formal, poderiam pesar o ambiente

que teria por natureza receber importantes reuniões. Logo, outra sensação que deveria compor o espaço era a sensação de leveza.

Para isso, incorporamos painéis de espelho com um design especial: não poderiam ir até o teto e seriam iluminados. Quando um elemento se solta do outro através da iluminação a sensação de leveza predomina. Todo o projeto das Associações foi baseado em sensações. O layout, ou seja, como os móveis estariam organizados nesse espaço, veio através de estudos de fluxograma, como os presidentes, assessores e visitas costumam se portar dentro da sua rotina de trabalho.

O projeto das Associações é um projeto que alinha acolhimento, formalidade e leveza em um só lugar”.



AMBIENTES





ATRICON ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL
ABRACOM ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS
IRB INSTITUTO RUI BARROSA




IV ENCONTRO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL

■ *Controle Externo no atual contexto político*



Em novembro de 2018, aconteceu o VI Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil (VI ENTC), com a proposta de discutir as expectativas das Cortes brasileiras, tendo como parâmetro a temática relativa à “Inovação, Integração, Prevenção e Eficiência”, para um público formado por 800 participantes, entre membros, auditores de controle externo e procuradores do Ministério Público especial. O evento

aconteceu no CentroSul, em Florianópolis (SC). A saudação inicial aos participantes coube ao conselheiro Dado Cherem, então presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE-SC), parceiro da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil na realização do VI Encontro. Ele falou da inspiração no Planejamento Estratégico e no Plano de Gestão da Atricon para o desenvolvimento da programação, que somou

50 horas de conteúdo, resultantes de conferências, palestras, debates e s; além de diversos eventos paralelos.

O presidente da Atricon, conselheiro Fábio Nogueira fez um pronunciamento em que destacou a “imperiosa missão dos Tribunais de Contas para o atendimento daquilo que a cidadania demanda da gestão pública”. Segundo ele esse olhar atencioso ao cidadão é o pilar que sustenta o processo de aprimoramento vivenciado pelo Sistema.

De acordo com Nogueira, para alcançar a cidadania plena, o Sistema Tribunais de Contas precisa “contribuir para a redução dos índices de po-

breza e de analfabetismo, que tanto infelicitam e envergonham; atuar pela dignidade das pessoas; contribuir com a preservação da grandeza do Brasil; preocupar-se com o desenvolvimento sustentável; reforçar as ações de combate à corrupção”.

O presidente da Atricon destacou que, para consolidar o processo de aprimoramento que as Cortes de Contas brasileiras empreendem, é preciso enxergar, alcançar e contemplar cada cidadão do país. Isso vem acontecendo, segundo ele, por intermédio do Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas, que tem no Marco de Medição de Desempenho a ferramenta base. “O MMD-TC é a bússola que identifica o percurso mais propício para a efetivação, o que começa com um olhar interior”.



Conferência Magna

A conferência magna de abertura do VI Encontro Nacional dos Tribunais de Contas coube ao jornalista Ricardo Noblat, bloguista do Portal da Revista Veja, que reúne cinco décadas de experiência no jornalismo, sendo testemunha de grandes acontecimentos da República.

Ao falar sobre “O Momento Político Brasileiro e os Órgãos de Fiscalização”, Noblat salientou que os Tribunais de Contas exercem importante papel republicano e que podem contribuir com a retomada do crescimento do país. De acordo com ele, essa missão foi ressaltada depois da atuação da Operação Lava Jato.

Carta de Florianópolis

Três dias (28 a 30 de novembro de 2018) de intensos e profícuos debates sobre o futuro dos Tribunais de Contas do Brasil, numa projeção analítica baseada nos pilares da inovação, integração, prevenção e eficiência. Foi o que atestou a Carta de Florianópolis.

O evento foi uma promoção conjunta da Associação do Membros do Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC), com o apoio do Instituto Rui Barbosa (IRB), da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), da Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon), além da Federação das Indústrias do Estado (Fiesc) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Na sessão solene de encerramento, ocorreu a leitura, seguida da assinatura, da Carta de Florianópolis, um documento que contém o sumário de todas as atividades desenvolvidas no VI ENTIC e consolida decisões. Na sequência, os anfitri-

ões – Atricon e TCE/SC – se pronunciaram acerca do evento.

O conselheiro Dado Cherem reafirmou sua crença na inovação, como fator condicionante para



o fortalecimento do controle. A sociedade, de acordo com ele, exige participação nos destinos do Brasil, “os cidadãos não aceitam ficar à margem das decisões e investir em Tecnologia da Informação será uma necessidade, para promover uma aproximação com a sociedade”, declarou.

O presidente da Atricon, conselheiro Fábio Nogueira disse que o êxito alcançado pelo VI ENTIC provoca dois sentimentos: gratidão, a todos que se empenharam para que isso acontecesse; e convicção de que o caminho escolhido, a persecução pelo aprimoramento das ações do Sistema Tribunais de Contas, expressa o compromisso assumido com a cidadania. Para o presidente da Atricon, o VI ENTIC foi a expressão do envolvimento coletivo e a abnegação com que todos têm se dedicado para corresponder a esse propósito.

Pesquisa revela satisfação com VI ENTIC

Uma pesquisa de satisfação foi realizada junto aos participantes do VI Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, realizado em Florianópolis (SC), no período de 28 a 30 de novembro de 2018. Num universo de 724 inscritos, 183 responderam, o que corresponde a um percentual de 25,28%. Os que avaliaram como “ótimo” ou “bom” a organização geral do evento somam 93,8%. Em nenhuma das respostas houve registro de avaliação “péssima”.

No questionário foram apresentados os seguintes quesitos para avaliação: atendimento, secretaria e credenciamento; local da realização; organização; conteúdo técnico-científico; desempenho dos palestrantes; material; transporte; e avaliação geral. Os indicadores de avaliação foram: péssimo, ruim, regular, bom e ótimo.

O quesito atendimento, secretaria e credenciamento obteve “ótima” avaliação em 79,4% das respostas. O local de realização do evento também foi avaliado como “ótimo” por 70% dos participantes. Com elevado índice de satisfação também ficou a organização geral do evento: 63% consideram “ótimo” e 27,7% classificaram como “bom”.

O desempenho dos palestrantes foi classificado como bom por 55,1% dos participantes e como “ótimo” por 37,1%. O conteúdo técnico-científico foi outro quesito com avaliação, 54% “bom” e 34,7% “ótimo”. O material do participante alcançou “ótima” classificação em 45,3% das respostas e 40,8% avaliaram como “bom”.

Espelho

De acordo com o presidente Fábio Nogueira, o elevado índice de satisfação revelado na pesquisa coincide com o que se percebia durante o VI Encontro. “Os auditórios lotados nas palestras


e conferências; as salas totalmente ocupadas nos eventos paralelos; nenhuma evasão significativa; enfim, pairava um entusiasmo com a programação, infraestrutura e localização do evento”, realçou.



Essa avaliação, segundo Fábio Nogueira, mesmo indicando de êxitos, não impede uma avaliação crítica e a identificação de itens que precisam ser melhorados. O presidente disse que para o Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, que se realizará em Foz do Iguaçu (RS), em 2019, esse será um bom referencial, mas perdura o desejo de ultrapassar os resultados.





I CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS: A MARCA DA UNIÃO

O I CITC evidenciou uma sólida parceria institucional entre Atricon, IRB, Audicon  bracom e TCE-PR, o que favoreceu o êxito do evento. Abertura, no dia 11 de novembro de 2019, teve conferência dos ministros Dias Toffoli (STF) e José Mucio (TCU).

 O I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas  realizado para discutir o Controle Externo Contemporâneo e as Políticas Públicas. Foram apresentadas e debatidas propostas para a modernização e a concomitância dos procedimentos de auditoria, com vistas à obtenção de resultados efetivos;

para o alcance do desenvolvimento sustentável da boa governança dos recursos públicos.

A conferência de abertura, proferida pelo ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal, ganhou o formato de ‘mesa redonda’ com a participação dos presidentes da

Atricon, Fábio Nogueira, presidente do TCU, ministro José Mucio Monteiro. As discussões giraram em torno do papel do ‘Controle Externo no Estado Democrático de Direito’.

O presidente Fábio Nogueira destacou que a essência da república é o cidadão e que este é razão precípua do Controle Externo. O aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas é direcionado à efetivação das políticas públicas; baseado no compromisso com a boa governança dos recursos públicos, na ações pedagógicas, que reduzem danos ao erário, e no diálogo e nas parcerias interinstitucionais, como meio de enfrentamento aos problemas que o país enfrenta.

O ministro Dias Toffoli falou dos 130 anos da República e que os Tribunais de Contas, assim como Judiciário, são fruto desse sistema em que as coisas do Estado pertencem a todos os cidadãos brasileiros. O presidente do STF destacou a qualificação dos controladores das contas do Brasil: “são pessoas que têm expertise para promover o melhor exame das contas públicas”.

Dias Toffoli considera, no entanto, que é preciso prudência para selecionar o que realmente importa à sociedade brasileira e que os Órgãos de Controle e o Judiciário precisam agir para destravar o país e auxiliar no desenvolvimento da Nação.

O ministro José Mucio foi incisivo ao destacar que o Brasil é um país onde a desigualdade é oficial e usou uma quantificação das classes sócias para realçar a afirmação. “Temos cinco tipos distintos de pobres, cinco de classe média, cinco de ricos. O presidente do TCU disse que é preciso buscar alternativas para corrigir as injustiças sociais decorrentes dessa estratificação e que os Tribunais de Contas possuem um grande potencial para mudar essa realidade.



Representantes das instituições realizadoras e autoridades presentes saudaram aos participantes do I CITC

O governador do Estado do Paraná, Ratinho Júnior, participou da abertura do I CITC e, com uma saudação aos participantes, falou do privilégio de receber um evento grandioso que se destina a discutir meios de modernização de controle e auxílio aos municípios para a melhoria da gestão. O presidente da Audicon, ministro substituto Marcos Bemquerer Costa, também falou da importância do evento e da sua motivação: “impulsionar avanços nas Cortes de Contas e propostas de ajustamento das políticas públicas”.

O presidente do IRB, Ivan Bonilha, disse que a atuação das Cortes de Contas deve ser pautada em mecanismos de otimização dos recursos públicos. Ele chamou a atenção para o fato de que “tudo o que é construído no Estado Democrático de Direito é resultado da opção feita pelo povo, no momento da escolha dos governantes”. Isso determina a necessidade de um voto criterioso,

para que o gestor público seja realmente comprometido com a gestão eficiente, eficaz e efetiva dos recursos da sociedade.

O presidente da Atricon, Fábio Nogueira falou do espírito de união e disse que essa é a força motriz do processo de aperfeiçoamento que “conduz à qualificação dos procedimentos de fiscalização e controle; que contempla ações pedagógicas para a melhoria da gestão pública; que tem o interesse precípua na efetivação das políticas públicas, como preceito condicionante aos interesses da cidadania”.

O presidente da Atricon dirigiu agradecimentos aos 33 presidentes de Tribunais de Contas, cuja contribuição para o processo de aperfeiçoamento, de acordo com ele, é imperiosa. Fábio Nogueira também agradeceu ao presidente do TCE-PR, Nestor Baptista, anfitrião do evento e o estendeu às entidades parceiras IRB, ABRACOM e AUDICON. “Ivan Bonilha, Thiers Montebello, Marcos Bemquerer, os enxergo como irmãos nessa missão, às vezes espinhosa, muitas vezes incompreendida, de exercer o controle da gestão pública”. Fábio Nogueira também reconheceu a contribuição do Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para o êxito do evento.

O Conselheiro Nestor Baptista, presidente do TCE-PR, citou um poema de Thiago de Mello, “ganhei sofrendo a certeza de que o mundo não é só meu. Mais que viver, o que importa é trabalhar a mudança (antes que a vida apodreça) do que é preciso mudar”, para ilustrar que os Tribunais de Contas estão na persecução pelo aprimoramento buscando as mudanças que interessam à sociedade.

Nestor Baptista concluiu saudando aos presentes com votos de boas-vindas e transmitindo o desejo de que todos se “sintam acolhidos numa das cidades mais conhecidas do Brasil, pelas Ca-

taras, uma das maravilhas do mundo. Desfruem desse Estado maravilhoso”.

MESA

A mesa solene foi composta pelos ministros Dias Toffoli (STF) e José Mucio (TCU); pelo Desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, presidente do TJ-PR; pelos Conselheiros Nestor Baptista (TCE-PR), Fábio Nogueira (Atricon); Ivan Bonilha (IRB); ministro substituto Marcos Bemquerer (Audicon); Edilson Silva (CNPTC); Marco Peixoto (ASUR); Anilcéia Machado (TCDF); além de Mariana Favoreto Thiele, assessora jurídica da Itaipu Binacional.



ATRICON INTEGRA PACTO PELA PRIMEIRA INFÂNCIA

Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa (IRB) assinaram, em junho de 2019, o Pacto Nacional pela Primeira Infância.

As entidades foram representadas pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul (TCE-RS) e presidente do Comitê da Educação do IRB (CTE-IRB), Cezar Miola.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por intermédio do Pacto, pretende unir esforços do Sistema de Justiça, de órgãos públicos do Poder Executivo, de entidades do terceiro setor e da academia para efetivar direitos previstos na legislação e, deste modo, assegurá-los aos brasileiros com menos de 6 anos de idade, faixa etária considerada de fundamental importância ao desenvolvimento do cidadão.

De acordo com o presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, os Tribunais de Contas têm contribuído de maneira efetiva com essa população, sobretudo, quando fiscalizam e monitoram a execução das metas do Plano Nacional de Educação.

As autoridades signatárias do Pacto são: Dias Toffoli, ministro presidente do Supremo Tribunal Federal e do CNJ; o ministro da Educação,

Abraham Weintraub; o ministro da Cidadania, Osmar Terra; o ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário; a ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves; os presidentes do Conselho Nacional do Ministério Público, Raquel Dodge, e do Colégio Nacional dos Defensores Públicos Gerais, José Fabrício Silva de Lima.

Dentre os propósitos do Pacto Nacional pela Primeira Infância está a capacitação de 23,5 mil psicólogos, assistentes sociais e operadores do direito, sob coordenação do CNJ. Prevê, ainda, ações que vão do diagnóstico da situação da primeira infância no sistema de justiça à realização de seminários regionais; levantamento e disseminação de boas práticas; revisão das normativas relacionadas ao tema, além de uma ampla campanha de divulgação.

O ato de assinatura ocorreu durante a abertura do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância, que objetiva propiciar o diálogo entre os diversos atores responsáveis pela atenção à primeira infância.



SEGURANÇA PÚBLICA: ATRICON E FBSP FIRMAM ACORDO DE COOPERAÇÃO

Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública tornaram-se parceiros “para o aperfeiçoamento quanto ao conhecimento acerca das Diretrizes de Controle Externo relacionadas à temática da gestão da segurança pública”

É o que prevê o Acordo de Cooperação Técnica, firmado entre as Instituições por intermédio do presidente da Atricon, Fábio Nogueira, e pelo residente do FBSP, Renato Sérgio de Lima, em solenidade ocorrida durante o 13º Encontro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em João Pessoa (PB), no mês de agosto de 2019.

A Segurança Pública é uma das temáticas relacionadas ao Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas, conforme prevê a Resolução Diretriz nº 04/2018. De acordo com o presidente Fábio Nogueira a parceria com o FBSP reitera disposição da Atricon “com uma pauta republicana” para a solução dos problemas, que têm reduzido a qualidade de vida dos brasileiros. Fábio Nogueira considera que o FBSP será grande parceiro na consolidação de diagnósticos sobre as questões relacionadas à Segurança Pública. Ele mencionou que a temática tem sido razão de preocupação e de iniciativa como a Auditoria Operacional realizada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em conjunto com Tribunais de Contas estaduais e municipais, sobre o sistema prisional de 17 Estados e do Distrito Federal. De acordo com o presidente, os números à época (novembro/2017) já se revelavam preocupantes, a exemplo da constatação de um déficit de 113.283 vagas.

Fábio acrescentou que, conforme dados levantados pelo Monitor da Violência, em abril de 2019, esse déficit elevou-se para 288.435 vagas. Outro número que mencionou diz respeito às mortes violentas no Brasil que, somente no primeiro trimestre de 2019, registrou 10.324 casos – segundo levantamento do próprio Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e G1. “É uma realidade inquietante para a qual o Brasil precisa encontrar solução”, comentou.

Para Fábio Nogueira, a missão constitucional do Sistema Tribunais de Contas ultrapassa as atividades relevantes de auditoria dos gastos da administração pública. A efetividade das políticas públicas é o grande alvo do Controle Externo Contemporâneo, que “se estabelece no processo aperfeiçoamento das ações de fiscalização, que está em curso”, salientou.


Articulação – o presidente Fábio Nogueira lembrou que a concretização do Acordo de Cooperação Técnica com o FBSP contou com a articulação do Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, Estilac Martins Rodrigues Xavier. Segundo o presidente, essa participação voluntária ilustra quão relevante é o espírito de união, que envolve os membros dos Tribunais de Contas do Brasil. “São contribuições individuais que refletem no coletivo das ações e no fortalecimento do Sistema”.



COMITÊ DE TRABALHO

A primeira iniciativa derivada do Acordo de Cooperação Técnica será a criação de um Comitê de Trabalho com o objetivo de manter permanentes discussões acerca das questões relativas à Segurança Pública. Já estão definidos para integrar esse grupo os Conselheiros Antonio Alves Renato Rainha (TCDF) e Estilac Martins Rodrigues Xavier (TCE-RS).



I FÓRUM DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA: HARMONIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS É META

■ Aconteceu em fevereiro de 2019, no Instituto Serzedelo Corrêa (TCU), o I Fórum do  Acordo de Cooperação Técnica da STN/ME com os Tribunais de Contas.

Na abertura do evento, o  presidente Fábio Nogueira lembrou a trajetória  esse pacto, que envolve a Atricon, o IRB e o STN, formalizado por intermédio de um Acordo de Cooperação Técnica: “há menos de um ano assumimos o compromisso de buscar a harmonização de conceitos e procedimentos, em área de atuação conjunta dos Órgãos do Controle Externo e da Secretaria do Tesouro Nacional, e aqui, pela presença massiva

do Sistema, se reflete toda a perspectiva de êxito desse intento”.

De acordo com Fábio Nogueira, a Atricon vem envidando todos os esforços pelo aprimoramento do Sistema Tribunais de Contas e contribuir com a retomada de desenvolvimento do Brasil se inclui na pauta desse projeto. “É preciso pontuar que o país vive uma grave crise fiscal, cujas



causas são numerosas e de diversas naturezas, e o nosso papel é preponderante para a superação desse quadro. Solução sem a qual não haveremos de prosperar”.

O presidente ressaltou, ainda, o imprescindível envolvimento do IRB no acordo com o STN e agradeceu ao presidente do Instituto, Ivan Bonilha, participante do Fórum e que, por sua vez, destacou a importância desse “esforço conjunto das entidades (Atricon e IRB) com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Tribunais de Contas do país, para buscar o consenso em torno da padronização dos procedimentos e fiscalização e contabilidade de Estados e municípios”.

Relatório da STN - O Secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, apresentou um profundo relatório da Situação Fiscal dos Estados Brasileiros e revelou a expectativa otimista, que a STN guarda, nos resultados do acordo

de cooperação com o Sistema Tribunais de Contas, o que produzirá, inclusive, reflexos favoráveis para o ajuste fiscal que o Brasil exige.

Mansueto Almeida ressaltou a importância de um diálogo técnico e transparente com os Tribunais sobre as contas públicas do país e dos entes federativos, ao abrir na quarta-feira (06/02/2019) o I Fórum do Acordo de Cooperação Técnica da STE/ME com os Tribunais de Contas. “Esse esforço de cooperação técnica com os Tribunais de Contas é um ganho para os Estados”, comentou o secretário.

Dos trinta e três Tribunais que compõem o Sistema, 31 participam do I Fórum do Acordo de Cooperação Técnica da STN/ME com os Tribunais de Contas; os ausentes justificaram. Essa representatividade, de acordo com o presidente Fabio Nogueira, é fruto de uma intensa divulgação desenvolvida pela Atricon, junto às Cortes.

APLICAÇÃO DE NORMAS DE CONTABILIDADE É RAZÃO DE ACORDO COM O CFC



Um acordo de cooperação técnica entre Atricon/Audicom e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), foi celebrado em setembro de 2018. Nele está prevista a observação da aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade e Técnicas de Auditoria Governamental, no âmbito do Sistema Tribunais de Contas. A parceria foi assinada durante a solenidade de lançamento do projeto Abraçando o Controle Social na Paraíba, ocorrida no Centro Cultural Ariano Suassuna no TCE-PB.

Ao ressaltar o protagonismo do profissional da contabilidade na consolidação dos dados da administração pública, Fábio Nogueira realçou a importância da parceria e dessa integração com o CFC. O presidente disse que a Atricon já vem incentivando as ações de convergência às Nor-

mas Internacionais de Auditoria das Entidades Superiores de Fiscalização (ISSAIs).

A formalização desse compromisso com o CFC, de acordo com ele, eleva o grau de envolvimento do Sistema nessa missão, que “tende a produzir significativo impacto na efetivação dos gastos públicos”.

Fábio Nogueira também elogiou a atitude do Conselho Federal de Contabilidade em se associar aos órgãos de controle, para contribuir com a correta gestão do erário e o combate à corrupção. O CFC estimula o voluntariado dos profissionais de contabilidade para atuar como fomentador do controle social no Brasil. “O projeto ‘Abraçando o Controle Social’ é uma verdadeira demonstração de compromisso com a cidadania e com o bem do Brasil”, salientou.

PARCERIA PARA A MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA

Em novembro de 2018, foi celebrado um acordo de cooperação técnica para o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias entre a Atricon, o IRB, a Abracom e a Confederação Nacional dos Municípios. A parceria se enquadra no propósito pedagógico do Sistema Tribunais de Contas e tem o objetivo de desenvolver práticas consensuadas, que contribuirão com a melhoria da gestão pública.

O Termo de Cooperação tem a assinatura do presidente Fábio Nogueira (Atricon); Glademir Aroldi (CNM); Conselheiro Cezar Miola (pelo IRB); Conselheiro Thiers Montebello (Abracom); Conselheiro Renato Rainha (vice-Presidente de Relações

Político-Institucionais da Atricon); Luiz Genélio Mendes Jorge (Secretário-Geral do TCDF); além de Hudson Pereira de Brito e Humberto Canuso Brandão (dirigentes da CNM).

De acordo com o presidente Fábio Nogueira, essa relação institucional com a CNM é valiosa e corrobora a principal expectativa do processo de aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas: “a obtenção de resultados efetivos na governança pública”.

É o que está explicitado na cláusula primeira do acordo, quando prevê a atuação “com foco na solução de dificuldades legislativas, financeiras e burocráticas para facilitar aos governos muni-

cipais o uso de tecnologias e estruturas técnicas próprias e utilizar com mais eficiência o recurso público em ações capazes de melhorar a qualidade de vida da população”.

A participação do cidadão nas decisões e na formulação das políticas públicas, tema que vem obtendo particular interesse do Sistema Tribunais de Contas, também está prevista no acordo

de cooperação. O controle social, segundo Fábio Nogueira, é um dos principais instrumentos para a efetivação da gestão pública e que vem recebendo o merecido espaço na atuação da Atricon.

Outro aspecto importante da parceria diz respeito à “promoção de atividades conjuntas de educa-

ção corporativa na modalidade presencial ou à distância, por meio de cessão, elaboração ou adaptação de cursos, bem como da realização de ações de apoio a sua execução”.

O presidente da CNM, Glademir Aroldi destacou a importância do acordo entre as entidades: “Eu quero agradecer e reconhecer a importância deste momento, da importância de trabalhar no sentido de qualificarmos cada vez mais a gestão municipal. São os gestores locais que prestam a maior quantidade dos serviços públicos à população brasileira. É uma tarefa árdua, difícil, mas que, através deste acordo, tenho certeza que nós vamos avançar significativamente neste caminho”.





LABORATÓRIO DE BOAS PRÁTICAS VITRINE DA EFETIVIDADE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

O 1º Laboratório de Boas Práticas de Controle Externo, realizado em Cuiabá (MT), nos dias 3 e 4 de setembro de 2018, foi um espaço de apresentação e de compartilhamento de sessenta e nove experiências exitosas do Sistema Tribunais de Contas do Brasil, essencialmente, correlacionadas ao Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas (MMD-TC).

O Teatro Zulmira Canabarro da Assembleia Legislativa do Mato Grosso foi o palco da solenidade de abertura, que reuniu 579 participantes inscritos, representantes de trinta Tribunais de Contas do Brasil; além de uma representação do Tribunal Administrativo de Moçambique e de outras instituições de controle convidadas.

O Conselheiro Gonçalo Domingos de Campos Neto, presidente do Tribunal de Contas do Es-

tado do Mato Grosso, na ocasião, falou do ineditismo do evento e da expectativa de repetição da iniciativa, em cujo propósito está “o compartilhamento e a multiplicação de formas mais efetivas de fiscalização e de resultados”.

O presidente Fábio Nogueira disse que o Laboratório de Boas Práticas foi concebido como “vitrine da efetividade dos Tribunais de Contas”. Citando uma frase do poeta Cuiabano, Manoel de Barros - “a maior riqueza do homem é a sua incomple-

tude” -, ele falou que o anseio pelo conhecimento foi a motivação para gerar novos e mais efetivos instrumentos de fiscalização e controle, configurados nas boas práticas apresentadas no evento.

Para Fábio Nogueira, o Laboratório tem, na essência, o propósito de disseminar conhecimentos e, desse modo, “suplementar essa incessante necessidade que motiva o ser humano a empreender buscas, a fazer descobertas e a preencher a incompletude a que se referiu o poeta cuiabano”.

Ele pontuou a consonância existente entre as Boas Práticas e o Marco de Medição de Desempenho (ferramenta do Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas) que, por sua vez, é o instrumento que indica a trajetória de aprimoramento que o Sistema Tribunais de Contas empreende.

E-book

O 1º Laboratório de Boas Práticas de Controle Externo rendeu a edição de um e-book “Aprender, compartilhar e multiplicar”, contendo a síntese das 65 boas práticas identificadas em 23 Tribunais de Contas brasileiros, além do Tribunal Administrativo de Moçambique e quatro entidades parceiras. O lançamento do aconteceu durante o VI Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (ENTC), no dia 30 de novembro de 2018.

Na ocasião, o diretor de Defesa de Direitos e Prerrogativas e de Assuntos Corporativos da Atricon, Conselheiro-Substituto do TCE-MT, Luiz Henrique Lima, fez uma demonstração das possibilidades de navegação no livro digital, com uma demonstração das potencialidades de hiperlinks para um rico material audiovisual.

O e-book (disponível nos sítios eletrônicos da Atricon e do TCE-MT) tem apresentação assi-



nada pelos presidentes das instituições responsáveis pela realização do evento: Fábio Nogueira (Atricon); Gonçalo Domingos de Campos Neto (TCE-MT); e Marcos Bemquerer (Audicon).


De acordo com Luiz Henrique Lima, “o livro pretende perpetuar um ambiente de aprendizado e diálogo que certamente propiciará que outras organizações e profissionais que não puderam se fazer presentes possam também evoluir e aperfeiçoar seu desempenho”.

Números

O 1º Laboratório de Boas Práticas foi um evento inovador no calendário e na pauta dos Tribunais de Contas do Brasil. Ocorreram 70 palestras e 24 mesas, em três painéis e oito oficinas técnicas, quando compartilhou-se o que há de mais avançado e bem-sucedido nas ações de fiscalização da gestão pública. São práticas relacionadas às áreas de educação, segurança, saúde, meio ambiente; e temas relativos a contratações, obras públicas, atos de pessoal, regimes próprios de previdência social, contas de governo e contas de gestão, receita pública e renúncia de receita, parcerias público-privadas, tecnologia da informação, transparência, controle social e planejamento. Em sua maioria, as experiências foram identificadas e selecionadas a partir do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas, integrante do Programa Qualidade e Agilidade dos TCs, com reconhecimento pelo êxito dos resultados.



CONTROLE EXTERNO CONTEMPORÂNEO: 'ALÉM DA CONFORMIDADE'

'Controle Externo Contemporâneo: além da conformidade'. Esta temática  em sendo abordada pelo presidente Fábio Nogueira em diversas oportunidades. Em maio de 2019 a experiência se repetiu no Seminário 'Diálogos - Novos Caminhos para uma Administração Pública Eficiente', promovido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Goiás (TCMGO), em Goiânia.

São palestras que abordam diversos aspectos do Controle Externo Contemporâneo, que tem o resultado das políticas públicas, ou a efetividade dos gastos, como preceito. As auditorias concomitantes, de acordo com esse conceito, têm sido extremamente importantes pela capacidade cautelar de evitar danos ao erário.



Fábio Nogueira distingue no Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas um dos instrumentos que guiam a Atricon no caminho do aperfeiçoamento. De acordo com ele, o MM-D-TC promove uma verdadeira revolução no Sistema Tribunais de Contas, como ferramenta de auto avaliação das Cortes - com base em 499 critérios, 79 dimensões, 25 indicadores, recomendados pela INTOSAI e baseados nos princípios das normas de auditoria do setor público no Brasil - a fim de identificar oportunidades de melhoria dos procedimentos de fiscalização e disseminação das boas práticas de auditoria.

De acordo com Fábio Nogueira, o Controle Externo Contemporâneo tem outras bases fortes,

expressando que a transparência e o empenho no combate à corrupção, somado ao controle social, amplamente fomentado pelas Cortes brasileiras, têm se mostrado instrumentos com expressiva capacidade de aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas.

DIÁLOGOS

O presidente do TCMGO e diretor de Relações Internacionais da Atricon, Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto, na mesma ocasião, disse que o Seminário “Diálogos”, que tem relação com o Controle Externo Contemporâneo, pelo caráter pedagógico, e que o evento cumpriu as expectativas, de encerrar com êxito os Encontros Regionais 2019, cujo compromisso é a qualificação dos gestores e o uso correto do dinheiro público.



AUDIÊNCIA PÚBLICA: EM PAUTA CRECHES E PRÉ-ESCOLAS

O presidente Fábio Nogueira foi uma das autoridades participantes de Audiência Pública realizada em maio de 2019, no Senado Federal, por proposição (REQ 19/2019 - CTFC) do presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, Senador Rodrigo Cunha. Foi a primeira de um ciclo de encontros denominado “Diálogos de Transparência - Monitoramento de obras de creches e pré-escolas públicas”.

No espaço cedido à Atricon, o presidente Fábio Nogueira reforçou o interesse do Sistema Tribu-

nais de Contas em contribuir com a melhoria da governança no Brasil. No campo da educação, ele falou de iniciativas conjuntas com o Instituto Rui Barbosa (IRB), a exemplo do Comitê Técnico de Educação, que desenvolve ações de acompanhamento da execução das políticas públicas de educação.

O presidente destacou uma ferramenta (software), resultante do trabalho do CTE, o TCeduca, que monitora a execução do Plano Nacional de Educação e desenvolve atividades de mobilização dos gestores, além da qualificação dos servidores públicos, que atuam na área.

Outro dado apresentado por Fábio Nogueira, ainda em fase preliminar, concerne ao levantamento, produzido pelos Tribunais de Contas do Brasil, representados pela Atricon, como atividade do Comitê Interinstitucional de Grandes Obras Suspensas e Paralisadas, sob a condução do TCU/CNJ. Foram identificadas obras, somente na área da educação, que somam 4,68 bilhões de reais; deste montante, R\$ 673 milhões em equipamentos voltados ao ensino infantil (creches escolas).

Fábio Nogueira frisou que, nesse diagnóstico, ainda não constam as informações constantes no banco de dados do TCU. O presidente lembrou, também, que a metodologia empregada no levantamento considerou apenas as obras projetadas com valor mínimo de R\$ 1,5 milhão e que tenham sido iniciadas na última década.

Do diagnóstico completo, ainda em fase de consolidação pelas instituições integrantes do

Comitê - CNJ, TCU e Atricon - será feita uma estratificação das obras de creches e pré-escolas públicas, tema da audiência pública. O documento será formalmente encaminhado ao Senador Rodrigo Cunha (CTFC) pelo presidente Fábio Nogueira.

A Audiência Pública foi realizada em caráter interativo, a CTFC abriu canais à participação popular: Portal e-Cidadania e Alô Senado.

Presenças

Também acompanharam a Audiência Pública o Conselheiro Edilson Silva (TCE-RO), presidente do Colégio Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas; o Conselheiro Severiano Costandrade, presidente do TCE-TO; o Conselheiro Joaquim Castro Neto, presidente do TCM-GO; e o Conselheiro Renato Rainha (TC-DF).





A EDUCAÇÃO DO BRASIL EM DEBATE NO II SINED

■ *“Pensar o presente para construir o futuro”. Com este propósito, aconteceu em Porto Alegre (RS), no mês de julho de 2019, o II Simpósio Nacional de Educação.*

○ evento é promovido pelo TCE-RS em parceria com a Atricon, Comitê Técnico de Educação do IRB e a Abracom.

Na solenidade de abertura, para uma plateia formada por membros do Sistema Tribunais de Contas, educadores, agentes públicos e especialistas na área, os envolvidos na realização falaram das suas expectativas. O presidente Fábio Nogueira foi uma das autoridades incumbidas de saudar os presentes e falou do espaço que a

Atricon consagra à educação no processo de aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas. “Não há horizonte; não há desenvolvimento; não há futuro sem educação”, ressaltou.

De acordo com ele, o Brasil, mais do que em qualquer outra época, precisa ter políticas especiais para atender a sua infância, para preparar e capacitar os seus jovens, para formar novos cientistas. “Somente com reforços e investimento será possível efetivar políticas públicas nessa linha”, finalizou.

O Conselheiro Thiers Vianna Montebello, presidente do TCMRJ e Abracom, abreviou a sua saudação “com uma palavra de amor ao Conselheiro Cezar Miola - presidente do Comitê Técnico de Educação do IRB, coordenador do evento - pelo amor que dedica à educação”.

O Conselheiro Ivan Bonilha, presidente do IRB, também foi sucinto em sua fala, ocasião em que ressaltou o protagonismo do Comitê Técnico de Educação: “é tão grande que não há outra alternativa a não ser conceder-lhe a necessária independência e autonomia”.

O presidente do TCE-RS, Conselheiro Iradir Pietroski fez uma avaliação mais aprofundada acerca dos problemas que a educação brasileira enfrenta. Ele falou de “taxas escandalosas de analfabetismo, de repetência e de evasão escolar” e relatou que a Corte gaúcha executa auditorias operacionais em alguns municípios do Estado para aferir os resultados alcançados com os recursos aplicados na educação.

O Conselheiro Cezar Miola também fez uma incursão nos números que refletem a “tragédia sem voz e sem rosto” e que identificam os problemas educacionais que o Brasil enfrenta. Nesse “quadro inquietante”, falou dos milhões cidadãos analfabetos, das crianças ausentes da escola e da falta de creches na grande maioria dos municípios. Ele finalizou a sua fala com uma frase emblemática: “se achamos a educação cara, experimentemos a ignorância”.

A presença do Controle Externo, apontando caminhos para a solução desses problemas, de acordo com o Conselheiro Miola, se confirma em inúmeras iniciativas como o TCeduca, que monitora o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Com o mesmo perfil, está em curso um projeto que vai identificar boas práticas na educação no ensino

fundamental, que serão fonte de inspiração e poderão ser replicadas pelas escolas.

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, dedicou sua fala à necessidade de “alinhamento” que, de acordo com ele, deve envolver as instituições para liderar o processo de melhoria da educação brasileira. Ele destacou que “a falta de transferência de conhecimento para as crianças as afasta do mercado de trabalho, das futuras ofertas de emprego que, hoje em dia, já não preenchidas pela falta de capacidade técnica dos jovens”.

SÍMBOLO DA DEFESA DA EDUCAÇÃO: DOCUMENTO OFICIAL

‘Carta Compromisso’ dos Tribunais de Contas com os dispositivos constitucionais de garantia da educação é documento oficial do II SINED. Uma ‘Carta Compromisso’ é o documento formal do II Simpósio Nacional de Educação - SINED e, segundo o Conselheiro Cezar Miola, presidente do Comitê Técnico de Educação do IRB, simboliza o envolvimento do Sistema Tribunais de Contas nas discussões e ações de promoção da melhoria da qualidade da educação no Brasil. De acordo com ele, o documento reafirma disposição precedente, editada e publicada conjuntamente pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e pelo Instituto Rui Barbosa (IRB), no último mês de Junho - Manifesto em ‘Defesa do Direito Fundamental à Educação e de suas Garantias Constitucionais’.

Cezar Miola foi o principal Coordenador do II SINED - evento realizado pela Atricon, TCE-RS, IRB e a Abracom - e, na mensagem de encerramento aos participantes (foram mais de 500

inscritos), o Conselheiro destacou a mobilização dos Tribunais de Contas (os 33 TCs existentes registraram presença nos oito painéis e nas seis oficinas temáticas, com 38 palestrantes), dos Conselhos de Educação e de gestores públicos e o envolvimento nas discussões em torno de temas como financiamento, ou “subfinanciamento, que também existe na educação”, Plano Nacional de Educação e Fundeb.

De acordo com o Conselheiro, a presença dos TCs no II SINED corrobora a percepção de que os Tribunais de Contas estão assumindo efetivamente a análise de natureza qualitativa, procurando identificar os resultados dos investimentos realizados em educação. Os TCs têm acompanhado de perto, segundo informou Cezar Miola, as discussões dos cinco anos do Plano Nacional de Educação e os desafios para dos cinco subseqüentes. “Isso é um aspecto importante do controle da administração pública”, realçou. Na avaliação de Cezar Miola, o II SINED reuniu

aspectos extremamente positivos, também, no que concerne à ampla participação de gestores e agentes públicos. “São esses os que têm a grande responsabilidade de dar concretude aos princípios de garantias constitucionais que tratam da educação, obviamente, tencionados com as demandas da sociedade e com a escassez de recursos, daí a importância de termos tratado do tema financiamento”.

As discussões em torno do Fundeb, ainda conforme a avaliação de Cezar Miola, foram extremamente importantes, sobretudo no paralelo entre a atual modelagem e as propostas de mudança, que tramitam no Congresso Nacional; além da necessidade de se estabelecer novos critérios de distribuição de recursos “para que cheguem sobretudo aos municípios mais carentes”. A ‘Carta Compromisso’ referenda, ainda, o posicionamento dos Tribunais de Contas no que concerne à manutenção das vinculações orçamentárias previstas na Constituição para a educação.



ATRICON DESENVOLVE AÇÕES NA ÁREA DA EDUCAÇÃO EM CONJUNTO COM O CTE-IRB



Ao longo de 2019, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) apoiou e participou de diferentes ações na área da educação promovidas pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), presidido pelo conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Cezar Miola. Entre os projetos desenvolvidos pelo CTE-IRB está o “Educação que faz a Diferença”, realizado em conjunto com o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede), que está mapeando as redes de ensino municipais do País com bons resultados no Ensino Fundamental.

As principais finalidades do projeto são reconhecer e dar visibilidade a redes de ensino que estão realizando um trabalho de destaque; identificar e documentar as práticas de gestão e de acompanhamento pedagógico e administrativo, para que possam servir de inspiração para outras redes de ensino; e oferecer a contribuição dos Tribunais de Contas para a concretização da política pública da educação com equidade e qualidade.

A Atricon também atua como colaboradora do projeto Integrar que, a partir de um acordo com a OCDE, pretende melhorar a atuação do Sistema de Controle Externo brasileiro por meio de uma estratégia sistematizada e coordenada para a seleção de auditorias com base em risco, que

contribuirá para o aprimoramento dos serviços prestados ao cidadão na área da educação. Integram o projeto-piloto coordenado pelo Tribunal de Contas da União, os TCs dos Estados do Acre, Bahia (TCE e TCM), Ceará, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Rio Grande do Sul e Rondônia.

Com o objetivo de reunir especialistas para discutir, entre outros temas, a execução dos planos de educação, além da apresentação de experiências exitosas de gestão e de ações desenvolvidas no âmbito dos Tribunais de Contas brasileiros, a Atricon, em parceria com o CTE-IRB, foi uma das promotoras do II Simpósio Nacional de Educação, realizado nos dias 25 e 26 de julho, em Porto Alegre. O encontro reuniu 500 participantes e representantes de 30 Tribunais de Contas. No encerramento do evento, foi lançada uma carta de compromisso dos órgãos de controle (<https://bit.ly/2miPGZc>).

Em parceria com a Atricon, o CTE-IRB, o Conselho Nacional do Ministério Público e a Unicef devem lançar nos próximos meses uma campanha de sensibilização junto aos gestores e a sociedade quanto à prática da busca ativa de jovens e crianças que estão fora da escola. Entre as ações planejadas, está a promoção de capacitações em todos os Estados para o uso da plataforma de busca ativa desenvolvida pelo Unicef, entre outras iniciativas.

Colaboração Priscila Oliveira (TCE-RS)

EDUCONTAS: PAPEL DAS ESCOLAS DE CONTAS EM DISCUSSÃO

A 10ª edição do X Encontro Técnico de Educação Profissional e Tribunais de Contas do Brasil (Educontas) aconteceu entre os dias 26 e 28 de agosto de 2019, na sede do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. O evento, que teve a parceria institucional da Atricon, abordou a temática “O que a sociedade brasileira espera dos Tribunais de Contas e o papel das Escolas de Gestão e Contas”.

O presidente do TCMSP, João Antonio, abriu o evento. Fizeram parte da mesa solene o presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Fábio Nogueira, o presidente do Instituto Rui Barbosa (IRB), Ivan Bonilha, e o presidente do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Edilson de Souza Silva.

Em seu pronunciamento, o presidente João Antonio ressaltou a importância da Educação como ferramenta de aperfeiçoamento da Democracia. “Democracia e Estado Democrático de Direito qualificados pressupõem a democratização do ensino. Sem a democratização do saber não teremos um Estado Democrático de Direito quali-



ficado. E esse é o desafio das Escolas de Contas: ajudar na distribuição do conhecimento no país. Democratizar o saber para fazer valer o Estado Democrático de Direito”, destacou.

Em relação ao Educontas, o presidente acrescentou: “Trata-se de um evento que organiza o conjunto das Escolas de Contas dos diversos tribunais do país. Sabemos que os Tribunais de Contas, como instituições de Estado, ganham ainda mais importância no cenário da República, contribuindo para que as políticas públicas acertadas possam se constituir em atividades públicas perenes. E as Escolas de Contas representam a janela para a sociedade”.

O presidente da Atricon, Fábio Nogueira, preliminarmente, destacou a magnitude do evento. Em seguida, afirmou: “Há desafios enormes a serem enfrentados e vencidos no sistema. O



controle externo contemporâneo precisa avançar para além dos aspectos de conformidade. É preciso reposicionar os Tribunais de Contas no sentido de oferecer ao gestor público e à sociedade brasileira o nosso maior patrimônio, que é o conhecimento sobre gestão pública. E isso passa, indiscutivelmente, pela capacitação de quem assume o ônus e o desafio de gerir. E essa capacitação se materializa por meio das nossas Escolas de Contas”.

O presidente do Instituto Rui Barbosa, Ivan Bonilha, também destacou o valor da Educação para o país. “Importância que deve se tornar maior ainda diante da perspectiva de que se eliminem os percentuais mínimos de aplicação do orçamento nas áreas da Educação e da Saúde. Isso vai demandar, principalmente para os Tribunais de Contas que fiscalizarão esses atos de gestão, uma competência técnica muito maior

para diligenciar o acerto, ou não, de determinada opção de gestão”, finalizou Bonilha.

Em sua fala, o presidente do CNPTC, Edilson de Sousa Silva, ressaltou o compromisso assumido pelos Tribunais de Contas com o aprimoramento e aperfeiçoamento de suas atividades. “Quero reafirmar, sobretudo, a importância das Escolas de Contas para o aprimoramento da atuação dos Tribunais de Contas”, concluiu o presidente.

Também estiveram presentes na solenidade conselheiros de diversos Tribunais de Contas do país, dirigentes de Escolas de Contas, técnicos e demais servidores.



ATRICON APRESENTA PROPOSTAS PARA APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO GOVERNAMENTAL

Seguindo a linha de aprimoramento dos Tribunais de Contas, cuja essência está na efetividade da gestão dos recursos públicos, a Atricon apresentou à Câmara dos Deputados uma série de propostas para o aperfeiçoamento da gestão governamental e do sistema de controle da Administração Pública. O trabalho é resultado do esforço de um Grupo de Trabalho constituído pelo presidente Fábio Nogueira, para responder a demanda apresentada pelo deputado Rodrigo Maia.



O diretor de Relações Político-Institucionais, Conselheiro Substituto Alexandre Manir Figueiredo Sarquis (TCE-SP), apresentou a contribuição da Atricon, em maio de 2018, à Comissão de Juristas.

De acordo com o Conselheiro Alexandre Sarquis, o trabalho evidencia o elevado grau de comprometimento com a efetividade da gestão pública, cujos princípios baseiam o próprio aprimoramento do Sistema Tribunais de Contas. O documento elencou um conjunto de propostas para subsidiar uma Comissão de Juristas, constituída pelo presidente da Câmara Federal, deputado Rodrigo Maia, para propor mais efetividade à gestão dos recursos públicos.

EIXOS

Assim como as Resoluções Diretrizes, as sugestões apresentadas à Comissão de Juristas, seguiram os eixos temáticos nos quais se baseiam as próprias ações e iniciativas de aprimoramento dos Tribunais de Contas, com capacidade de atender ao propósito de “aperfeiçoamento da gestão governamental e do sistema de controle da Administração Pública”, salientou o Conselheiro Sarquis.

GRUPO DE TRABALHO

Além de Alexandre Sarquis (TCE-SP), participaram do Grupo de Trabalho os Conselheiros Caldas Furtado (TCE-MA), Odilon Teixeira (TCE-PA), Paulo Curi (TCE-RO) e Sebastião Ranna (TCE-ES); e as Conselheiras Substitutas Heloísa Helena (TCE-GO) e Milene Cunha (TCE-PA).



DOIS MEMBROS DO SISTEMA TRIBUNAIS DE CONTAS NA COMISSÃO DE JURISTAS

Dois membros do Sistema Tribunais de Contas foram indicados pelo presidente da Câmara Federal, Rodrigo Maia, para compor a Comissão de Juristas: a Conselheira Marianna Montebello (TCE-RJ), dirigente da Atricon; e o Ministro Bruno Dantas do TCU.

O Ministro Bruno Dantas e a Conselheira Marianna Montebello apresentaram resultados em novembro de 2018, durante o Encontro Nacional dos Tribunais de Contas

Propor uma mudança substancial no sistema normativo brasileiro, para reforçar o instituto do controle público no país. Foi uma das sugestões apresentadas pelos integrantes do Sistema TCs, ministro Bruno Dantas (TCU) e a Conse-

lheira Marianna Montebello (TCE-RJ) à Comissão de Juristas para o aperfeiçoamento da gestão governamental. Os resultados foram apresentados durante painel do VI Encontro Nacional dos Tribunais de Contas (VI ENCTC).

“Precisamos efetivar a transição de um Estado burocrático para um estado de eficiência”, argumentou Bruno Dantas, ao defender a modernização da estrutura estatal. Para que isso aconteça, o ministro do TCU sustenta que a administração pública tenha mais transparência e acompanhe a evolução da era digital.

Confira o teor das propostas:

http://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Of%C3%ADcio-Camara-dos-Deputados_Atricon.pdf

ATUAÇÃO DA ATRICON NA ENCCLA PREVÊ ACORDOS E PARCERIAS

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), desde 2013, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla). O colegiado reúne representantes de 90 órgãos dos três Poderes, Ministério Público, Tribunais de Contas e da sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate a irregularidades na Administração Pública.

O conselheiro do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, Cezar Miola é o representante da Atricon na Enccla, assessorado pelos servidores Paulo Panassol e Priscila Oliveira. Em 2019, a entidade atuou nas Ações 4, 5 e 6 que têm por objetivo, respectivamente: restringir saques em espécie, pagamentos em cheque e transferências a partir de contas destinatárias de recursos públicos; padronizar procedimentos para acesso das instituições de controle, fiscalização e persecução aos bancos de dados e aos extratos bancários que envolvam recursos públicos; e prevenir e combater a corrupção e a lavagem de dinheiro por parte de agentes públicos mediante acompanhamento da evolução patrimonial e dos bens em uso.

Os representantes da Atricon acompanharam as reuniões semanais e quinzenais realizadas pela Estratégia de forma presencial ou por videoconferência. Nesses encontros, além das discussões atinentes às respectivas ações, a representação da entidade expôs atividades dos Tribunais de Contas em suas várias competências. Entre as iniciativas desenvolvidas estão o encaminhamento de uma parceria entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e a Atricon para possibilitar a ampliação do controle patrimonial de agentes públicos e contribuições para alterações da Lei de Improbidade Administrativa e da Lei nº 8.730/1993, que estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes e órgãos da União.

As reuniões são precedidas de consultas aos Tribunais de Contas, quanto à forma de atuação em diferentes áreas, para subsidiar e contribuir com as discussões desencadeadas durante os encontros.

Colaboração Priscila Oliveira (TCE-RS).

ATRICON PARTICIPA DE DEBATE SOBRE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O presidente Fábio Nogueira discorreu sobre o tema ‘Desafios Contemporâneos do Controle Externo’, no ciclo de palestras sobre 30 anos da Constituição Federal realizado pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo. O evento integrou a programação comemorativa pelos 50 anos de criação do TCM-SP, em julho de 2018.

Fábio Nogueira iniciou falando sobre o aprimoramento do controle constitucional brasileiro que a Atricon assumiu como meta precípua de atuação. Ele lembrou que, de forma ampla, não só o sistema de controle necessita de evolução e integração, mas toda a estrutura do Estado merece ser revisitada e, provavelmente, ajustada a fim de atender as demandas sociais, que sofrem constantes transformações.

Com uma exposição acerca da evolução das atribuições dos Tribunais de Contas, registrando que a Carta de 37, quando da instalação do Estado Novo, promoveu uma reviravolta no processo evolutivo e materializou uma restrição constitucional na missão dos TCs, o presidente Fábio Nogueira falou que a Constituição Federal de 1988 ampliou, efetivamente, a ação das Cortes de Contas.

O presidente reconheceu que essa missão Constitucional precisa ser constantemente adequada, em função dos interesses da cidadania. Por isto, as Cortes de Contas decidiram passar por esse processo, que vem sendo capitaneado pela Atricon.

Mesmo que a Constituição Federal de 1988 tenha ampliado e colocado em relevância o papel dos Tribunais de Contas, segundo Fábio Nogueira, já reclama mudança. Em razão disto, a Atricon editou proposta, incorporada pelo ex-Senador Cássio Cunha Lima e apresentada no Senado Federal como Projeto de Emenda Constitucional - a PEC nº 022/2017.



A PEC prevê modificação da composição das Cortes de Contas, tornando-as mais técnicas e rígidos os critérios de escolhas dos futuros ocupantes dos cargos de ministros e conselheiros. Além disso, o projeto inclui a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas - CNTC,

a quem competirá o controle da atuação administrativa e financeira dos Tribunais de Contas e do cumprimento dos deveres funcionais dos seus membros, além de assegurar a uniformidade de interpretação de normas no âmbito de sua atuação.

Ao final, o presidente saudou ao Conselheiro João Antônio, presidente do TCM-SP, pela relevante e pertinente iniciativa. O Seminário contou com um público alvo formado, preponderantemente, por auditores de controle externo.

PAINEL DE REFERÊNCIA PLANEJA AUDITORIA COORDENADA

O presidente Fábio Nogueira participou de Painel de Referência realizado pelo Tribunal de Contas da União, com o objetivo de planejar as ações de auditoria coordenada que será realizada em municípios contemplados com verbas oriundas de pagamentos da diferença de cálculos (precatórios) do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). O objetivo é verificar como está sendo feita a utilização desses recursos.

O Painel de Referência é o instante em que o TCU reúne membros do Sistema Tribunais de Contas, auditores, técnicos com qualificação na área alvo da auditoria coordenada, enfim, pessoas que possam contribuir com o aprimoramento dos trabalhos. É uma das etapas da fase de planejamento das ações, que permite a revisão e a validação das lógicas de trabalho.

No caso em questão (precatórios do Fundef) o Painel de Referência reúne auditores do TCU e representantes da Advocacia Geral da União (AGU), Ministério Público Federal (MPF), Estadual (PME) e de Contas (MPC), além dos Tribunais de Contas dos estados envolvidos.

De acordo com o presidente Fábio Nogueira, é um momento de muito significado já que se trata da padronização de procedimentos em relação a um montante considerável de recursos públicos, cuja aplicação tem sido alvo de várias interpretações e, até, de demandas judiciais.

O Fundef deu lugar ao Fundeb - criado pela Emenda Constitucional 53/2006, com regulamentação prevista na Lei 11.494/2007. O fundo é constituído, basicamente, por recursos estaduais. Em alguns Estados ocorre uma complementação com verbas da União, em razão de não terem como arcar com o valor mínimo, definido nacionalmente, por aluno.

Durante a vigência do Fundef, a União deixou de fazer o repasse integral da complementação devida a alguns Estados. Esse passivo corresponde a erros de cálculos no âmbito do Fundef, entre os anos de 1998 a 2006, com valor estimado em R\$ 90 bilhões, o que corresponderia a cerca de 60% dos R\$ 148 bilhões previstos para o Fundeb, no exercício de 2018. A estimativa foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 29 de dezembro de 2017.



ATRICON PARTICIPA DE REUNIÃO DO CECAP NO TCU

O presidente Fábio Nogueira participou da reunião do Grupo Temático de Avaliação do Desempenho dos Tribunais de Contas, um dos que integram o Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública (CECAP) do Tribunal de Contas da União. O evento aconteceu no Edifício Sede do TCU, no dia 17 de setembro de 2019.

O objetivo do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública, que foi implementado em 2017, é apoiar o Tribunal de Contas da União na produção e disseminação de conhecimentos relevantes para a atuação do Controle Externo. Conforme explicou o Ministro José Mucio Monteiro, que conduziu a reunião, a função precípua do CECAP é “contribuir com a missão do TCU de aprimorar a administração pública em benefício da sociedade”.

O presidente Fábio Nogueira apresentou um relatório dos avanços que a Atricon tem alcançado na condução de iniciativas direcionadas ao aprimoramento do Sistema Tribunais de Contas. Depois de enumerar uma série de benefícios que a atividade de Controle Externo gera em prol da cidadania, ele revelou a pretensão de editar um “manual para dar ciência à sociedade desses impactos positivos”.

PROPÓSITO – de acordo com o Ministro José Mucio, o principal propósito de reuniões como essa é propiciar a coleta de subsídios para



o processo de planejamento institucional, além de debater “caminhos e possibilidades para o aperfeiçoamento da atuação do TCU no Controle Externo da Administração Pública Federal. Nesse sentido, contamos com suas valiosas contribuições”.

Destaque – O Ministro José Mucio e técnicos, presentes à reunião, destacaram, dentre os instrumentos que o TCU adota para o aperfeiçoamento, a adesão da Corte ao Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas.

O TCU fez adesão ao MMD-TC e cumpriu os procedimentos de avaliação (aplicação 2019), que culminaram com a inspeção técnica da Comissão de Garantia da Qualidade do MMD-TC, recebida no TCU no dia 19 de agosto, pelo Ministro José Mucio; o presidente Fábio Nogueira estava presente. Naquela ocasião, ao ressaltar a importância da participação da Corte, o Ministro afirmou: “Nós estamos trabalhando pelo controle. Mais do que isso, estamos trabalhando para o resguardo dos recursos públicos, em prol da sociedade e do País. Precisamos nos dar os braços, porque o controle não sobreviverá sozinho”.

PRESENÇA – O presidente do Instituto Rui Barbosa, Conselheiro Ivan Bonilha, também participou da reunião e falou do importante papel pedagógico e das atividades que a instituição desenvolve para fortalecer o exercício do Controle Externo brasileiro. Ele disse que o IRB se empenha para o alcance de resultados cada vez mais expressivos e favoráveis aos interesses da sociedade.

AÇÕES INDUZEM AO APRIMORAMENTO DAS CORTES DE CONTAS

Fábio Nogueira traçou a rota pela qual o Sistema Tribunais de Contas aperfeiçoa procedimentos e métodos de fiscalização dos recursos públicos, para promover a efetividade da governança e respaldar a cidadania, em painel apresentado durante a Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Gestão e Controle dos Gastos Públicos e a Governança foi o tema do painel apresentado, em Gramado (RS), no mês de maio de 2018. Fábio Nogueira seguiu uma linha de raciocínio para mostrar os avanços que o Sistema Tribunais de Contas, que reúne 33 Cortes, tem experimentado nos últimos anos, com melhorias substanciais nos métodos de fiscalização e efetivação do controle. “Num passado, não muito distante, inexistia padronização de procedimentos. Foi, a partir dessa constatação, que a Atricon passou a atuar na defesa institucional, pelo aprimoramento do sistema”.

Como resultado da conjugação de esforços, capitaneada pela Atricon, com o irrestrito apoio das Cortes, foi implementado o Programa Qualidade e Agilidade (QATC), que tem no Marco de Medição de Desempenho o principal instrumento dessa transformação. O MMD-TC é a ferramenta que permite a identificação de possíveis fragilidades do Sistema e indica métodos de superação.



A uniformização dos procedimentos de fiscalização, reforçada por recursos de inovação tecnológica, de acordo com a explanação de Fábio Nogueira, “alavancou as ações de vigilância sobre os gastos públicos e tornou mais eficazes os instrumentos de orientação aos jurisdicionados, com sensível melhora na efetividade da governança dos recursos da sociedade”.

Outro instrumento de substancial alcance, segundo o presidente da Atricon, a Rede Nacional de Informações Estratégicas é resultado de parceria com o Instituto Rui Barbosa. A InfoContas integra o Sistema Tribunais de Contas em atividades especializadas na produção e divulgação



de dados e conhecimentos, permitindo a adoção de medidas que otimizam as ações de fiscalização e controle.

Fábio Nogueira, também citou algumas das “Boas Práticas” que o Sistema Tribunais de Contas compartilha entre as Cortes. Por intermédio de uma delas, “Na Ponta do Lápis”, originária do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, afere-se se há consonância entre as metas contidas nos planos de educação e as estabelecidas pelo PNE. Lembradas, também, as Auditorias Operacionais, dentre as quais aquelas que fiscalizam a qualidade do asfalto no TCDF; assim como as Auditorias Ambientais, do TCE-AM. “As AOPs

permitem a ação tempestiva e ágil das Cortes de Contas, evitando danos ao erário. As ambientais, por sua vez, além do caráter da preservação, se prestam como subsídios à formatação de políticas públicas voltadas à sustentabilidade ambiental, com potenciais reflexos no bem-estar das populações locais”, finalizou.





FGV DISCUTE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

O presidente Fábio Noronha participou do seminário “Reforma da Previdência”, promovido pela FGV Projetos, ocasião em que destacou a contribuição do Sistema Tributário de Contas para que o Brasil resgate o processo de desenvolvimento.

O evento contou com as presenças do presidente do Tribunal de Contas da União, José Mucio Monteiro; do presidente da Câmara dos Depu-

tados, Rodrigo Maia; e do vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Luiz Fux, que apresentou a palestra principal sobre os “Contornos constitucionais do sistema previdenciário brasileiro”.

O evento aconteceu em março de 2019, no Centro Cultural FGV, na Praia de Botafogo, Rio de Janeiro, sob a coordenação técnico-científica do ministro Benjamin Zymler (TCU), também pro-

“

Os Tribunais de Contas têm exigido absoluta transparência dos Gestores Públicos em relação à Previdência, tanto na esfera do Regime Geral quanto ao que concerne aos Regimes Próprios.

Fábio Nogueira
Presidente Atricon

fessor da FGV, compartilhado com Cesar Cunha Campos, diretor executivo FGV Projetos.

Na ocasião, Fábio Nogueira destacou que os TCs têm colocado os dados relativos à Gestão Fiscal e aos déficits previdenciários à disposição da sociedade e dos Governos. Como exemplo, ele citou que os Tribunais de Contas têm exigido absoluta transparência dos Gestores Públicos em relação à Previdência, tanto na esfera do Regime Geral quanto ao que concerne aos Regimes Próprios.

O objetivo do Seminário - promover reflexões sobre o sistema previdenciário brasileiro, a partir da análise das dificuldades e dos principais desafios para a implementação da reforma da previdência, tratando dos principais problemas e desafios da seguridade social no Brasil.

Foram apresentados painéis sobre os temas: “Regime geral de previdência social: resultado e projeções atuariais para o trabalhador”, “Regime geral de previdência social: reforma proposta e alternativas”, “Regime próprio de previdência do servidor” e, encerrando a programação, “A previdência complementar e as propostas de instituição do regime de capitalização”.

CONVIDADOS

Também foram convidados para o evento o ministro do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas; o presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, Floriano Martins de Sá Neto; o ex-secretário de Previdência Complementar e especialista em políticas públicas, Paulo Kliass; o juiz federal e secretário-geral do Conselho da Justiça Federal, Cleberon José Rocha; o ex-ministro do Planejamento e da Fazenda e professor da Fundação Getúlio Vargas, Nelson Barbosa; entre outras autoridades.

COMBATE À CORRUPÇÃO

No III Congresso Internacional no Combate à Corrupção e Controle Público coube à Atricon discorrer sobre o tema 'Corrupção e objetivos do desenvolvimento sustentável'.

O III Congresso Internacional no Combate à Corrupção e Controle Público, evento organizado pela Gestión y Organización de Estancias en Salamanca, S.L., aconteceu em fevereiro de 2019, em Coimbra, Portugal, e em Salamanca, na Espanha e contou com o apoio institucional do Instituto Rui Barbosa, do Tribunal de Contas de Portugal, da Universidade de Salamanca e do Conselho de Prevenção da Corrupção.

O presidente Fábio Nogueira participou como palestrante, discorrendo sobre o tema 'corrupção e os objetivos do desenvolvimento sustentável' abordou a relevância do Sistema Tribunais de Contas nas ações de combate à corrupção no Brasil e salientou que as Cortes brasileiras reúnem o mais significativo banco de dados da administração pública brasileira. "São informações gerenciadas pela Rede Nacional de Informações Estratégicas - InfoContas e compartilhadas entre os órgãos de controle", complementou.

As grandes investigações e ações do Ministério Público, nas situações que envolvem desvios de verbas públicas no Brasil, como a 'Operação Lava Jato', segundo relatou Fábio Nogueira, obtiveram informações nessa "fonte" do Sistema Tribunais de Contas.

Com relação ao desenvolvimento sustentável, Fábio Nogueira esclareceu que a temática está presente no processo de aperfeiçoamento e nas ações da Atricon, com previsões no Plano de Gestão 2018-2019, além de instrumentalizar Resoluções Diretrizes, que refletem na auditoria de diversas áreas concernentes à preservação ambiental:



gestão de resíduos sólidos, gestão de mobilidade urbana, gestão de recursos hídricos, etc.

No "processo de transformação", está inserido um item essencial à boa governança dos recursos públicos que, em consequência, produz um expressivo potencial de melhora nos indicadores da corrupção. Trata-se do papel pedagógico do qual as Cortes se investem como requisito cotidiano. "Mudamos a relação com o gestor, que enxergava preponderantemente o nosso papel punitivo, e estreitamos parceria com os cidadãos, estimulando-os ao exercício do controle social", salientou.

Outros brasileiros no Congresso: O Presidente do Instituto Rui Barbosa e Conselheiro do TCE-PR, Ivan Bonilha, apresentou palestra sobre 'o controle das políticas públicas descentralizadas: desafios e perspectivas'; O Conselheiro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Antonio Carlos Flores de Moraes, falou acerca do 'controle de qualidade na educação: auditoria dos resultados'. O Conselheiro Sebastião Helvécio Ramos de Castro, Vice-Presidente do IRB, incumbiu-se da cooperação acadêmica do evento.

EVENTO DISCUTE COMBATE À CORRUPÇÃO COM PALESTRA DO PRESIDENTE DA ATRICON

‘A Atuação dos Tribunais de Contas no Controle da Gestão Pública’. Foi o tema da palestra proferida pelo presidente Fábio Nogueira em evento promovido pelo Movimento Articulado de Combate à Corrupção (MARCCO-RN), em parceria com o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 5 de dezembro de 2018, na Escola de Governo, em Natal (RN).

O evento, que registrou a passagem do Dia Internacional contra à Corrupção, foi conduzido pelo conselheiro Gilberto Jales, presidente do TCE-RN. Para um público formado, predominantemente, por pessoas ligadas aos Órgãos de Controle, Fábio Nogueira discorreu acerca das iniciativas que a Atricon vem adotando para alcançar o aprimoramento.

Nessa esfera se incluem as ações pedagógicas, que preparam os agentes públicos para agir dentro da legalidade, com um olhar na efetividade das políticas públicas. “Não é suficiente atender aos requisitos legais, é preciso que o dinheiro do cidadão seja investido em ações que atendam plenamente ao seus interesses”.

Fábio Nogueira ressaltou que a prática pedagógica resulta na redução de desvios ou de uso ilícito dos recursos públicos. Para ele, o combate à corrupção é uma atividade que se inicia na orientação e que não prescinde desse processo.

O presidente explicou que o controle da gestão

pública, no âmbito do Sistema Tribunais de Contas, tem priorizado as auditorias concomitantes e preventivas, que identificam possíveis riscos de ilicitudes. “A expedição de medidas cautelares impede o andamento de uma licitação, ou de uma obra, por exemplo, até que passem por um processo de correção dos erros apontados pelas auditorias”, salientou.

O compartilhamento de informações entre os Tribunais de Contas e outros órgãos de controle externo, é outro elemento importante para barrar ou combater a corrupção. De acordo com

o presidente, as ferramentas de controle, também, são indispensáveis nesse sentido. “Além de otimizar as próprias atividades, elas facilitam o controle social”, adendou.

Fábio Nogueira ressaltou que o processo de aprimoramento pelo qual passa o Sistema Tribunais de Contas, produz resultado significativos e eleva a

efetividade da gestão pública. Mas, na opinião do presidente, nada é mais relevante que a participação e a colaboração do cidadão na luta contra a corrupção.

Palestrantes - Além do presidente da Atricon, foram palestrantes no evento: Nicole Verillo, consultora da Transparência Internacional; e Leonardo Lins Câmara Marinho, auditor federal de finanças e controle da Controladoria Geral da União no RN (CGU/RN).

“

As ferramentas de controle otimizam as atividades e facilitam o controle social

Fábio Nogueira
Presidente Atricon

REUNIÕES DA DIRETORIA

1ª REUNIÃO: PRESIDENTE APRESENTA PROPOSTAS DE ESTRUTURAÇÃO

A primeira reunião de diretoria biênio 2018-2019 aconteceu no dia 6 de fevereiro de 2018 (mesmo dia da posse dos dirigentes), sob a condução do presidente Fábio Nogueira, que apresentou as propostas de estruturação da gestão.



2ª REUNIÃO: AÇÕES DE APRIMORAMENTO

Ações de aprimoramento e fortalecimento do Sistema Tribunais de Contas foram o principal alvo das discussões empreendidas por dirigentes da Atricon. A reunião aconteceu em 17 de maio de 2018, em Porto Velho. A data foi escolhida para coincidir com o período de realização do VII Fórum de Direito Constitucional e Administrativo aplicado aos Tribunais de Contas, promovido pelo TCE-RO. Na ocasião, foi aberto espaço à participação do Tribunal de Justiça de Rondônia e da Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência.



3ª REUNIÃO: PARTICIPAÇÃO EXPRESSIVA REVELA ALTO NÍVEL DE ENVOLVIMENTO COM PROJETOS DA ATRICON

O presidente Fábio Nogueira abriu a 3ª reunião da diretoria da Atricon, 27 de julho de 2018, na sede do TCE-SP, declarando seu entusiasmo com o nível de envolvimento dos dirigentes da entidade: “essa postura denodada nos permite vislumbrar horizontes ainda mais promissores no processo de persecução do aprimoramento”. No momento seguinte foi feita uma apresentação do Plano de Gestão 2018-2019 que contempla “o





esforço conjunto, despendido nos inúmeros degraus já galgados na escala que o Sistema Tribunais de Contas empreende rumo à efetividade”.

4ª REUNIÃO: PROJETOS DO PLANO DE GESTÃO

Os dirigentes da Atricon se reuniram em Brasília com uma pauta de discussões em que se destacaram as ações que contribuem para aprimoramento do Sistema Tribunais de Contas. A 4ª reunião da diretoria da Atricon, aconteceu no dia 25 de setembro de 2018, na sede do Tribunal de Contas da União, tem uma pauta dedicada às ações e projetos previstos no Plano de Gestão da entidade; além da cessão de espaço para convidados (TCU, STN, Grupo Elo), relativos aos temas concernentes ao processo de aprimoramento do Sistema Tribunais de Contas.



5ª REUNIÃO: RELAÇÃO INSTITUCIONAL

A 5ª reunião ordinária foi inserida na programação paralela do VI Encontro Nacional dos Tribunais de Contas, no dia 28 de novembro de 2018, no CentroSul de Florianópolis (SC). O presidente Fábio Nogueira iniciou falando da importância do processo de aprimoramento vivenciado pelo Sistema Tribunais de Contas que se reflete, inclusive, no fortalecimento da relação institucional com as entidades IRB, Audicon, Abracon, também, parceiras do evento, que foi realizado sob a coordenação geral do TCE-SC.



6ª REUNIÃO: CERTIFICAÇÃO DO MMD-TC

A 6ª reunião de diretoria (1ª do exercício 2019), aconteceu no dia 6 de fevereiro de 2019, em Brasília, na sede do TCU. A pauta foi centrada numa prestação de contas acerca do processo de certificação do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais

de Contas - MMD-TC. O presidente Fábio Nogueira, naquela ocasião, atestava significativos avanços dos procedimentos, com o acompanhamento da Comissão de Coordenação Geral do MMD-TC.

7ª REUNIÃO: EDUCAÇÃO EM PAUTA

A 7ª reunião de diretoria da Atricon (2ª no exercício de 2019), aconteceu no dia 25 de abril de 2019, Instituto Serzedelo Corrêa (TCU) e reuniu, além de dirigentes da entidade, diversos conselheiros e técnicos do Sistema Tribunais de Contas. Na abertura, o presidente Fábio Nogueira registrou que essa presença corrobora o espírito colaborativo preponderante entre os Membros das Cortes, sobretudo, desde a atuação no campo institucional, assumida pela Associação a partir de uma alteração estatutária.

O Conselheiro Cezar Miola (TCE-RS) presidente do Comitê Técnico de Educação do IRB/Atricon, recebeu convite para apresentar um balanço breve da atuação das entidades na temática da educação. Ele destacou algumas iniciativas de mobilização, que vêm acontecendo no seio do Sistema para contribuir com o aperfeiçoamento da gestão da educação básica.

8ª REUNIÃO: MONITORAMENTO DE PROJETOS

A oitava reunião da diretoria da Atricon - 3ª no exercício de 2019 -, aconteceu no plenário do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, no dia 29 de agosto de 2019. As atividades foram conduzidas pelo presidente Fábio Nogueira que ressaltou a importância do ponto básico da pauta: o monitoramento do Plano de Gestão 2018 - 2019. Os projetos previstos no Plano de Gestão estão distribuídos entre a presidência, as vice-presidências e as diretorias, que têm a responsabilidade de pro-





mover a sua execução. Os diretores presentes apresentaram o andamento dos trabalhos e o presidente Fábio Nogueira atestou que o cumprimento das metas está em estágio satisfatório.

9ª REUNIÃO: DIRETORIA SE REÚNE NO ICITC PARA DISCUTIR PRESTAÇÃO DE CONTAS E A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA ENTIDADE

Incluída na programação paralela do I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, a 9ª reunião da diretoria da Atricon (4ª do exercício de 2019), aconteceu no dia 11 de novembro. Na saudação de abertura, o presidente Fábio Nogueira manifestou agradecimento aos presidentes das 33 Cortes brasileiras, pelo apoio às ações da entidade, que “tem sido fundamental ao processo de fortalecimento do Sistema”. Uma mensagem foi dirigida ao presidente do Conselho Nacional dos Presidentes dos Tribunais de Contas, Edilson de Sousa Silva (TCE-RO), para que a:

IRB - A presença do Conselheiro Ivan Bonilha, presidente do IRB, nas reuniões de diretoria da Atricon tornou-se rotineira. Ele também falou do ambiente leve e colaboracionista, que reflete a vontade de melhorar o Sistema. Com relação à sede do ICITC, salientou que Foz do Iguaçu é uma terra abençoada, que se identifica com a vontade do paranaense em ampliar fronteiras.

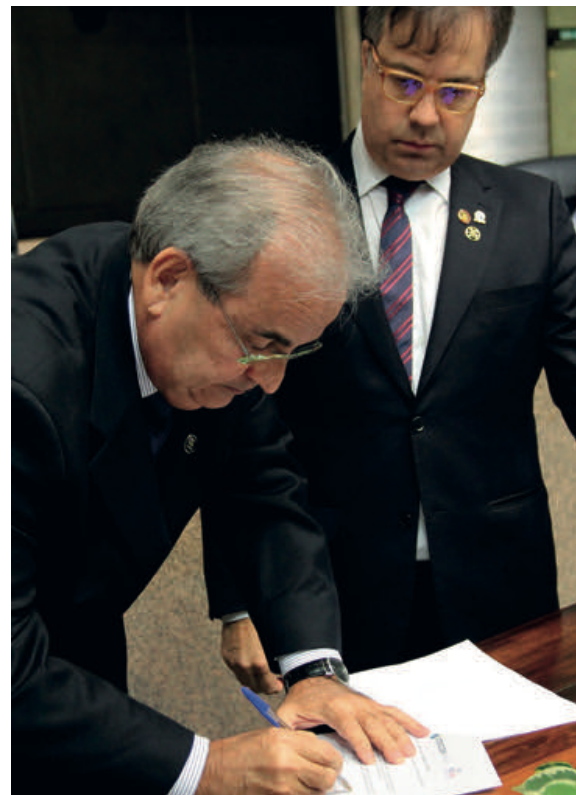
CNPT - O Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas é outra participação constante nas reuniões da Atricon. O Conselheiro Edilson de Sousa Silva, que preside o CNPTC, saudou aos presentes fazendo referência ao presidente eleito do TCE-RO, Paulo Curi, membro da diretoria da Atricon, cuja gestão, segundo ele, prenuncia grandes êxitos.

SISTEMA TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL AMPLIA ESPAÇO DE COMUNICAÇÃO

Os presidentes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil e do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, Fábio Nogueira e Otávio Lessa, assinaram um termo de convênio/cooperação por intermédio do qual a integralidade do Sistema Tribunais de Contas passa a ter espaço de veiculação de programas e informações na TV Cidadã. A emissora, que é uma concessão pública ao TCE-AL, produz uma programação diária transmitida ao vivo, com tecnologia streaming, para o mundo inteiro, passa a contar com a logomarca da entidade e insere a denominação TV Atricon. A parceria é facultada aos demais Tribunais de Contas que, sem qualquer ônus, terão espaço para a divulgação das matérias produzidas pelas próprias Assessorias de Comunicação. A ideia é gerar, com esse material, um jornal semanal (com várias reprises). Num segundo momento, serão produzidos programas específicos sobre a atuação das Cortes, no ambiente das próprias sedes. A pretensão é mostrar os bastidores e as experiências exitosas de Controle Externo do Sistema Tribunais de Contas.

O custo dos programas in loco para os Tribunais será referente ao traslado das equipes. A produção dos programas será conduzida a partir de uma pauta apresentada pelas assessorias de comunicação dos TCs, sob a consultoria da Ascom Atricon.

Os presidentes Fábio Nogueira e Otávio Lessa, a partir dessa iniciativa, vislumbram ampliar as possibilidades de divulgação da atuação dos Tribunais de Contas e, de acordo com esse pensamento, reforçar o imprescindível papel desses Cortes perante à opinião pública. Eles entendem que, com isso, serão gerados estímulos de uma participação mais ativa do cidadão e, em consequência, o exercício do Controle Social.





DIRIGENTES DO CONSELHO NACIONAL DE PRESIDENTE DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

■ *Gestão 2019 - são eleitos por aclamação*

Foram eleitos, por aclamação, o Conselheiro Edilson Silva (TCE-DF) como presidente do CNPT; o Conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto (TCM-GO), como vice-presidente; e o Conselheiro Severiano Costandrade (TCE-TO), como secretário. O processo eleitoral foi conduzido pela secretária e presidente em exercício do colegiado, Conselheira Yara Lins dos Santos (TCE-AM). A eleição aconteceu durante reunião, no dia 26 de fevereiro de 2019, no Instituto Serzedelo Corrêa (ISC/TCU), em Brasília.

Yara Lins, havia sido eleita para o cargo de secretária-geral em 5 de março de 2018. Naquela

data, em reunião na sede do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), os 32 presidentes de Corte de Contas presentes elegeram presidente o Conselheiro José de Ribamar Caldas Furtado (TCE-MA). O vice-presidente eleito foi o Conselheiro Gilberto Jales (TCE-RN).

O primeiro presidente e idealizador do CNPTC foi o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Sidney Estanislau Beraldo (TCE-SP), em 2017.

Relatório

O Conselheiro Caldas Furtado (TCE-MA) apresentou um relatório da sua gestão (2018) e saudou



aos presentes na pessoa do Conselho Sidney Beraldo (TCE-SP), primeiro presidente do Conselho. Ele relatou que, no período em que esteve à frente do CNPTC, as parcerias estabelecidas com a Atricon foram fundamentais, o que se repetiu com as outras entidades ligadas ao Sistema Tribunais de Contas: IRB, Abracom e Audicon. A elaboração e o registro cartorial do Regimento Interno, foi outro passo importante.

Durante a 5ª reunião ordinária, CNPTC escolhe dirigentes para a Gestão 2020

O Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), durante a quinta Reu-

nião Ordinária, ocorrida no dia 11 de novembro de 2019, definiu os novos dirigentes, que assumirão a entidade a partir do dia 1º de janeiro de 2020: presidente, conselheiro Joaquim Alves de Castro Neto (TCMGO); vice-presidente, conselheiro Severiano Costandrade de Aguiar (TCE-TO); e Secretário Executivo conselheiro Adircélio de Moraes Ferreira Jr. (TCE-SC).

A reunião foi conduzida pelo conselheiro Edilson de Sousa Silva (TCE-RO), que agradeceu o apoio de todos os presidentes, pela confiança, e enalteceu a parceria das entidades representativas dos Tribunais de Contas Atricon e IRB, agradecendo aos presidentes Fábio Nogueira e Ivan Bonilha, que participaram do encontro.

FRENTE PARLAMENTAR MISTA DA EDUCAÇÃO

Presidentes da Atricon e do CTE IRB participam da solenidade de lançamento em Brasília

O presidente Fábio Nogueira e o presidente do Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), Conselheiro Cezar Miola (TCE-RS), participaram do lançamento da Frente Parlamentar Mista da Educação, que tem como prioridade a continuidade do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A solenidade aconteceu em abril de 2019, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. Dentre as autoridades presentes, estava o presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal, deputado Pedro Cunha Lima. A Frente Parlamentar tem na composição, além de deputados e senadores, um conselho consultivo formado pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e organizações da sociedade civil voltadas para a

educação como o Todos pela Educação, a Fundação Lemann e o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). Esses organismos se unem em prol do desenvolvimento de políticas públicas para a educação brasileira.

O presidente Fábio Nogueira elogiou a iniciativa, salientando que a educação é uma questão sensível e que carece de toda a atenção, a fim de que o país consiga superar desigualdades. Na opinião do Conselheiro Cezar Miola, pre-

sidente do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB), “a Frente será um espaço plural e democrático, integrando agentes públicos e representantes da sociedade. Além disso, num momento crucial como este, com a educação enfrentando tantas dificuldades, representa um espaço qualificado em defesa dessa política pública”.



Deputado Pedro Cunha Lima ladeado por Fábio Nogueira e Cezar Miola

DIAGNÓSTICO DE OUVIDORIAS É TEMA DE PALESTRA

O presidente Fábio Nogueira preferiu palestra sobre o tema ‘Diagnóstico das Ouvidorias nas Prefeituras Municipais Paraibanas’ no 3º Encontro Paraibano de Ouvidorias, promovido pelo Fórum Paraibano de Ouvidorias Públicas e Privadas, que aconteceu em maio de 2019, no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.

Fábio Nogueira, é Conselheiro Ouvidor do TCE-PB e os dados que apresentou foram levantados pelo Ouvidoria da Corte, a partir de uma pesquisa formulada por meio de um “questionário declaratório”.

Um dos dados demonstrados se refere à regulamentação da Lei nº 13.460/17 (Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público, cuja vigência plena tem prazo para o próximo mês de junho). Das 219 prefeituras (a Paraíba possui 223 municípios), que responderam ao levantamento, 212 responderam não e apenas 7 confirmaram o atendimento à lei.

Diante de “um cenário está distante do ideal”, ele mencionou que estudará métodos de equacionamento da deficiência, com a inserção de “item a ser verificado pelo órgão de instrução”, nos Processos de Prestação de Contas, acerca do cumprimento da Lei nº 13.460/17.

REPRESENTAÇÃO - Na abertura do evento o presidente Fábio Nogueira transmitiu a men-

sagem de saudação aos participantes em nome do Conselheiro Arnóbio Alves Viana, que preside o TCE-PB e conduzia a sessão plenária naquela ocasião.

Fábio Nogueira falou da importância das Ouvidorias como “instâncias de escuta às carências cotidianas da sociedade” e canais propícios ao recebimento de “reclamações e denúncias contra serviços mal prestados, ou a falta deles”, lembrando que o adequado feedback a essas demandas é direito incondicional de quem as formula. De acordo com Fábio Nogueira, as Ouvidorias, também, interagem com a sociedade quando esta deseja elogiar políticas públicas, que atendam satisfatoriamente às necessidades dos cidadãos. “São essas as manifestações que mais satisfazem às Ouvidorias”, comentou.

ATRICON NESSE CENÁRIO - o presidente mencionou a Resolução Diretriz 2/2014 relacionada à temática ‘Ouvidorias: instrumentos de interação dos Tribunais de Contas do Brasil com a sociedade’ e, ainda, Acordo de Cooperação



Técnica celebrado com a Controladoria-Geral da União, também concerne ao fortalecimento das Ouvidorias. “A Atricon entende que a participação dos cidadãos eleva o grau de efetividade da gestão pública e produz resultados mais condizentes com as demandas da sociedade”, realçou.

PALESTRAS - Na sequência, foi apresentado o Projeto “Criem-se Ouvidorias”, pelo Ouvidor do Ministério Público do Estado da Paraíba, Doriel Veloso Gouveia, que preside o Fórum Paraibano de Ouvidorias Públicas Privadas, entidade que promove o evento.

O Papel das Ouvidorias na Lei de Defesa do Usuário do Serviço Público, foi o tema abordado pelo

Ouvidor Geral da União, Valmir Gomes Dias. Ele falou que, além de simplificar e desburocratizar, as Ouvidorias podem “melhorar a vida das pessoas”, porque a tendência é que a atuação desses órgãos induzam a serviços públicos mais efetivos.

DEBATES - os debates foram mediados pelo auditor da Controladoria Geral da União, Rodrigo Paiva, com a participação da Ouvidora Geral do Estado da Paraíba, Tânia Brito; e do Ouvidor da Prefeitura de João Pessoa, Benilton Lucena. Público - Prefeitos(as), Presidentes de Câmaras Municipais, Gestores Públicos, Servidores(as) que atuam em Ouvidorias Públicas e Privadas e Cidadãos interessados no tema Ouvidorias.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS PROMOVE ENCONTRO TÉCNICO DE GESTÃO DE PESSOAS



O presidente Fábio Noronha participou do VIII Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil, em agosto de 2018. Promovido pelo TCE-AM o evento foi aberto pela Conselheira Yara Lins dos Santos, que conduziu os trabalhos sublinhando que nas organizações sobressai-se o fator humano, “mesmo que se esteja vivenciando a era digital e da inteligência artificial”.

ATRICON - O Conselheiro Substituto Jaylson Campelo (TCE-PI), diretor de Desenvolvimento do Controle Externo da entidade e coordenador técnico do Marco de Medição de Desempenho dos Tribunais de Contas, fez uma exposição

acerca dos resultados obtidos na área de gestão de pessoas, com comparativos nas últimas medições do MMD-TC, realizadas em 2015 e 2017 (a primeira pesquisa foi aplicada em 2013).

Além de palestras e debates, o VIII Encontro Técnico de Gestão de Pessoas abriu espaço para a 1ª Exposição de Boas Práticas, cujo objetivo é compartilhar as melhores ações da área de gestão de pessoas de cada Tribunal de Contas do Brasil.

O VIII Encontro Técnico de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil - Conectando Pessoas para uma Gestão de Resultados - foi realizado com o apoio da Atricon e do IRB.

ATRICON MINISTRA TREINAMENTO PARA TÉCNICOS DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE MOÇAMBIQUE



O Vice-Presidente de Desenvolvimento do Controle-Externo, Conselheiro Sebastião Carlos Ranna de Macedo (TCE-ES), representando a Atricon, ministrou treinamento para auditores do Tribunal Administrativo (TA) de Moçambique. O evento aconteceu em Março de 2019, em Maputo. O Auditor de Controle Externo Márcio Marinot (TCE-ES) também participou do procedimento de capacitação técnica voltado à implementação do sistema de controle interno municipal.

Com a ação, o Tribunal Administrativo de Moçambique, que tem funções idênticas ao Tribunal de Contas, buscou reforçar as capacidades técnicas dos auditores em matérias relacionadas ao controle e à fiscalização das Finanças Públicas.

O Contador-Geral da Contadoria de Contas e Auditorias (CCA), Jeremias Zuande, que representou a direção máxima do Tribunal Administrativo, salientou, em discurso na abertura do evento, que “a capacitação constitui uma oportunidade para os quadros do TA aprenderem dos facilitadores oriundos do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCEES) do Brasil, mais sobre o controle interno municipal”.

Ações como essa, no âmbito da capacitação institucional, contam com o suporte da Agência de Cooperação Alemã (GIZ) que tem, entre os seus representantes em Moçambique, o auditor de controle externo do TCE-PE, Carlos Mauricio.

Com informações de: <http://www.ta.gov.mz>

COOPERAÇÃO E INTERAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES



Em agosto de 2018, encerrando a programação do seminário “Tribunais de Contas e Tesouro Nacional - Fiscalização a tempo e a hora”, o vice-presidente de Desenvolvimento do Controle Externo da Atricon, Sebastião Carlos Ranna de Macedo, ministrou palestra intitulada ‘Fortalecimento do Sistema Nacional de Controle Externo: Desafios e perspectivas’.

Carlos Ranna afirmou que é importante quebrar a cultura do “dono da informação”, sendo que “cooperação” e “interação entre as instituições” são as palavras-chave para o alcance de novos horizontes. Ranna destacou a importância do controle no combate à corrupção no país. Ele pontuou ações que estão em desenvolvimento para a melhoria do Controle Externo, como o Marco de Medição de Qualidade dos Tribunais de Contas, que é ferramenta de avaliação das atividades das Cortes do país.

O vice-presidente da Atricon expôs também o funcionamento da Rede InfoContas que, criada em 2013, é a rede de inteligência das Cortes, trabalhando com compartilhamento dos dados e é alimentada pelo LabContas, laboratório de dados, numa parceria entre a Atricon e o Instituto Rui Barbosa (IRB).

O SEMINÁRIO - evento resultante da união de forças entre a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Secretaria do Tesouro Nacional e o TCE-ES para fomentar a adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2018, cujo objetivo é o alinhamento conceitual e de procedimentos para a geração da Matriz de Saldos Contábeis.



RESOLUÇÕES DIRETRIZES NO SINAOP

O XVIII Simpósio Nacional de Auditoria em Obras Públicas (SINAOP), que aconteceu em novembro de 2018 no Centro Cultural Ariano Suassuna (TCE-PB), teve entre as temáticas as ‘Resoluções da Atricon e o aprimoramento do Controle Externo’. A exposição ficou a cargo do presidente Fábio Nogueira, que destacou a pertinência do tema do central do evento - “Obras Públicas: Planejamento, Controle e Efetividade” - com o compromisso assumido pelo Sistema Tribunais de Contas, junto ao Conselho Nacional de Justiça, em Diálogo Institucional com o Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Contas da União.

Fábio Nogueira explicou que as Resoluções Diretrizes da Atricon têm consonância com o atendimento às demandas da sociedade e o intuito de propiciar um melhor direcionamento das atividades de fiscalização e controle.

HISTÓRICO - Em 2013 foi instituído o Pro-

grama Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas. O QATC tem o propósito de guiar as atividades e ações da Atricon, na persecução pelo aprimoramento, com um conjunto de Resoluções Diretrizes, construídas em sintonia com as mais bem conceituadas normas e práticas internacionais de auditoria.

As Resoluções Diretrizes têm a feição de normas técnicas para orientar procedimentos. E, embora não sejam impositivas, foram incorporadas na rotina de todos os Tribunais de Contas do Brasil.

Atualmente o normativo é composto por 26 Resoluções Diretrizes, que são a base do Marco de Medição de Desempenho. O MMD-TC possui uma conceituação técnica em que se consideram mais de 500 critérios de desempenho. Os Tribunais se dispõem, de maneira espontânea, a passar por uma avaliação que tanto identifica as experiências exitosas quanto os aspectos passíveis de adequação em suas ações.

EM ABRIL DE 2018

POLÍTICAS PÚBLICAS DESCENTRALIZADAS

Atricon participa de debate falando da “A Importância da Atuação Coordenada para o Controle das Políticas Públicas Descentralizadas”.

Em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), celebrada em dezembro de 2017, o Tribunal de Contas da União desenvolve estudo acerca do “Aperfeiçoamento de Políticas e Programas Públicos Descentralizados: Auditorias baseadas em Resultados”. Foi realizado debate acerca do tema e o presidente Fábio Nogueira discorreu sobre “A Importância da Atuação Coordenada para o Controle das Políticas Públicas Descentralizadas”.

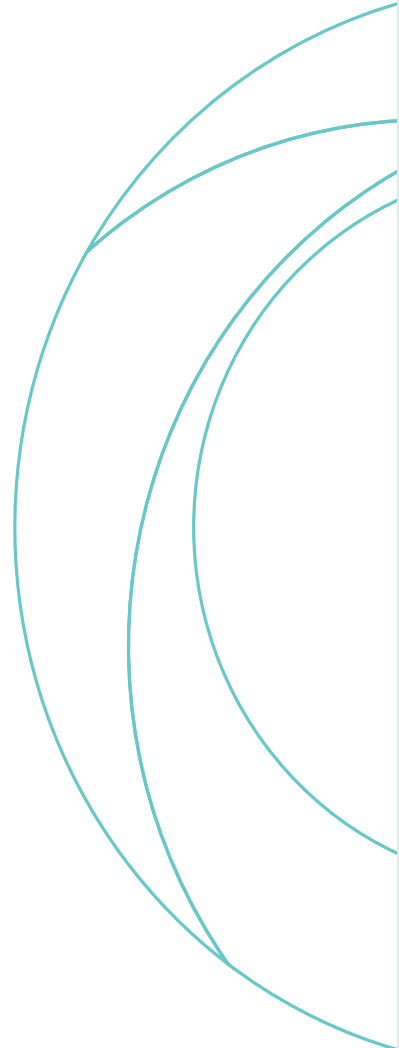
Na apresentação destacou, dentre inúmeras vantagens das auditorias coordenadas, a sistematização dos procedimentos de fiscalização e a integração como elemento de resolutividade do controle externo. “Essas ações contribuem para o aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas e para a efetividade das políticas públicas”, ponderou.





A ATRICON PARTICIPA DA ELABORAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Por meio da Portaria Nº 10/2018, de 3 de abril de 2018, foi designada comissão para colaborar no processo legislativo de formulação da nova Lei de Licitações e Contratos, transformado em lei nº 14133/21, em 1º de abril de 2021. Os integrantes ofereceram subsídios para a relatoria. Na foto, o Vice-Presidente de Relações Político-Institucionais, Conselheiro Antônio Renato Alves Rainha (TCDF) e o Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais, Ministro-Substituto Weder de Oliveira (TCU) entregam documento.






CONGRESSO DOS AUDITORES DO TCU

Combate à Corrupção: estratégias de cooperação internacional, foi o tema abordado no Congresso dos Auditores do TCU - 2º Internacional e 7º Nacional, em 5 de abril de 2018, em Fortaleza. Participaram do painel o presidente da Atricon, conselheiro Fábio Nogueira (TCE-PB); Guzmán Lajuni, da União Internacional dos Trabalhadores em Organismos de Controle; e o ministro Marcos Bemquerer presidente da Audicon, sob a mediação do presidente da AUDITAR, Paulo Martins.

As discussões giraram em torno da importância das parcerias como instrumento de combate à corrupção. Dentre outros aspectos, foram reconhecidos como fundamentais ao êxito das operações: a integração entre órgãos de controle; e a proteção aos agentes públicos de fiscalização, sobretudo, no exercício dessas ações, conforme preconiza a Organização Internacional do Trabalho - OIT.



AUDIÊNCIA COM O MINISTRO CHEFE DA CASA CIVIL

Em 12 de abril de 2018, Atricon e Audicon mantiveram audiência com o  ministro chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, para repassar o entendimento dos Órgãos de Controle em relação ao PL 7448/17. Foram entregues a Nota Técnica N° 01/2018 - ATRICON-AUDICON e diversas NTs produzidas por outras entidades ligadas ao Controle Externo na tentativa de impedir a sanção do projeto de lei, que restringe a ação dos Tribunais de Contas. O Ministro afirmou que todos os aspectos pontuados serão devidamente analisados.

EM MAIO DE 2018



EVENTO AUDICON

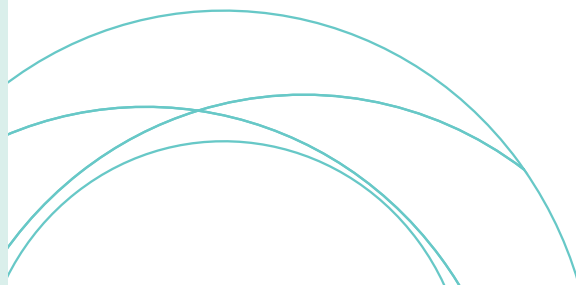
O presidente Fábio Nogueira de evento promovido pela Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas comemorativo em comemoração aos cem anos de criação do cargo de Ministro Substituto do TCU, no Instituto Serzedelo Corrêa, em Brasília. Na ocasião foi lançada campanha com o tema “Contas Públicas são da nossa conta”, cujo objetivo é fomentar o controle por parte da sociedade e a transparência da atividade do Poder Público.

EM JUNHO DE 2018



OS EVENTOS REALIZADOS PELO INSTITUTO BRASILEIRO PRÓ-CIDADANIA

Em 15 de junho de 2018, o presidente Fábio Nogueira coordenou mesa de debate que contou com a participação do Ministro do TCU José Mucio Monteiro e de Ruy Bezerra de Oliveira Filho, secretário da Controladoria-Geral do Estado de Pernambuco, no 12º Seminário Nacional 'Ouvidores & Ouvidorias' e 4º Seminário Internacional 'Ouvidores, Defensores del Pueblo & Ombudsman'. Os eventos são realizados pelo Instituto Brasileiro Pró-Cidadania.



EM AGOSTO DE 2018



EVENTO DA CNM

O presidente Fábio Nogueira participa do II Seminário Internacional de Custos Governança e Auditoria no Setor Público, promovido pela Confederação Nacional de Municípios. Durante debate, ele foi um dos que abordaram a temática ‘Ações interfederativas, gestão pública e controle’.

Tratando sobre os desafios da transposição da contabilidade financeira para a gerencial, questão norteadora do debate, Fábio Nogueira destacou o Acordo de Cooperação da Atricon com a Secretaria do Tesouro Nacional, em que são signatários o IRB e os TCs, em cujos objetivos se incluem o fomento à transparência da gestão fiscal; e a harmonização de conceitos e procedimentos concernentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial, à contabilidade pública e à gestão fiscal.

Fábio Nogueira falou, ainda, do acordo de cooperação da Atricon com o Conselho Federal de Contabilidade. Nesse caso, a parceria trata, dentre outras questões correlacionadas, da adequação dos TCs ao processo de convergência às Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), elaboradas pela International Organization of Supreme Audit Institutions (INTOSAI).

EM SETEMBRO DE 2018



REUNIÃO DA REDE INFOCONTAS

O presidente Fábio Nogueira, o coordenador da Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo, conselheiro Carlos Ranna, transmitiram mensagem de entusiasmo aos participantes II Encontro da Rede Nacional da InfoContas, atividade paralela ao 4º Seminário Internacional sobre Análise de Dados na Administração Pública. O evento aconteceu em setembro de 2018, no Instituto Serzedello Corrêa - ISC, Escola Superior do Tribunal de Contas do TCU, em Brasília.

De acordo com Fábio Nogueira, o fortalecimento da efetividade dos Tribunais de Contas passa pela consolidação da Rede InfoContas, por intermédio da qual as Cortes têm compartilhado dados, conhecimentos estratégicos, técnicas e procedimentos relacionados às atividades de inteligência.

O presidente complementou que, graças a esse sistema de interatividade, tem-se alcançado a efetividade das ações de fiscalização e controle das contas públicas, o que reflete na boa governança dos recursos.

InfoContas - A Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo é resultado de um Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Atricon, o IRB e as Cortes, que integram o Sistema Tribunais de Contas, e foi instituída, em 2013.

O II encontro da Rede InfoContas tem o objetivo precípuo de incrementar essas possibilidades de compartilhamento de experiências e boas práticas, relacionadas ao uso de técnicas de análise e mineração de dados.

EM OUTUBRO DE 2018**ASSEMBLEIA OLACEFS**

O presidente Fábio Nogueira participou da XXVIII Assembleia Geral da Organização Latino Americana das Entidades e do Caribe das Entidades Fiscalizadoras Superiores (OLACEFS) - instância máxima de deliberação do organismo e propicia a reunião de entidades fiscalizadoras de todo o mundo -, em Buenos Aires. Além da Atricon, também representou o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, do qual é membro.

SEMINÁRIO CNM

No II Seminário Internacional de Custos, Governança e Auditoria no Setor Público, promovido pela Confederação Nacional de Municípios, o presidente Fábio Nogueira abordou a temática 'Ações interfederativas, gestão pública e controle', tratando sobre os desafios da transposição da contabilidade financeira para a gerencial, questão norteadora do debate.

FUNDEF

Em Painel de Referência, realizado pelo Tribunal de Contas da União, para planejar as ações de auditoria coordenada em municípios contemplados com verbas oriundas de pagamentos da diferença de cálculos (precatórios) do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef), Fábio Nogueira, falou da importância da padronização de procedimentos em relação a um montante considerável de recursos públicos, cuja aplicação tem sido alvo de variadas interpretações e, até, de demandas judiciais.

EM NOVEMBRO DE 2018



30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O presidente Fábio Nogueira participou do evento sobre os ‘30 Anos da Constituição Federal - Desafios Constitucionais de hoje e Propostas para os Próximos 30 Anos’, em Brasília. Ele presidiu a mesa do painel “Os Valores Morais da Constituição Federal de 1988: Uma Visão Prospectiva”, tema apresentado pelo Ministro Luiz Fux, vice-presidente do Supremo Tribunal Federal.

O evento, promovido pela Editora Fórum e, segundo o presidente Fábio Nogueira, traduz o interesse em temáticas atuais e de grande pertinência à consolidação da democracia. Além de contou com palestras de outros membros do STF: Ministro Presidente Dias Toffoli; Ministra Cármen Lúcia; Ministro Gilmar Mendes; Ministro Ricardo Lewandowski; Ministro Luís Roberto Barroso; Ministro Edson Fachin; e Ministro Alexandre de Moraes. O ex-Ministro Carlos Ayres Britto (STF) também participou, palestrando sobre “A Incomparável Força Normativa da Constituição”.

SEGURANÇA PÚBLICA

‘Sistema Único de Segurança Pública’. Este foi um dos temas debatidos no II Fórum Nacional de Controle, no Instituto Serzedelo Corrêa (TCU), em Brasília. A moderação dos debates esteve a cargo do presidente Fábio Nogueira, que ressaltou a relevância e a urgência da adoção de políticas públicas destinadas à solução dos problemas que o Brasil enfrenta nessa área.



3º CONACON

O presidente Fábio Nogueira participou da cerimônia de abertura do 3º Congresso Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil (CONACON), em novembro de 2018, na sede do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. A solenidade foi seguida de uma palestra magna, proferida pelo ministro Benjamin Zymler (TCU).

Na sequência, houve um debate acerca do tema da palestra do ministro Benjamin Zymler - ‘O Papel da Auditoria de Controle Externo nos 30 anos de Constituição Democrática’ -, com intervenções do presidente Fábio Nogueira; Ismar Viana, Diretor Jurídico da ANTC; Júlio Marcelo de Oliveira, Procurador do MP de Contas junto ao TCU e Presidente da AMPCON; Marcos Benquerer, Ministro substituto do TCU e Presidente da AUDICON; e Francisco José Gominho Rosa, Presidente da ANTC.



COLAR E MEDALHA DO MÉRITO

“É um sentimento de muita alegria receber o Colar do Mérito. Essa honraria aumenta ainda mais a nossa responsabilidade na condição de presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil”, ressaltou o presidente Fábio Nogueira.

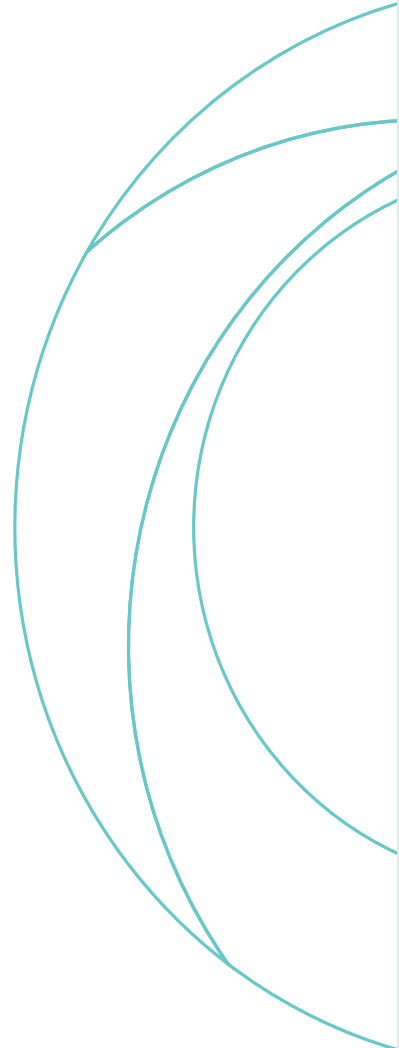
Ele foi um dos homenageados com o Colar do Mérito Governador Siqueira Campos, maior honraria concedida pelo Tribunal de Contas do Tocantins destinada a reconhecer pessoas ou instituições que tenham prestado relevantes serviços em prol da administração pública, do sistema de Controle Externo ou do Estado do Tocantins.

EM NOVEMBRO DE 2019



ENCCLA 2020

O Vice-Presidente de Relações Político-Institucionais, Conselheiro Administrativo Renato Alves Rainha (TCDF), representa a Atricon na XVII Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA 2020, que aconteceu em Belo Horizonte (MG), entre os dias 18 e 22 de novembro de 2019. O Chefe de Gabinete, Dr. José Augusto de Oliveira, o acompanha no evento.



ATRICON E IRB TÊM ENCONTRO INSTITUCIONAL NA OAB NACIONAL

O presidente Fábio Nogueira e o conselheiro Cezar Miola (CE-RS), coordenador do Comitê Técnico de Educação do Instituto Rui Barbosa (IRB), tiveram um encontro institucional com o presidente da OAB nacional (triênio de 2016-2018), Claudio Lamachia, em novembro de 2018, na sede da Ordem, em Brasília. Na ocasião, foi ofertado um livro-compêndio sobre o Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas, em cujo conteúdo estão as Resoluções Diretrizes da Atricon, que são o guia do Marco de Medição de Desempenho dos TCs.

O Plano de Gestão da Atricon, para o exercício 2018-2019, também foi entregue ao presidente Lamachia. Além desses temas, o presidente Fábio Nogueira tratou da PEC 22/2017, que tramita no Senado, com a proposição de criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Conta, dentre outras questões pertinentes ao aperfeiçoamento do Sistema Tribunais de Contas.

Foram abordados outros temas, comuns às instituições, que incluem a possibilidade de formação de parcerias para a área de educação. “São temas de enorme relevância para toda a sociedade e a OAB, como voz constitucional do cidadão, tem satisfação em poder contribuir, especialmente quando falamos de algo tão importante, como a educação”, afirmou Lamachia.

O Conselheiro Cezar Miola apresentou uma proposta de parceria entre a OAB e a Atricon e o Instituto Rui Barbosa, com o propósito de realizar campanhas de aproximação dos Tribunais de Contas ao Plano Nacional de Educação (PNE). “Nosso entendimento é de que é preciso buscar a concretização daqueles dispositivos da Constituição. Criança e adolescente devem ser tratados como prioridade. Portanto, resolvemos procurar organizações da sociedade para que, com representatividade e legitimidade, possam reforçar processo”, explicou Miola.



ATRICON E BID AVANÇAM EM PARCERIA INSTITUCIONAL



A gestão fiscal transparente e a transparência do setor público são temas condizentes com o processo de aperfeiçoamento implementado pela Atricon no âmbito do Sistema Tribunais de Contas. A comunhão desses interesses, que estão entre os objetivos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, justificou uma visita técnica de dirigentes da entidade e representantes dos TCs ao BID, com a motivação de estabelecer, ou estreitar, uma relação interinstitucional.

Outra justificação para uma aproximação institucional entre Atricon e BID, de acordo com o presidente Fábio Nogueira, está relacionada à atividade auditoria, exercida pelos Tribunais de Contas, aos financiamentos concedidos pelo Banco aos estados brasileiros.

Na visita, que aconteceu em Brasília, em agosto de 2019, o presidente Fábio Nogueira fez uma apresentação sobre o Sistema Tribunais de Con-

tas, com um breve relato acerca da aplicação 2019 do MMD-TC, cuja finalização coincidirá com a certificação da metodologia da ferramenta, procedimento que está sob a condução da Fundação Vanzolini, entidade certificadora ligada à USP-SP.

Estavam presentes o representante do BID no Brasil, Hugo Flórez Timorán; o especialista sênior fiduciário em gestão financeira, Mario Ricardo Castaneda; e a consultora fiduciária em gestão financeira, Juliana Dubeux Fontes, que destacaram o alto nível técnico das Cortes de Contas do Brasil e a importância do Controle Externo para uma Gestão Pública responsável, transparente e eficaz.

Participaram pelo Sistema Tribunais de Contas, além de Fábio Nogueira, o vice-presidente de relações político-institucionais, Renato Rainha (TCDF); o diretor Clóvis Barbosa (TCE-SE); Estilac Xavier (TCE-RS); e o auditor de controle externo, Luiz Genédio (TCDF).

CONTAS PÚBLICAS SÃO DA NOSSA CONTA, UMA CAMPANHA AUDICON



A iniciativa conta com o apoio da Atricon

A Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros-Substitutos dos Tribunais de Contas realizou, nos dias 24 e 25 de maio de 2018, o Congresso Contas Públicas São da Nossa Conta, com o lançamento de campanha, com o mesmo nome - Contas Públicas são da Nossa Conta - com o objetivo de ampliar o interesse e o envolvimento do cidadão brasileiro com os processos de contas públicas no Brasil.

CONTROLE SOCIAL - a Campanha Contas Públicas são da Nossa Conta foi idealiza-

da para ajudar a formar, dar noções e referências, e gerar cultura de controle social para o cidadão, de maneira a tornar familiar a ele o entendimento da fiscalização e seus processos, o que é válido e ético ou não, o que é regular ou irregular e estar preparado para debates os temas.

De acordo com o presidente da Audicon, Ministro Substituto do TCU, Marcos Bemquerer, a campanha evidencia a relação de contas públicas com os serviços públicos, com a dinâmica eleitoral e com a credibilidade do brasileiro a respeito das instituições.

MOBILIZAÇÃO DE ENTIDADES INFLUENCIOU VETOS AO PL 7448

É o que considera o presidente da Atricon, Fábio Nogueira.



De acordo com ele, os vetos a artigos do Projeto de Lei nº 7448/17 foram influenciados pela grande mobilização ocorrida no seio das entidades que representam os membros dos Tribunais de Contas do Brasil. Ele cita, como exemplo, a Nota Técnica Nº 01/2018 - editada em parceria com a Audicon, com apontamentos técnicos e jurídicos para as inconsistências e inconstitucionalidades da proposição, que foram reforçadas na audiência com o então ministro da Casa Civil da Presidência da República, Eliseu Padilha.

O Projeto de Lei 7448/17 incorpora à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei 4.657/42) novos princípios gerais, que devem ser observados nas decisões originadas de órgãos públicos, como as do Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas. Com oito ve-

tos, a proposta foi transformada na Lei 13.655/18, no dia 25 de abril de 2018.

O texto original foi aprovado pelo Congresso Nacional sem o crivo do plenário das Casas Legislativas. O PL foi apresentado pelo senador Antonio Anastasia e o principal temor dos magistrados das Cortes de Contas e agentes do controle externo em geral, pesava na tentativa de neutralização do papel dos Tribunais de Contas.

O veto mais significativo foi feito ao artigo do projeto que previa a possibilidade de o gestor público ajuizar uma ação para determinar a validade de um ato ou um contrato originado dele próprio, o que funcionaria como uma blindagem contra eventuais questionamentos jurídicos e administrativos.

SOLENIDADE CONCORRIDA MARCA POSSE DO MINISTRO JOSÉ MUCIO NA PRESIDÊNCIA DO TCU

Ministra Ana Arraes assume a vice-presidente do Tribunal de Contas da União

O ministro José Mucio Monteiro tomou posse, no dia 1º de dezembro de 2018, como presidente do Tribunal de Contas da União (TCU). Na mesma cerimônia, a ministra Ana Arraes foi empossada como vice-presidente da Corte de Contas, assumindo, concomitantemente, o encargo de corregedora da Casa. A solenidade foi realizada em sessão plenária extraordinária e conduzida pelo presidente do TCU, ministro Raimundo Carreiro.

Compuseram a mesa o presidente da República, Michel Temer, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Antonio Dias Toffoli, o presidente do Senado Federal, Eunício Oliveira, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, a procuradora-geral do Ministério Público junto ao TCU, Cristina Machado da Costa e Silva, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, e os governadores Paulo Câmara (Pernambuco) e Rodrigo Rollemberg (Distrito Federal).

A eleição do ministro José Mucio e da ministra Ana Arraes foi realizada no plenário do TCU no dia 5 de dezembro. O exercício dos mandatos terá início em 1º de janeiro de 2019, pelo período de um ano, com possibilidade de reeleição para mais um ano.

Ao discursar, o ministro José Mucio ressaltou que, a despeito do momento sensível que o Brasil atravessa, o TCU continuará a zelar pelas contas públicas do País, bem como a perseguir as desigualdades regionais e a combater desvios e práticas de corrupção. Ao mesmo tempo, acrescentou o ministro, o TCU será um Tribunal comprometido a auxiliar na construção de um Brasil mais justo, solidário e fraterno. “Conto com a senhora, minha amiga e ministra Ana Arraes, para cumprir essa missão. Conto, também, com o apoio de todos, ministros, Ministério Público, servidores e colaboradores”, afirmou. “Projetamos uma gestão pautada pela prática do diálogo, pela proatividade e pelo relacionamento com as instituições e com a sociedade civil.”, acrescentou.

SAUDAÇÕES

Em nome da Corte de Contas, o ministro Benjamin Zymler proferiu o discurso de saudação ao ministro José Mucio e à ministra Ana Arraes e ressaltou a relação de respeito e admiração que nutre por seus pares. Zymler lembrou a atuação de José Mucio tanto em sua trajetória parlamentar, como quando de suas passagens pelo Executivo, estadual e federal, e no próprio Tribunal de Contas da União. Ao destacar “a com-



petência e a capacidade de diálogo” da ministra Ana Arraes, Zymler frisou e ela foi a segunda mulher eleita para o Congresso Nacional pelo Estado de Pernambuco e que, em sua vida pública, sempre zelou pelo bem-estar social.

“O ministro José Mucio e a ministra Ana Arraes são grandes amigos de todos deste colegiado. Os méritos de Vossas Excelências, sua inteligência e brilho: tudo nos indica que terão uma gestão exitosa”, declarou.

A procuradora-geral do Ministério Público junto ao TCU, Cristina Machado da Costa e Silva, iniciou o discurso agradecendo ao ministro Raimundo Carreiro, que esteve à frente da Corte de

Contas no biênio 2017-2018. Ela observou que o Brasil atravessa “momentos difíceis”, tanto político quanto econômico e ético. “Os desafios futuros são enormes, mas estou otimista que com a força do diálogo o senhor e a senhora [ministro José Mucio e Ana Arraes] conseguirão cumprir essa missão”, declarou.

PRESENÇAS

Pelo TCU, participaram da solenidade os ministros Walton Alencar, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, os ministros-substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer e Weder de Oliveira, além de procuradores e subprocuradores do Ministério Público Federal junto ao TCU.

PROCURADORES ASSUMEM CARGOS NA AMPCON E NO CNPGC

Tomaram posse solene em Brasília/DF, no dia 19 de março de 2019, os dirigentes da Associação Nacional do Ministério Público de Contas (AMPCON) e do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Contas (CNPGC).

Pela AMPCON, assumiu a Presidência para o próximo biênio (2019-2020) o Procurador Stephenson Oliveira Victer, do Ministério Público de Contas do Estado do Pará. Victer sucede a Júlio Marcelo de Oliveira, do Ministério Público de Contas da União, que liderou a Associação nos anos de 2017 e 2018. Já no CNPGC, a Presidente será a Procuradora-Geral do MPC/MG Elke Andrade Soares de Moura, em substituição a Thiago Martins Guterres, Procurador-Geral do MPC/RN. O mandato do CNPGC é de um ano.

Em seu pronunciamento de transmissão do cargo de Presidente da AMPCON, Oliveira agradeceu o que chamou de “a maior honra que teve em sua vida profissional”, destacando que o “Ministério Público de Contas é cada vez mais conhecido e reconhecido como ator fundamental do controle externo, seja no desenho institucional atual, seja na construção do controle externo do futuro.”

Também agradecendo a confiança recebida de seus pares, Victer asseverou que é dever da Associação “pugnar pela autonomia do Ministério Público de Contas por todos os meios que estejam ao seu alcance”, comprometendo-se a buscar “o entendimento possível com todos os grandes interlocutores do sistema, que têm a responsabilidade de conduzir um processo de real aperfeiçoamento do

controle externo brasileiro, se colocando à disposição para, em nome daqueles que fazem o Ministério Público de Contas, conferir decisiva contribuição ao que representará, em última análise, uma verdadeira ressignificação de tão nobre e imprescindível atividade no contexto republicano.”

Ao final da solenidade, as Diretorias da AMPCON e do CNPGC prestaram homenagens, respectivamente, aos Procuradores de Contas José Gustavo Athayde e Fernando dos Santos Carneiro, ambos de Goiás, pelos relevantes serviços prestados ao MPC e ao controle externo, sendo Athayde condecorado com a Medalha do Mérito Institucional da AMPCON “Antonio Maria Filgueiras Cavalcante” e, Carneiro, com a Medalha de Honra do CNPGC.

Presenças

A cerimônia, que ocorreu no Auditório do Interlegis, no Senado Federal, foi prestigiada por inúmeros profissionais, representantes da sociedade civil organizada e autoridades dos poderes constituídos da República, tanto no âmbito da União quanto dos mais diversos Estados da Federação, sendo a mesa oficial composta pela Vice-Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministra Ana Arraes; pelo Presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), Conselheiro do TCE/PB Fábio Túlio Filgueiras Nogueira; pelo Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, Deputado Rafael Prudente; pela Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal, Promotora Fabiana Costa Oliveira Barreto, e pelos Presidentes empossados e transmitentes dos correspondentes cargos da AMPCON e do CNPGC.





O IRB E A INTEGRAÇÃO DO SISTEMA DE CONTAS

Ivan Lelis Bonilha

O Instituto Rui Barbosa (IRB) se consolidou ao longo de seus quarenta e seis anos de existência como uma instituição ímpar, vocacionada a integrar ações e a promover a produção e a difusão de conhecimento, que teve participação ativa nos momentos decisivos do sistema de contas brasileiro.

Constituído pelos tribunais de contas, cujos presidentes elegem sua diretoria, o IRB já desenvolveu desde iniciativas pioneiras de produção de manuais nacionais de auditoria até o Programa de Modernização do Controle Externo Estadual e Municipal (PROMOEX), uma parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Ges-

tão e com o Banco Mundial que foi um verdadeiro divisor de águas no trabalho desenvolvido pelas cortes de contas brasileiras.

Com esforço e dedicação de sucessivas diretorias, o IRB se fortaleceu institucionalmente, conquistou autonomia e sede própria em Brasília/DF e tem como membros titulares todos os tribunais de contas do país.

A atuação do Instituto encontra-se amparada em normatização interna e em planejamento estratégico que garantem a promoção direta e indireta de inúmeros programas de capacitação e ações voltadas ao aperfeiçoamento dos métodos e procedimentos do controle externo.

O uso intensivo de tecnologia possibilitou um incremento em sua eficiência com a criação da “Sala da Diretoria Digital”, na qual decisões colegiadas são tomadas, via internet, e depois registradas em ata notarial, reduzindo custos e aumentando sua velocidade de atuação. Também foi renovado, no início de 2019, o portal “irbcontas.org.br”, que se firmou como referência para o controle externo brasileiro.

A efetividade do sistema de controle constitucionalmente definido depende da ação coordenada dos seus três componentes (controle externo, controle interno e controle social) e, neste desenho institucional, os tribunais de contas desempenham o papel fundamental de assegurar o seu funcionamento de forma coordenada e efetiva.

O Instituto contribui para este esforço fomentando a capacitação dos servidores através de cursos em formatos diversos, inclusive com a utilização de ferramentas de educação à distância e com ações de compartilhamento

e otimização do uso de recursos de ensino das suas entidades-membro.

O IRB promove inúmeros eventos de treinamento, tendo apoiado, no último biênio, 26 congressos, simpósios, conferências e seminários, sendo 18 nacionais e 8 internacionais. Um dos eventos significativos promovidos pelo Instituto, em conjunto com a ATRICON, a AUDICON e a ABRACOM, é o Congresso Internacional dos Tribunais de Contas. Resultado da união dos dois maiores eventos do Controle Externo, o Congresso Internacional de Controle e Políticas Públicas do Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Congresso dos Tribunais de Contas da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), este novo congresso reflete o alinhamento das entidades que formam o sistema de contas e possibilita o compartilhamento das agendas e a otimização de recursos humanos e materiais.

Mas as ações de capacitação não se restringem a eventos de curta duração: em 2019, o IRB celebrou um Termo de Cooperação Técnica com a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) visando à realização de atividades de colaboração para o desenvolvimento do curso MBA em Parcerias Público-Privadas e Concessões.

Outra iniciativa inovadora foi a criação dos Fóruns Nacionais de Auditoria. Encontros técnicos de profissionais de controle externo de diferentes regiões do país para trocarem experiências e aprofundarem o debate sobre temas relacionados à auditoria do setor público, estes eventos têm por objetivo treinar os servidores dos tribunais de contas para utilização das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) nos trabalhos de auditoria e fiscalização.

As NBASP, com edição e revisão efetuada pelo Instituto, formam o arcabouço básico de normas cujo alinhamento às normas internacionais emitidas pela Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI) e adaptação ao marco normativo brasileiro representam a aderência dos trabalhos de auditoria aos padrões internacionais. O Nível 3 das NBASP, recentemente publicado, traz os requisitos mandatórios de auditoria a serem observados nos diferentes trabalhos de fiscalização de contas em auditorias de conformidade e operacionais.

Outra frente de trabalho da qual o Instituto Rui Barbosa participa é o Projeto Integrar. Estruturado em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o projeto objetiva o desenvolvimento de uma metodologia para seleção de objetos de auditoria baseada em risco e em indicadores de gestão e de governança, com vistas à obtenção de respostas mais eficientes aos desafios de controle dados pela governança multinível e pelas políticas públicas descentralizadas.

Também, o Comitê Técnico da Educação do IRB (CTE-IRB) e o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (IEDE) estão desenvolvendo um projeto conjunto de valorização de boas práticas de gestão em educação através da sua identificação, documentação e acompanhamento pedagógico e administrativo. A iniciativa prevê a oferta de treinamento para os auditores dos tribunais de contas em pesquisas de campo e estratégias de análise qualitativa.

O IRB atua na busca pela uniformização processual e jurisprudencial de forma que o sistema de contas forneça uma resposta consistente e coerente à sociedade com a observância de uma jurisprudência convergente e acessível.

Mas diferenças conceituais e de procedimentos na aplicação das normas de execução orçamentária, financeira e patrimonial, contabilidade pública e gestão fiscal impedem a correta consolidação das contas nacionais e dificultam a transparência da gestão fiscal dos entes governamentais. Além disso, verifica-se a ocorrência de divergências e duplicidades que dificultam ou inviabilizam a fidedignidade e a coerência entre as informações inseridas nos sistemas da União e aquelas prestadas aos órgãos de controle.

Para fomentar a transformação desta realidade, o IRB, o Tesouro Nacional e a ATRICON desenvolvem cooperação para a promoção da padronização das regras de contabilização a nível nacional, para a definição da forma de consolidação da matriz de saldos contábeis e para a harmonização de conceitos e procedimentos entre os entes governamentais na aplicação de normas atinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial, à contabilidade pública e à gestão fiscal.

Ainda temos de construir valores e princípios capazes de nos guiar na construção de soluções para os problemas do século XXI. Todavia, há indicações fortes de que o princípio da sustentabilidade deverá embasar a construção dessa nova visão de mundo e, portanto, não poderá estar ausente do radar de nenhuma instituição que pretenda estar preparada para os desafios atuais e vindouros.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) se relacionam a iniciativas inadiáveis para proporcionar às futuras gerações um ambiente propício ao seu pleno desenvolvimento e estão fortemente vinculados às atividades do sistema de contas. Para promover o aprimoramento dos métodos e procedimentos de controle, o IRB firmou,

em 2019, um acordo de cooperação técnica com a ONG Gestos que envolve, entre outras ações, a realização de oficinas para aperfeiçoar as ações de fiscalização do cumprimento dos ODS no país.

O capital humano é a base para a efetividade de qualquer política pública e o fundamento para o seu desenvolvimento está na educação, para a qual os tribunais de contas prestam importante contribuição, por exemplo, ao assegurarem a oferta de vagas nas escolas para crianças e jovens através da fiscalização do Plano Nacional de Educação. Para somar esforços nesta área fundamental, o IRB e a ATRICON assinaram o Pacto Nacional pela Primeira Infância: uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) cujo objetivo é efetivar os direitos da população brasileira com menos de 6 anos de idade.

Por fim, os tribunais de contas são as instituições que têm no controle e na avaliação dos administradores públicos um dos papéis fundamentais, senão único, dentre as demais instituições, que deve ser exercido com o uso transparente de régua capaz de medir a eficiência de uma gestão. O IRB atua, através da Rede Nacional de Indicadores Públicos (Rede INDICON), para capacitar servidores no emprego de indicadores para planejar a atividade de fiscalização e avaliar políticas públicas. A Rede é responsável pela coleta e divulgação nacional do Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEGM) e do Índice de Efetividade da Gestão Estadual (IEGE).



REUNIÃO CNPTC: PAUTA COLABORATIVA CONGREGA ENTIDADES

Com a participação da Atrecon e do IRB e pauta formulada de maneira colaborativa, foi discutida extensa temática atinente ao Sistema Tribunais de Contas do Brasil. Aperfeiçoamento é tema base.

A 3ª reunião ordinária do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas aconteceu no dia 26 de agosto de 2019, na sede do TCMSP, com representação de todo o Sistema TCs. Na condução dos trabalhos o presidente do CNPTC, Edilson Silva, abriu parêntesis na extensa pauta, para referenciar a aplicação 2019 do Marco de Medição de Desempenho - o Conselho também integra a Comissão de Coordenação Geral do MMD-TC -, que vem contando com o absoluto empenho dos presidentes das Cortes em todo o Brasil.

“

As ações pedagógicas são relevantes e fortalecem a relação com os jurisdicionados.

João Antônio
Conselheiro

TCMSP

O Conselheiro João Antonio, presidente do TCMSP, enquanto anfitrião do encontro, falou da importância do X Educontas. O evento que a Corte promove, entre os dias 26 e 28 de agosto, visa a melhoria da expertise das Escolas de Contas no papel de orientação à gestão pública. De acordo com ele, essa é uma ação que contribui para a supremacia dos interesses públicos, cuja defesa é papel dos Tribunais de Contas.

João Antonio tratou ações pedagógicas do Sistema Tribunais de Contas, como relevantes na relação com os jurisdicionados. Ele falou das experiências do TCMSP no controle preventivo e concomitante, exemplificando com a prática das Mesas Técnicas, que atuam na solução das matérias complexas da maneira mais colaborativa possível; “ou seja, menos repressiva e mais de orientação”.

TCE-SP

O presidente do TCE-SP, Roque Citadini, também tratado como anfitrião, transmitiu mensagem aos demais presidentes na linha compreensão precedente de que o controle preventivo precisa ser fortalecido. O conselheiro ilustrou esse entendimento com uma frase, que ouviu certa vez, do presidente Fábio Nogueira: “o Tribunal não poder ser órgão de autópsia, tem que ser de biópsia”.

Para Citadini, o caminho é encontrar e fortalecer mecanismos de atuação, como as auditorias concomitantes. O presidente citou o exemplo da fiscalização ordenada, que o TCE-SP promove, com resultados expressivos que contemplam a “essência da atividade de orientação”.

ATRICON

O presidente Fábio Nogueira saudou aos presentes, destacando a permanente disponibilidade e hospitalidade com que recebem as enti-

dades - CNPTC, Atricon e IRB - nas constantes demandas apresentadas aos presidentes dos TCs. Ao salientar a importância de trazer as discussões acerca do Sistema Tribunais de Contas para a cidade mais importante do país, especificou o caso na atenção e receptividade ofertadas pelo TCMSP e TCE-SP.

Fábio Nogueira, falando da relevância da pauta da reunião, identificou aspectos das discussões que reforçam a união existente entre os Tribunais de Contas. “Para o aperfeiçoamento, esse espírito colaborativo é indispensável”. A afirmação foi ilustrada com o Marco de Medição de Desempenho - em 2019 está na 4ª aplicação -, que é o “condão do entusiasmo, com capacidade de renovação das energias e da integração de membros do Brasil inteiro”.

Fábio Nogueira destacou o fato de ser uma das iniciativas mais ousadas na promoção de uma autoavaliação, que ganha o reforço de um selo da Fundação Vanzolini (USP-SP). O presidente falou ainda, que esse sentimento de união e empenho coletivo pelo aprimoramento do Sistema Tribunais de Contas está presente no espírito do I Congresso Internacional dos Tribunais de Contas. O evento vai acontecer em Foz do Iguaçu (PR), entre os dias 11 e 14 de novembro de 2019 e é fruto da união do XXX Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, da Atricon; e do V Congresso Internacional de Políticas Públicas, do IRB; que se soma ao I Encontro Estadual de Lideranças Municipais, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Corte anfitriã.

Fábio Nogueira ressaltou a valiosa participação do presidente do Instituto Rui Barbosa, conselheiro Ivan Bonilha (TCE-PR) e salientou o empenho do IRB em oferecer uma programação científica de altíssimo nível, com base na temática escolhida para o I CITC - “O Tribunal de Contas Contemporâneo e as Políticas Públicas”.



MANAUS SEDIA EVENTO AMBIENTAL

Autoridades discutem políticas para gestão ambiental e controle de contas públicas

Aconteceu em Manaus o II Simpósio Internacional Sobre Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas (SIGAM), entre os dias 17 e 19 de outubro de 2019. O evento foi realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas com o apoio da Atricon. Autoridades públicas e cientistas participaram.

A conferência magna coube ao professor da George Mason University, Thomas Lovejoy, ambientalista e biólogo norte-americano especializado em conservação, ecologia e biologia tropical, considerado o “pai da biodiversidade” -, que concentra mais de 50 anos de estudos sobre a região amazônica.

Em um dos trechos da sua fala, o biólogo salientou a oportunidade de desenvolver uma nova

visão para o futuro da Amazônia: “um desenvolvimento que respeita a natureza e utiliza os produtos das matas e dos rios, incluindo uma infraestrutura sustentável, e não uma infraestrutura que destrói”. A presidente do TCE-AM, Yara Lins dos Santos, ressaltou a importância das discussões para preservação do meio ambiente e conscientização da sociedade, mas disse que a Corte de Contas não se resumirá apenas as discussões.

O Conselheiro Mário Melo, membro do Conselho Fiscal da Atricon, destacou que a questão ambiental será um dos focos da sua gestão no biênio 2020-2021. “A missão constitucional atribuída aos Tribunais de Contas prevê a fiscalização e o controle da gestão ambiental, portanto, inclui punição àqueles que prejudiquem o meio ambiente”, ressaltou.

Representando a Atricon

O Conselheiro Marco Antonio Lopes Peixoto (TCE- RS), diretor de Relações Internacionais foi designado para representar a Atricon pelo presidente Fábio Nogueira, depois que um imprevisto o impediu de participar. Em sua fala, Marco Peixoto do Plano de Gestão da entidade que contempla a questão ambiental como item imprescindível aos interesses da cidadania, além do compromisso com a observação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. Na mensagem enviada ao TCE-AM, o presidente Fábio Nogueira destacou que, entre os países do mundo, o Brasil se coloca em posição privilegiada, “pela vastidão da sua floresta, pela diversidade da sua fauna, pela imensidão dos seus rios, pela dimensão da sua costa marítima. A natureza, incontestavelmente, foi generosa com esta Nação. É preciso conservá-la!”.

Eco cidadão

Durante o II Simpósio Internacional Sobre Gestão Ambiental e controle de Contas Públicas foi lançado o aplicativo para smartphones “Sou Eco”. A ferramenta possibilita que cidadãos encaminhem denúncias de crimes ambientais ou sobre a má prestação de serviços públicos diretamente à Corte, com fotos e possibilidade de georreferenciamento.

Conselheiro Júlio Pinheiro, idealizador do projeto

Idealizado pelo coordenador de ações ambientais do TCE-AM, conselheiro Júlio Pinheiro, o app foi desenvolvido em parceria com a Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

De acordo com o conselheiro Júlio Pinheiro, ao receber a denúncia via aplicativo o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas terá, além da

foto enviada pelo usuário, a localização exata de onde está acontecendo o problema e agirá imediatamente para apurar o fato e penalizar os infratores, ou, se for o caso, encaminhar ao órgão responsável.

Depoimento

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Benjamin Zymler, disse que o evento mostrou a capacidade do TCE-AM em induzir práticas ecologicamente equilibradas junto à população amazonense e que “esse é um exemplo a ser seguido pelas demais Cortes do país”.

Benjamin Zymler falou do interesse do presidente do TCU, ministro José Múcio Monteiro, de colocar o TCU à disposição da Corte de Contas do Amazonas para a próxima edição do evento, prevista, de acordo com a Carta da Amazônia, para 2021.

“O ministro Múcio ficou muito impressionado com a repercussão do Simpósio e falou que está animado com a possibilidade de conjugar esforços para repercutir as questões do meio ambiente tanto do no aspecto jurídico, quanto no aspecto prático da atuação dos Tribunais de Contas no controle e proteção ao meio ambiente como bem público, portanto, sujeito à fiscalização”, disse Zymler.

Carta da Amazônia

Os Tribunais de Contas brasileiros deverão incluir em todas as suas dimensões de auditoria e controle as questões inerentes à manutenção e preservação do meio ambiente. Essa orientação faz parte dos sete itens que compõem a “Carta da Amazônia” editada e apresentada no encerramento do II Simpósio Internacional Sobre Gestão Ambiental e Controle de Contas Públicas.

INSTITUTO RUI BARBOSA – IRB COMPLETOU 46 ANOS DE FUNDAÇÃO EM OUTUBRO/2019

Aniversário foi comemorado com evento

O Instituto Rui Barbosa – IRB comemorou 46 de fundação. A data foi celebrada com um seminário sobre auditoria financeira. O evento aconteceu no dia 7 de outubro, em Curitiba (PR), e contou com a participação de Conselheiros e autoridades de vários Estados brasileiros.

Na abertura, o presidente do IRB, Ivan Bonilha, membro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, reafirmou o compromisso da instituição com a capacitação, aglutinação de normas técnicas e a melhoria das Cortes brasileiras. Segundo ele, o comprometimento com o papel técnico vai fazer com que o Sistema Tribunais de Contas ganhe, cada vez mais, a confiança do cidadão.

O seminário, intitulado “Gestão Fiscal e Auditoria Financeira”, foi todo pensado na Norma Brasileira de Auditoria do Setor Público (NBasp) 200, elaborada pelo IRB. Para o debate, a palestra “A Gestão Fiscal e o Federalismo Financeiro”, ministrada pelo professor da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Rodrigo Kanayama; e “A Importância da Auditoria Financeira (NBASP 200)”, pelo Conselheiro Substituto do TCE-MT, Luiz Henrique Lima.

Participaram do evento os Conselheiros Joaquim de Castro Neto, presidente do Tribunal de

Contas dos Municípios de Goiás, representando a Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) e o CNPTC (Conselho Nacional de Presidente dos Tribunais de Contas); Domingos Taufner, suplente da vice-presidência do IRB – na época vice-presidente do TCE do Espírito Santo; Luciane Maria Gonçalves Franco, representando o presidente da Corte de contas paranaense, Nestor Baptista, além de autoridades, convidados e alunos do curso de Direito da UFPR, que participam do projeto Universidades – programa de visitas de estudantes ao TCE-PR -, além de palestras sobre o trabalho desenvolvido pelo órgão junto às instituições de Ensino Superior.

HOMENAGENS

Durante o evento, foram homenageados o diretor-geral do TCE de São Paulo, Sergio Rossi, que datilografou o ato de criação do IRB, em 1973; e o Conselheiro emérito do TCE-SC, Salomão Ribas, que presidiu a entidade entre 2004 e 2009, para quem “o IRB tem conquistado reconhecimento como órgão de estudos técnicos do sistema de controle externo, em parceria com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil”.

O conselheiro Sebastião Helvécio, vice-presidente de relações institucionais do IRB e Conse-

lheiro do TCE-MG, também foi homenageado. Antecessor de Bonilha na presidência do IRB, ele afirmou que a entidade é “o farol do conhecimento para todo o sistema de controle externo no Brasil”.

HISTÓRIA

Ao longo dos 46 anos de existência, o IRB busca aprimorar as atividades exercidas nos Tribunais de Contas do país, por meio de capacitações, seminários, encontros e debates. Também cabe ao Instituto investigar a organização e os métodos e procedimentos de controles externo e interno para promover o desenvolvimento e o aperfeiçoamen-

to dos serviços dos Tribunais de Contas do Brasil. Para isso, o IRB, continuamente, apoia e promove iniciativas que procuram favorecer novos aprendizados para novos modelos de políticas públicas. Como forma de incentivo também divulga os trabalhos apresentados nos seminários, simpósios, encontros e reuniões que realiza ou participa. A entidade também cumpre o papel de manter o intercâmbio com especialistas nas matérias de interesse das Cortes de Contas e celebrar convênios com instituições nacionais e estrangeiras, inclusive as universitárias.

Com informações e fotos do IRB.



MEMBROS DO SISTEMA TRIBUNAIS DE CONTAS INICIAM ARTICULAÇÃO PARA DESARQUIVAR PEC 22 NO SENADO FEDERAL

Em 12 de março de 2019, a Atricon iniciou uma série de articulações no Senado Federal na perspectiva de resgatar o texto original da PEC 22/2017, em decorrência do fim da legislatura, quando são arquivadas todas as proposições, exceção feita àquelas originárias da Câmara dos Deputados, ou tenham passado pela revisão daquela Casa, e, ainda, as que receberam parecer favorável das comissões.

Uma comissão de representantes do Sistema Tribunais de Contas, conduzida pela Atricon, esteve com essa missão, na tarde desta terça-feira (12/03) no Senado Federal, em audiências com os senadores Esperidião Amin e Antonio Anastasia.

O presidente Fábio Nogueira lembrou que o texto da PEC foi produzido no seio da Atricon, como resultado de “um amplo e valioso processo democrático de ausculta dos membros das Cortes brasileiras” e registrada pelo então Senador paraibano Cássio Cunha Lima.

Dentre as inovações, a PEC 22/2017 pretende criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas - CNTC e estabelecer a necessidade de edição de lei nacional de processo de contas, a exemplo da LOMAN. O presidente Fábio Nogueira considera que o desarquivamento da proposta é essen-

cial é essencial ao processo de aprimoramento pelo qual passa o Sistema.

Outro aspecto relevante do Projeto é a reformulação das regras para a composição das Cortes de Contas, com a previsão de critérios mais rígidos para a investidura nos cargos de conselheiro e ministros.

De acordo com Fábio Nogueira, a iniciativa de sensibilização aos parlamentares terá prosseguimento e os dirigentes da Atricon serão estimulados a buscar apoio nas bancadas dos seus respectivos estados.

Além do presidente Fábio Nogueira, compuseram a comissão: os dirigentes da Atricon Antônio Renato Alves Rainha (TCDF) e Cláudio Couto Terrão (TCE-MG); os Conselheiros Thiers Montebello, presidente do TCM-RJ e da ABRA-COM; Antônio Roque Citadini, presidente do TCE-SP; Adircélio de Moraes Ferreira Júnior, presidente do TCE-SC; Edilberto Carlos Pontes Lima, presidente do TCE-CE; Celmar Rech, presidente do TCE-GO.





TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL SE REÚNEM COM PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA



Augusto Aras reconhece no Controle Externo caminho para solucionar problemas do país

A manutenção do diálogo interinstitucional e o propósito de contribuir com uma pauta republicana. Foram essas as motivações que levaram os presidentes da Atricon, Fábio Nogueira; do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC), Edilson

Silva; do IRB, Ivan Bonilha; e da Abracom, Thiers Montebello, a uma audiência com Augusto Aras, Procurador-Geral da República. O encontro aconteceu na sede da PGR, em 5 de novembro de 2019, e contou com a participação de presidentes de 20 das 33 Cortes de Contas do Brasil.

Augusto Aras iniciou a conversa registrando que preserva uma respeitosa relação com o Sistema Tribunais de Contas, “sentimento que se mantém desde que iniciou atividade pública como Auditor Jurídico do TCE-BA”. O Procurador-Geral disse que essa experiência o fez compreender a dimensão do papel dos Tribunais de Contas e quanto a atividade de controle reflete positivamente nos interesses da cidadania.

Com a palavra facultada aos dirigentes das entidades, houve a manifestação comum do interesse em fortalecer a relação com a Procuradoria Geral da República.

O presidente Fábio Nogueira, disse que a superação dos problemas que o país enfrenta depende de uma correlação de forças entre as Instituições e ressaltou o empenho da Atricon no aprimoramento das ações dos Tribunais de Contas, a partir da adoção de um modelo contemporâneo de

auditoria, que prima por resultados e concede plena atenção à cidadania. “Estamos suplantando as dificuldades, inerentes ao controle, para que a gestão pública se concretize com respostas satisfatórias para a sociedade”, destacou.

O presidente do CNTC, Edilson Silva, destacou o “diálogo institucional” como peça fundamental à democracia. Nessa perspectiva, o Conselheiro salientou o compromisso dos Tribunais de Contas com a responsabilidade fiscal e com um controle preventivo, moderno e capaz de promover a boa governança dos recursos públicos.

Os presidentes Thiers Montebello (Abracom) e Ivan Bonilha (IRB), corroboraram com a compreensão de quem os precedeu na abordagem acerca da necessária harmonia entre instituições e reforçaram a importância do diálogo, como pressuposto aos interesses republicanos.





GESTÃO - 2018/2019

Presidente

Conselheiro **Fábio Túlio Filgueiras Nogueira** - TCE-PB.

Vice-Presidente de Relações Político-Institucionais

Conselheiro **Antonio Renato Alves Rainha** - TCDF.

Diretores de Relações Político-Institucionais:

Conselheiro **Substituto Alexandre Manir Figueiredo Sarquis** - TCE-SP.

Conselheiro **Manoel Pires dos Santos** - TCE-TO.

Conselheiro **Marcos Coelho Loreto** - TCE-PE.

Conselheiro **Waldir Neves Barbosa** - TCE-MS.

Vice-Presidente de Relações Jurídico-Institucionais

Ministro Substituto **Weder de Oliveira** - TCU.

Diretores de Relações Jurídico-Institucionais:

Conselheiro **Clóvis Barbosa de Melo** - TCE-SE.

Conselheira Substituta **Heloísa Helena Antonácio Monteiro Godinho** - TCE-GO.

Conselheiro **José de Ribamar Caldas Furtado** - TCE-MA.

Conselheira **Marianna Montebello Willeman** - TCE-RJ.

Vice-Presidente de Desenvolvimento do Controle-Externo

Conselheiro **Sebastião Carlos Ranna de Macedo** - TCE-ES.

Diretores de Desenvolvimento do Controle Externo:

Conselheiro **Adircélio de Moraes Ferreira Júnior** - TCE-SC

Conselheiro **Cláudio Couto Terrão** - TCE-MG

Conselheiro **Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo** - TCE-PI.

Conselheira **Soraia Thomaz Dias Victor** - TCE-CE.

Vice-Presidente de Defesa de Direitos e Prerrogativas e de Assuntos Corporativos

Conselheiro **Paulo Curi Neto** - TCE-RO.

Diretores de Defesa de Direitos e Prerrogativas e de Assuntos Corporativos:

Conselheiro **Antonio Gilberto de Oliveira Jales** - TCE-RN.

Conselheiro **Substituto Luiz Henrique Lima** - TCE-MT

Conselheira Substituta **Milene Dias da Cunha** - TCE-PA

Conselheiro **Sebastião Cezar Leão Colares** - TCM-PA

Vice-Presidente de Relações Internacionais

Conselheiro **Dimas Eduardo Ramalho** - TCE-SP.

Diretores de Relações Internacionais:

Conselheiro **Joaquim Alves de Castro Neto** - TCM-GO.

Conselheiro **Marco Antonio Lopes Peixoto** - TCE-RS.

Conselheiro **Marcus Vinícius de Barros Presídio** - TCE-BA.

Conselheiro **Otávio Lessa de Geraldo Santos** - TCE-AL.

Conselho Fiscal - Titulares

Conselheiro **Felipe Galvão Puccioni** - TCM-RJ.

Conselheiro **Mário Manoel Coelho de Mello** - TCE-AM.

Conselheiro **Plínio Carneiro da Silva Filho** - TCM-BA.

Suplentes:

Conselheiro **Antônio Fernando Jorge Ribeiro de Carvalho Malheiro** - TCE-AC.

Conselheiro **Manoel Dantas Dias** - TCE-RR.

Conselheiro Substituto **Pedro Aurélio Penha Tavares** - TCE-AP.

EQUIPE DE GESTÃO

Gerência Executiva

José Aginaldo Ramos de Brito

Assessoria de Comunicação

Francisca Ridismar Moraes

Assessoria Técnica

Leonardo Rodrigues da Silveira

Assessoria Jurídica

Luciano Costa Nova

Assessoria de Planejamento e Gestão

José Luciano Sousa de Andrade

Sub-gerente administrativa/financeira

Leila Maria Mota Meira

Sub-gerência Sede Brasília

João Lopes Conde

Agente Condutor de Veículo

Joaquim Freire da Silva

REVISTA ATRICON 2

Projeto editorial

Juca Pontes

Projeto gráfico

MUD Comunicação

Designer

Flaybson Oliveira

Redação

Ridismar Moraes

Fotografia

Acervo Atricon

Acompanhamento

José Aginaldo Ramos de Brito

Leonardo Rodrigues da Silveira

Pré Impressão

Luciano Cavalcanti

Montagem Eletrônica

Jefferson Ricardo

Supervisão editorial

Luiz Sérgio Baptista

Supervisão gráfica

Alex Cristiano Xavier

Impressão e acabamento

Gráfica JB



SEBRAE

Parceiro dos brasileiros

the fact that the \mathbb{Z}_2 -action is not free, the quotient space is not a manifold. The quotient space is a orbifold, which is a generalization of a manifold that allows for singular points. In this case, the singular points are the fixed points of the \mathbb{Z}_2 -action, which are the points where $x = 0$ or $y = 0$.

The orbifold structure is important because it allows us to study the topology of the quotient space. The orbifold is a 2D space with a boundary, and it is homeomorphic to a disk. The boundary of the orbifold is the set of points where $x = 0$ or $y = 0$, which is a circle. The interior of the orbifold is the set of points where $x > 0$ and $y > 0$.

The orbifold structure is also important because it allows us to study the geometry of the quotient space. The orbifold is a Riemannian manifold, and it has a metric tensor. The metric tensor is given by $g = dx^2 + dy^2$, where x and y are the coordinates on the orbifold.

The orbifold structure is also important because it allows us to study the dynamics of the system. The orbifold is a phase space, and it contains trajectories of the system. The trajectories are curves in the orbifold that represent the evolution of the system over time.

The orbifold structure is also important because it allows us to study the stability of the system. The orbifold is a phase space, and it contains fixed points of the system. The fixed points are points where the system does not change over time. The stability of the fixed points can be studied using the orbifold structure.

The orbifold structure is also important because it allows us to study the bifurcation diagram of the system. The orbifold is a phase space, and it contains bifurcation points. The bifurcation points are points where the system undergoes a change in its behavior. The bifurcation diagram can be studied using the orbifold structure.

The orbifold structure is also important because it allows us to study the global properties of the system. The orbifold is a phase space, and it contains global properties. The global properties can be studied using the orbifold structure.

The orbifold structure is also important because it allows us to study the local properties of the system. The orbifold is a phase space, and it contains local properties. The local properties can be studied using the orbifold structure.

The orbifold structure is also important because it allows us to study the topological properties of the system. The orbifold is a phase space, and it contains topological properties. The topological properties can be studied using the orbifold structure.

The orbifold structure is also important because it allows us to study the geometric properties of the system. The orbifold is a phase space, and it contains geometric properties. The geometric properties can be studied using the orbifold structure.

The orbifold structure is also important because it allows us to study the dynamical properties of the system. The orbifold is a phase space, and it contains dynamical properties. The dynamical properties can be studied using the orbifold structure.

The orbifold structure is also important because it allows us to study the stability properties of the system. The orbifold is a phase space, and it contains stability properties. The stability properties can be studied using the orbifold structure.

The orbifold structure is also important because it allows us to study the bifurcation properties of the system. The orbifold is a phase space, and it contains bifurcation properties. The bifurcation properties can be studied using the orbifold structure.

The orbifold structure is also important because it allows us to study the global stability properties of the system. The orbifold is a phase space, and it contains global stability properties. The global stability properties can be studied using the orbifold structure.

The orbifold structure is also important because it allows us to study the local stability properties of the system. The orbifold is a phase space, and it contains local stability properties. The local stability properties can be studied using the orbifold structure.



ASSOCIAÇÃO DOS
MEMBROS DOS TRIBUNAIS
DE CONTAS DO BRASIL

www.atricon.org.br